

ATA DEGRAVADA DA 178ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos vinte e dois dias do mês de março de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos
3 Humanos realizou-se a centésima septuagésima oitava Plenária Ordinária do CEAS, coordenada
4 pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde estavam presentes os seguintes
5 conselheiros titulares: Mauro Alves de Souza – ACONEQUISTAC, Geraldo Gonçalves de O. Filho –
6 SINTIBREF, Júlio César de O. Brum – IMSNS, Henedina Dias Fernandes – CMAS/Japaraíba,
7 Márcio Caldeira – ASSPROM, Andréa Medrado – SEDESE, Guilhermina Torga – SEF, Cristiane
8 Nazareth da Silva – ISJB, Luiz George M. da Trindade – CMAS/Lagoa Santa; conselheiros
9 suplentes: André Luís de O. Soares – CMAS/Ituitaba, Raquel Veloso – SES, Rosilene Aparecida
10 Tavares – CMAS/Montes Claros, M^a Albanita Roberta de Lima – SEDESE, João Ademar Specht –
11 AJEAS, Anália M^a Ferreira – COGEMAS, M^a de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto –
12 CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; os convidados: Edna Marinho –
13 SEDESE, Edivânia de J. Rabelo – Projeto Jequitaiá, José Norberto Muniz – Projeto Jequitaiá, Amilton
14 José Reis – Projeto Jequitaiá, Silvano Ferreira – CADEVASF, Júnia Angela de Jesus Limas –
15 FEAPAES/MG; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice
16 Tassar, Maria Paula, Nilce Araújo. A presidente inicia a plenária: Vamos começar a plenária de
17 hoje, eu convido os conselheiros para assentar à mesa, por favor! Podemos começar conselheiros?
18 Senhores conselheiros, por favor! Primeiramente bem vindo, tenhamos todos hoje um bom dia de
19 trabalho. 178ª plenária ordinária, bem-vindos aos nossos visitantes. Edna da SEDESE, Edvania,
20 José Amilton do Projeto Jequitaiá, Silvana Ferreira da Codevasp, sejam muito bem vindos à nossa
21 plenária de hoje. Bom! Nós temos hoje justificativa de ausência, Marcelo Armando e a Edir, da
22 Secretaria de Educação, e a Dalila da Federação das APAES, que será substituída. Lembrando
23 aos conselheiros. É! Lembrando que estamos com um problema na APAE, está conselheira tomou
24 posse e não veio nenhum dia e ela nós enviou um e-mail a Federação das APAES, que estamos
25 enfrentando uma dificuldade de encontrar alguém que possa nos representar perante o CEAS de
26 forma representativa, haja vista que a Dalila, indicada para substituir Dolores, passou em um
27 processo de seleção para mestrado, que a impossibilitará de comparecer às reuniões. Então
28 novamente teremos substituição da APAE. Temos também o conselheiro Fernando da SEPLAG,
29 que justificou com motivos de trabalho, Marcos da FEPAEMG, justificou a ausência por motivos de
30 trabalho. Todos vocês estão com a pauta, alguém gostaria de incluir alguns pontos senhores?
31 Não? Gostariam? Informes! A pauta fica mantida dessa forma. Nós vamos iniciar nos informes. E
32 iniciando. Vou voltar na apreciação da pauta, nós vamos fazer a inclusão de mais dois pontos. Nós
33 precisamos retirar mais um representante da reunião conjunta dos CMAS com o CEAS, com os
34 conselhos da região sudeste, que será realizado em São Paulo dia 8 e 9 de abril, e a solicitação de
35 entrevista que foi solicitado a este conselho, porém veio direcionada para o conselheiro Volney,
36 então estamos incluindo na pauta para deliberação deste conselho. Retornando aos informes de
37 como estão os preparativos para a conferência estadual de assistência social, que acontecerá em

38 outubro. Eu solicitei à Consolação para fazer uma demonstração para vocês da minuta da
39 resolução que está pronta, então vamos percorrer somente em relação aos pontos que precisam
40 ser deliberados pelo conselho, e os anexos nós iremos passar na mesa diretora porque não deu
41 tempo da secretaria executiva trabalhar todos os anexos da resolução. Então hoje nós já saímos
42 daqui com o descritor da resolução pronta, porque os municípios já iniciam o processo de
43 conferência a partir do dia 02 de maio, então eles precisam está dentro de todas estas
44 informações. Vou solicitar à Consolação secretaria executiva, para fazer a apresentação dos
45 pontos da resolução. CONSOLAÇÃO – Então, a 10ª Conferência, o período dela não convocado,
46 16 e 17 de outubro em Belo Horizonte, espaço a definir, estamos buscando, depois a JUANITA
47 pode falar um pouco sobre isso. O tema é gestão e financiamento na atuação do SUAS, o tema foi
48 dado inclusive pelo conselho federal, deliberamos na última, da conferência de 2011. Em relação
49 ao cronograma, isso aqui é um extrato, que como a presidenta falou eu vou apresentar um extrato
50 dessa resolução, porque a redação final será passada depois pela mesa diretora para nós
51 encaminharmos para uma leitura. O cronograma realização da conferência municipal obedecendo o
52 calendário nacional, de 08 de maio a 09 de agosto, envio dos relatórios das conferências
53 municipais, da ata de eleição, ficha de inscrição, nos estamos inovando um pouco, porque o
54 encaminhamento via e-mail para facilitar os dados compilados, nos moldes que acontece no
55 conselho nacional, até dia 20 de agosto. A realização dos encontros regionais começa no dia 20 ao
56 dia 30 de setembro, isso nós tivemos que fazer, vamos mostrar em um demonstrativo a frente, pois
57 se fizermos direto das Conferências municipais direto para a Conferência estadual, nós teríamos aí
58 4000, entorno de 5000 pessoas na Conferência. Então nós ainda pela peculiaridade do Estado, dos
59 municípios, nós teremos que fazer um encontro regional de porte 1 para porte 2, envio de atas e
60 das fichas de inscrição dos delegados eleitos nos encontros regionais, nós mesmos que vamos
61 trazer, mas pedimos um prazo de 5 dias para no caso de conselheiro e técnico não esquecer após
62 o encontro. E a realização da conferência. Os encontros regionalizados porte 1 e 2, participarão do
63 encontro. 6 delegados dos municípios que vão eleger os 6 delegados que participarão da
64 Conferência estadual. Que tem uma novidade, não vou fazer o histórico que na parte
65 governamental nos sempre dividimos a representação do gestor e sempre colocávamos assim, 1
66 do órgão gestor e 2 da pasta. Hoje nós pela experiência que tivemos na conferência passada. Hoje
67 gestor só existe 1 e então um gestor e 1 trabalhador na área. Isso porque quem vivenciou a
68 conferência passada, sabe que muitos trabalhadores governamentais eles foram na Conferência
69 na vaga da sociedade civil, então nesta discussão, isso foi apontado e viu-se apontado e vocês não
70 normatizaram isso. Então o conselho estadual está aqui apresentando isso para deliberação. Como
71 são 15 encontros regionais. Eu vou passar mais rápido, porque eu não preciso falar dos números,
72 é um detalhamento que depois eu posso passar para cada um dos conselheiros. Então, Curvelo,
73 Divinópolis, Montes Claros, tem distribuição de atas. Montes Claros nós juntamos com Salinas,
74 para justificar, pois dava cento e poucos, devido à proximidade. Pois temos como referência da

75 regional a própria secretaria para esta divisão aí nós fizemos a junção entre os dois municípios e as
76 dusa regionais. Aqui nos estamos falando de encontros regionalizados municípios de porte 1 e 2.
77 Isso! As duas regionais. Estariam equiparados Uberlândia e Uberaba, outros Almenara, Teófilo
78 Otoni, Governador Valadares. Belo Horizonte, Junto com Timoteo, Poços de Caldas e Varginha.
79 Paracatu São Joao Del Rey, Paracatu já inclui Varginha. Só isso aí já dá. Quem já participou da
80 outra, às vezes ficaram com grupos com muito mais responsabilidade. Até reduzidos um pouco
81 para nós otimizarmos tudo isso, a participação dos conselheiros regionais nesta plenárias. Da
82 participação da Conferência então, os delegados direto da Conferência municipal para a estadual,
83 seria 30 delegados vindo da Metropole, 224 dos municípios de grande porte, que seria 8 de cada
84 um dos municípios, 222 delegados vindos dos municípios de médio porte 6 de cada e os delegados
85 dos encontros regionais. Nós teremos 140 representantes do porte 2 e 340 delegados do porte 1.
86 Bem um total so dos municípios nós temos a previsão de participação de 1000, para além destes
87 mil, nós sabemos que os conselheiros estaduais natos. Os 40 e também convidados. GERALDO -
88 Os 140 do porte 1 e os 340 do porte 2 há uma relação proporcional com o numero de municípios
89 com cada um dos portes? CONSOLAÇÃO – Sim! Foi dividido pelo numero de municípios, tem toda
90 uma memória de cálculo para chegarmos até aí. É. Delegados. É. Isso aqui é só para falar dos
91 delegados natos. Estamos falando de 40, os convidados entorno de 60, então estamos falando de
92 uma previsão total de 1100 pessoas, logicamente os convidados também sempre passam por
93 critérios, logicamente o convidado tem que enviar uma solicitação de participação que é analisado
94 pelo conselho para ter esta autorização. Esta é uma memória para vocês terem uma noção,
95 inclusive de proporção. Nós temos um peso maior do usuário na sociedade civil, e um peso maior
96 do trabalhador, logicamente na questão da representação do governo, primeiro que gestor só tem
97 um e outra pasta tem peso menor na avaliação da assistência social. Então dá para mostrar mais
98 ou menos como foi feita esta divisão. Os critérios serão depois né JUANITA! Agora vai passar para
99 os critérios proposições. JUANITA – Aí vem para a mesa diretora. Está claro para todos. O
100 microfone Rosilene. Ele está nas duas representatividades Governo e sociedade civil, porque
101 tivemos um problema na outra conferência, fomos muito questionados com relação a isso. Então
102 com relação à representação governamental ele está lá dentro garantido também. Mas algum
103 questionamento está tranquilo? A lógica da distribuição, conselheiros, foi mantido a mesma
104 memória de Cálculo do ano passado, nós só diminuimos alguns encontros regionalizados,
105 conseguimos centralizar mais, considerando o período das Conferências, então. Mas foi feito na
106 mesma lógica. Microfone. M^a DE FÁTIMA – Esclarecimentos. Então o trabalhador categoria de
107 trabalhador, vai ser governo e sociedade civil. Qual a porcentagem. JUANITA – A porcentagem
108 está na memória de Cálculo, o município ele pode encaminhar representando o órgão gestor o seu
109 trabalhador da área, o trabalhador do CRAS ou do CREA. Porque na outra Conferência tivemos
110 problemas com isso, porque foi colocado um trabalhador na área somente na sociedade civil, então
111 os trabalhadores públicos não puderam entrar na Conferência como trabalhador da área. Então

112 eles estão este ano nas duas representações. Está claro! Bom! Aí vou pedir para passar para a
113 última tela que foram esclarecidos na mesa diretora. Algumas definições em relação em
114 Conferências municipais e encontros regionais. De acordo com a discussão na mesa diretora, para
115 atender a municípios para participação de conselheiros em Conferências municipais nós vamos
116 priorizar, município de grande e médio porte e vamos atender 50% da demanda apresentada no
117 mês. Isso! O tema da Conferência vai ser trabalhado na perspectiva do controle social, porque é o
118 que nos compete, porque em relação a gestão é por conta da secretaria. A secretaria executiva irá
119 construir uma fala padrão. Vai ser garantida uma capacitação aos conselheiros no dia 17 de abril,
120 com relação a temática da Conferência mas com foco no controle social, para propiciar o
121 conselheiro a participar de todo o processo de Conferência, tanto no seu município, quanto na
122 representativa do CEAS em Conferências municipais, nos encontros regionalizados e na nossa
123 Conferência estadual e nacional. Só poderá representar o CEAS em Conferência nacional, que
124 participar da capacitação. E toda representação do CEAS em Conferência municipal vai ser
125 deliberada por este conselho e os convites terão que ser direcionado diretamente ao CEAS, está
126 tranquilo? GERALDO – Aí presidente eu gostaria só de saber o seguinte. E quando fala atender ao
127 município de grande porte e atender a demanda em 50% apresentada no mês. A minha pergunta
128 é, nós temos alguns aspectos de ordem burocrática necessária, até para o conselheiro se deslocar
129 e atender, então, penso que ao iniciar este processo, penso que previamente devemos comunicar
130 aos municípios para que ele tenha a demanda porque senão conhecer o que é regimento interno
131 do conselho, porque se ele não conhecer a nossa regra, o seguimento é para não deixar de
132 atender. JUANITA – Isso que o Geraldo está falando é com relação até dos procedimentos de
133 dinâmica deste conselho e do Estado para requisição de diária. Portanto a solicitação para
134 representação deste CEAS, participação do CEAS em Conferências inclusive de um mês para dá
135 tempo de todo o processamento. Tem que ser encaminhada a planilha de diária para ser
136 autorizada, nós temos um processo burocrático. Não só isso, mas também a deliberação deste
137 conselho para participação, ou se não for à plenária será na mesa diretora. Roberta! ROBERTA –
138 Eu só quero acrescentar a discussão, porque na verdade qual foi à discussão que fizemos,
139 Geraldo! Muitos municípios nós não vamos ter condições de atender a todos os municípios e
140 fomentar pedidos. Porque vai vir uma avalanche de pedidos. Acho que a regra é esta. Aquelas que
141 vieram durante o mês devem ser analisadas e deliberadas na plenária, porque nenhum conselheiro
142 pode representar este conselho se assim não for deliberado nesta plenária. Então dado essa
143 questão, talvez os critérios sejam para familiar mesmo. Mesmo que nós criássemos todas as
144 condições, este conselho não teria perna para atender. Ele não tem perna! O que virá de
145 avalanche até porque os municípios são gestores novos. Então eles irão demandar. E nós
146 discutimo na mesa diretora assim, qual a orientação que eu acho que os conselheiros devem está
147 pronto para ajudar os municípios a fazerem. Que os municípios deem conta da sua discussão com
148 os técnicos que eles tem lá dentro. Porque nós temos conselheiros municipais que não saíram

149 então assim é claro que o desejo deles que nós vamos. Isso não tem nem que ver. Eles começam
150 a pedir e pronto. Agora uma coisa que nós devemos devolver é dizer olha, você olha! Você tem
151 técnicos que passaram pela capacitação, você tem, conselheiros, então eles têm que da conta da
152 discussão conforme a realidade deles. É claro que havendo uma necessidade mais extrema, nós
153 temos que sim discutir, ou então discutir na mesa diretora. Mas eu acho também que é uma forma
154 também de estimular os municípios também a contar com as pessoas que eles têm. Com o capital
155 que eles teem lá. Porque a tendência é buscar fora, mas as vezes tem capital já formado lá que de
156 conta das discussões. Nós sabemos que são discussões extremamente desafiadoras. Este
157 conselho não tem perna por numero, e muitas vezes nem condições técnicas para irem a uma
158 Conferência e às vezes o conselheiro se não passar e aprofundar nesta temática vai discutir o
159 financiamento. Isso aí teremos que assumir enquanto conselheiro. Nós também não podemos dizer
160 que está todo aberto, porque também temos nossos limites do ponto de vista de pessoal e
161 condições de enfrentar essa discussão. Com os municípios em baixo. Vai ser momento em que
162 teremos que estimular muito. No telepresencial nos teremos que nos desdobrar né JUANITA!
163 Apoiando e reforçando por isso, a minha insistência, trazer por pauta esta discussão a temática da
164 Conferência o mais cedo possível, para poder auxiliar todas as pessoas que estiverem nos
165 encontros dos municípios, para poderem dá conta de discutir. Porque nós não vamos dá conta,
166 digo assim, e por isso que nós colocamos assim, 50% da demanda no mês, porque ela tem que vir
167 e tirar 50%, porque é, porque se não nós vamos ter que responder, infelizmente não temos
168 condições. JUANITA – Bom! Cristiane! CRISTIANE – Bom dia a todos e a todos. Inicialmente
169 gostaria de pedir desculpas, não pude está na discussão desta mesa diretora. Devido a férias e aí
170 pedi licença para pontuar algumas questões na plenária mesmo. Primeiro concordo com a Roberta,
171 de que historicamente não temos condições para atender à demanda que vem em relação às
172 Conferências, aínda mais que sabemos do que irá ter de nova gestão. Mas Roberta eu gostaria
173 também fazer uma reflexão do que já conversamos aqui em outros momentos, já discutimos isso
174 na sociedade civil, que é o aspecto também do comprometimento dos conselheiros estaduais. E
175 acaba sobrecarregando alguns conselheiros com viagens e outros conselheiros não assumem este
176 papel de que é nossa responsabilidade sim, contribuir com os municípios. Em um aspecto
177 admirável deste conselho é nossa capacidade de descentralização apesar das nossas curtas
178 pernas. Mas nós temos sim contribuído e colaborado nas discussões dos municípios e isso é uma
179 característica bacana deste conselho. Primeiro fazer um apelo para que todos se comprometam
180 com a capacitação do dia 17. Tem vários conselheiros com possibilidade de atender a esta
181 demanda. E a dúvida que me veio JUANITA, quando se falou de 50%, eu entendi que vamos
182 priorizar, não é exclusivo município de grande e médio porte. Significa que algum município de
183 pequeno porte 1 e 2 também poderá ser atendido, se ele vai está contemplado naquele 50%. Então
184 é 50% do mês. Chegando demanda naquele mês, de médio porte e pequeno porte atende não
185 sendo superior a 50% isso vai atender. Pela experiência, pela observação que eu faço a demanda

186 maior de porte 1 e 2 é maior pela deficiência que eles tem. Mas é... JUANITA – Conselheiro
187 Geraldo. GERALDO – É veja bem eu entendi e compreendi sua fala Roberta. Mas eu quero
188 discordar e divergir no sentido de que se não socializarmos para o município que este tempo nós
189 precisamos dele internamente não seríamos muito justo com o município. Corre-se o risco dele se
190 inscrever e ele não poder ir por conta do tempo. Porque eu não sabia. Mas também tem uma
191 alternativa para evitar esse numero excessivo porque eu também concordo com você, em número
192 gênero e grau. Não dá conta, porque se nós de repente, tirarmos os 50% que é estático e torna-lo
193 flexível e vamos dá uma margem e atender de 20 a 50% então podemos atender uma demanda
194 maior, como uma menor. Aí nós não impediríamos de divulgar este tempo que teríamos. Seria justo
195 com os municípios e de acordo com a demanda teríamos um percentual pode ser de 20 a 50 e se a
196 demanda não for tao grande nos atenderia. Mas aí eu penso que é uma maneira de atender-mos o
197 município dentro do prazo e da maneira que eles quiserem. Outra questão que eu não sei é se
198 podemos se dá tempo de avaliar, se vamos fazer a capacitação, para a temática para os
199 conselheiros estaduais, é possível abrir para os municípios, ou para alguns dos municípios que
200 queriam participar com os técnicos. Só um minuto vou justificar o por quê. Porque aí quero
201 concordar com a conselheira Roberta mais uma vez, é importantíssimo que os municípios
202 entendam e compreendam a importância deles mesmos falarem daquilo que eles conhecem. Falar
203 do município que eles conhecem com mais propriedade que nós. Penso eu que se nós temos
204 necessidade de capacitação eles também terão. Se houver a possibilidade melhor, se não nós
205 teremos que socializar através de um documento ou um resumo que tivermos no curso. JUANITA –
206 Bom Geraldo! Com relação a isso, para os meus informes aqui, mas isso também foi para a mesa
207 diretora. O CEAS vai gravar novamente em abril, um CD com relação à temática da Conferência e
208 nesta gravação do CD para encaminhar para os municípios e para disponibilizar no site é do CEAS
209 com relação à temática, nós inclusive vamos orientar os municípios que com relação à aquela
210 temática os municípios priorizem mais dos municípios para apoiar as Conferências considerando o
211 conteúdo do CD. A SEDESE também tem capacitações específicas para isso no município, como já
212 foi informado aqui. Nós estamos rodando o estado todo deste o dia 19 é claro que nesse seminário
213 que esta sendo feito com os novos gestores, a temática esta sendo passada de uma forma geral e
214 ampla não está entrando no conteúdo da temática considerando as outras prioridades também, e o
215 telepresencial tem uma aula exclusiva com esta temática para oportunizar os municípios nesta
216 discussão. Isso é mais duas estratégias que nós temos aí para possibilitar a qualificação do
217 município com relação à temática. Conselheira Roberta! ROBERTA – Eu só queria acrescentar três
218 coisas e encaminhar uma possibilidade dessas que o Geraldo colocou. Eu quero dizer que essa
219 limitação dos conselheiros, Cristiane. Não traz nem um falta de comprometimento neste caso, pelo
220 contrario, eu penso que os conselheiros são muito comprometidos. Eu acho que tem haver com
221 uma questão de disponibilidade de vida. Todos nós exercermos função pública, somos
222 comprometidos, mas temos outras funções que por mais que eu os queria, nós não conseguimos

223 nos dedicar o suficiente na perspectiva de viagens como gostaríamos de fazer. Então nós temos
224 outras vidas outras funções. Então, não acho que seja comprometimento, acho que é limitação
225 posta de qualquer participação. Porque se nós ficássemos só por conta do conselho, eu acho que
226 estaria ótimo, assim daríamos conta de tudo. Eu acho que quando eu coloquei a questão da
227 limitação é muito na perspectiva de condição mesmo, de ajudar e participar. A demanda é muito
228 grande e temos outras questões por mais que gostaríamos. O Geraldo colocou a questão de
229 socializar, minha sugestão é que vamos gravar o CD com as orientações da Conferência, oriente
230 neste CD, dizendo olha! Como é que o conselho estadual poderia participar e coloque estas regras
231 e aí não inibe. Agora quanto a questão de abrir para outros municípios esta capacitação, ao meu
232 ver, ela é exclusiva para os conselheiros estaduais, porque é um momento em que podemos
233 preparar e até me comprometi a ajudar no sentido de debruçar tecnicamente, um grupo menor,
234 para poder tirar o máximo de dúvidas, porque nós não temos perna, por exemplo, abrir para
235 município e estabelecer critérios de participação e montar um evento deste porte e dá conta e
236 então não poderíamos aprofundar. Porque se tivermos com 200, 300 pessoas você não consegue
237 aprofundar. Aí eu acho que nós vamos perder, ao passo que se estivermos com 20 conselheiros
238 nós podemos fazer oficinas, entendeu! Você pode aprofundar mais nas questões, para poder
239 fortalecer e dá mais condições para os conselheiros estarem lá na frente auxiliando os municípios.
240 JUANITA – Rosilene, microfone, por favor! ROSILENE – Você já praticamente respondeu Juanita,
241 porque a preocupação realmente desta capacitação. É importante que o município conheça e faça,
242 acho que também tem a rotatividade dos profissionais, o que é mais dificultador. Tem muitos
243 profissionais que estão chegando agora e mudança de gestor isso é muito complexo nos
244 municípios. JUANITA – Isso é um problema estrutura que não tem como nós resolver. Essa
245 questão é até um empecilho para o SUAS andar. Porque a realidade nossa é essa na verdade.
246 ROSILENE – Trazendo estas capacitações, a teleconferência, trazendo este tema, equacionando
247 estas informações em debate, irá contribuir mais. Obrigada! JUANITA – Anália! ANÁLIA – Bom dia
248 a todos, eu quero saudar meu amigo Amilton, engenheiro, nós somos contemporâneos da
249 universidade de vicososa e eu tive o prazer de recebê-lo aqui. É a capacitação nossa será dia 17 de
250 abril, então enquanto representante do CONGEMAS a solicitação para adiar a demanda para que
251 o CEAS esteja presente na reunião do CONGEMAS no mês de maio. Onde poderemos orientar
252 todos os municípios, pois iremos fazer uma grande mobilização, tendo em vista que os municípios
253 não tem a mínima noção, principalmente porque o controle social está. A data está a ser definido.
254 Você saber? Tem aí? Porque ficamos de definir junto com a CIB. Primeira sexta-feira de maio.
255 Então já deixe registrado nosso pedido. Porque os municípios em que não teve grande troca,
256 grandes mudanças, os conselhos já estão convocando. Por exemplo, tem município que é 4 e 5 de
257 julho, já está marcado já está convocado. Já temos os quem, as pessoas que farão as palestras, os
258 municípios que conhecem já estão adiantados. Eu quero reforçar a fala da Roberta, de queé muito
259 importante que as pessoas sejam do município ou pelo menos da região, para conhecer a

260 realidade, porque às vezes você vai em um palestra e fica tão distante que fica parecendo uma
261 alegoria. Na palestra Magna falou o povo foi embora e não aproveitou nada. Então isso é muito
262 interessante que seja bem próxima da realidade. 03 de maio então. JUANITA – Fátima! FÁTIMA –
263 Eu gostaria de saber qual é a data que vocês estão pensando da videoconferência. Para chamar,
264 para falar sobre este assunto. JUANITA – Ela já está agendanda e eu não sei. Pois quem agendou
265 foi a SEDESE e a de março é dia 26 e de abril eu não sei. É para falar sobre a NOB 2012, com
266 foco no controle social, e a de abril, conforme a mesa diretora, será para trabalhar a temática para
267 trabalhar a gestão e o financiamento na gestão do SUAS. A data e que eu ainda não sei. FÁTIMA –
268 Mas (falas diversas) Obrigada! JUANITA – Bom! Todos encerrados eu vou com os meus informes
269 agora, que é sobre os preparativos sobre a Conferência estadual, nós estamos com um grande
270 desafio este ano. Logo que eu assumi a secretaria nós já sabíamos deste desafio, foi a primeira
271 ação que eu inicei foi levantar espaço para realizar a Conferência, porqu eu sei que o CEAS, está
272 fechado para reforma. Pasmem! E não existe em Belo Horizonte que comporte este numero de
273 pessoas. Exceto o Sesc, para vocês terem ideia. Eu a Consolação, estamos em reunião
274 praticamente toda a semana com a empresa de eventos da SEDESE e a equipe da SEDESE da
275 área meio. E expominas, minascentro, em termos de hotel não existe para a data que nós
276 queremos não há espaço nestes locais, não tem disponibilidade e ontem foi a nossa reunião e foi
277 fechado as possibilidades. Então a possibilidade que tem é Tauá e adequar a Conferência para
278 caber as pessoas, nós vamos mudar a metodologia, por isso não vamos publicar a resolução até a
279 tomada de decisão que vai acontecer semana que vem no mais tardar na outra e nos vamos na
280 sexta feira inclusive no Sesc, conversar com os diretores regionais do Sesc Belo Horizonte, para
281 ver de que forma podemos pensar nesta possibilidade de fazer no Sesc Venda Nova, fomos no
282 Sesc Contagem e não comporta. Então ninguém acredita, em Belo Horizonte não existe lugar. Ou
283 será no Hotel Tauá ou a nossa última possibilidade será na terça feira que iremos ao Tauá ou no
284 Sesc - Venda Nova. OK! Então esta é a dificuldade que gostaria de passar para vocês, mas ela
285 será em um dos dois lugares. (falas ao fundo). Não tem data só tem data para agosto. Expominas,
286 também não tem data. Em colégio não tem, nós inclusive olhamos isso. Porque o período é aula. É
287 meio de semana, quinta sexta e sábado. Então isso ficou inviável. Nós vamos fazer, é só para
288 mostrar para vocês estes ano é um desafio, mas por conta do Sesc. Bom! (falas ao fundo), eu
289 gostaria de falar também sobre o concurso da SEDESE nós trouxemos a tona também novamente
290 este ano, porque ele tinha dado uma dormida, o concurso será realizado em agosto, a prova será
291 realizada dia 8 de agosto, vai ser homologado no dia 15 de outubro, então a partir de novembro
292 teremos 80 servidores novos na SEDESE, compondo a gestão do SUAS em âmbito estadual. Muito
293 bom! Com certeza. Vai para as regionais também, são dois profissionais para cada regional. Uma
294 assistente social e um psicólogo. É com relação ao CD em abril eu falei. Outra questão com
295 relação ao plano de serviços da SEDESE, porque isso foi uma questão que veio à tona na CIB, eu
296 gostaria de informar este conselho, que nós estamos com 170 municipio, que o plano não pode ser

297 encaminhado, porque os municípios possuem problemas no CAGEC, portanto eu gostaria que
298 vocês que representam os municípios aqui, identifiquecasse seu plano de serviço de vocês está
299 tranquilo, se está tramitando no município. Porque inclusive foi um ofício para o prefeito e o
300 presidente do conselho dando prazo para a tramitação, com relação a isso, nós já estamos
301 empenhando e liquidando as primeiras duas parcelas porque tão logo chegue o plano de serviço
302 aprovado pelo conselho nós já fazemos o pagamento das duas parcelas. Mas nós estamos com
303 170 municípios impedidos de tramitar o plano de serviço. Com relação à NOB SUAS 2012. Já
304 mandei Roberta! Inclusive por e-mail e por ofício ao novo presidente, pedindo apoio para articular
305 todos estes municípios (falas ao fundo) OK! Inclusive a SEDESE já mandou ofício a estes 170
306 municípios comunicando esta situação de dificuldade. Com relação à NOB SUAS 2012, a
307 assembleia legislativa por meio do deputado André Quintão está realizando uma rodada de
308 discussão da NOB-SUAS 2012, irá acontecer em 6 regiões do Estado, essa discussão será
309 juntamente com a SEDESE, COGEMAS, MDS, e a ASSEMBLEIA, no sentido de divulgar a NOB
310 2012 e preparar os municípios para adesão ao novo pacto do SUAS. As datas, essa reunião foi
311 ontem, as datas eu não trouxe, mas eu vou encaminhar para este conselho. Inclusive o conselho
312 estadual foi convidado. Inclusive como estou nesta dupla representação, foi convidado por mim na
313 reunião lá. Os encontros irão acontecer a partir de abril também, o gabinete do André ficou de
314 encaminhar esta agenda e o convite formal para que o CEAS esteja presente nesta audiência
315 pública, nestes 6 municípios, nestes grandes municípios, para divulgar a NOB SUAS 2012. Os
316 meus informes foram estes e com relação, voltando lá aquelas definição da mesa diretora, eu
317 gostaria de perguntar a vocês se está tranquilo, aprovado aqueles critérios e podemos tocar a
318 reunião para frente! Tranquilo senhores? Aprovado? OK! Só um minuto Anália. Nós já temos aqui
319 conosco pedidos de sete municípios, sendo um de grande porte que é Araguari, Capim Branco,
320 Cariaçu, Ferros são municípios de pequeno porte 1, Pompeu e Claudio que é pequeno porte 2,
321 Patrocínio que é de meio porte. Significa que Araguari e Patrocínio que são municípios de médio e
322 grande porte, nós já deliberamos aqui em cima da cota que nós conversamos e acabamos de
323 aprovar, e temos estes municípios de pequeno porte 1 e 2. ROBERTA – Eu queria de nós não
324 aprovarmos esta proposta agora inclusive pela data aí. Porque a capacitação é dia 17 de baril e
325 nós não sabemos nem quantos conselheiros estarão habilitados, porque uma condição desta
326 participação aí é a participação nesta capacitação. Depois desta capacitação aí sim, nos pegamos
327 esta proposta aí e encaminhamos. Porque também nós iremos aprovar aqui, para participar e nem
328 sabemos quantos conselheiros estarão preparados para ir nisso aí. JUANITA - Eu acredito que não
329 tem nenhum problema, considerado as datas da Conferência que são bem distantes, então
330 praticamente todas são junho e julho, maio e agosto. Então não há problema não. Então na
331 próxima nós analisamos os pedidos novamente. OK! (Falas ao fundo). ANÁLIA – Só informar da
332 nova eleição do COGEMAS, que foi na última assembleia, hoje o presidente é James de
333 Governador Valadares e a vice-presidente é Kelly de Boa Esperança. Então nós entregamos a

334 mesa diretora que é Junio de Coronel Fabriciano e eu de Campo Belo. Então só mesmo os outros
335 membros da diretoria que têm interesse em saber. Aqui também já tem. ROBERTA – Eu só
336 gostaria de dá um informe, nós encerramos ontem no Recanto da Siriema, uma travessia, tinha
337 400 pessoas essa semana de município, nós colocamos colocar assistência, saúde e educação
338 junto, nós tivemos uma oficina que foi construída com a SUBAS, do ponto de vista é da integração
339 destas três políticas públicas e tivemos uma palestra maravilhosa de trabalho intersectorial com a
340 Carla Brant, que norteou o seminário como um todo. E nós conseguimos pela primeira vez de uma
341 forma muito concreta em três dias trabalhando em oficina, colocando essas três políticas públicas
342 sentadas para discussão de temáticas para o enfrentamento da pobreza, então foi de uma riqueza
343 muito grande. Nós enviamos o convite para cá, infelizmente não tivemos nenhum conselheiro lá.
344 Foi só para comunicar que nós encerramos o seminário ontem e que foi muito proveitoso. E hoje
345 estamos com uma equipe de Oxford, discutindo com o governo do Estado a metodologia que o
346 programa trabalha que é o índice de pobreza multidimensional. Próximo na produção técnica do
347 programa muito boa, e talvez futuramente nós tenhamos que criar um espaço e trazer isso para os
348 conselheiros do ponto de vista do conhecimento, o que estamos trabalhando no programa
349 travessia no enfrentamento da pobreza. JUANITA – Bom, é! Iniciando os pontos a serem
350 deliberados, antes de entrar nos pontos conforme discriminados, eu vou sugerir e peço permissão
351 aos conselheiros, para iniciarmos os processos de Usinas, porque os visitantes estão presentes. E
352 chegaram cedo, então transcorremos sobre este tema e depois vamos para a temática normal.
353 Vocês estão de acordo conselheiros, Podemos? Quem é que vai fazer a relatoria? Andréa
354 Medrado. ANDRÉA – Bom dia a todos. Bom! Vou fazer relatoria do projeto Hidroagrícola do
355 município que está sendo instalado. Projeto Hidroagrícola Jequitaiá. Identificação do projeto. É um
356 projeto agrícola que está em projeto de avaliação do plano de assistência social do CEAS, o
357 empreendedor é a CODEVAPS em parceria com a RURAL MINAS, os municípios a serem
358 atingidos e Francisco Dumont, Claro dos Poços e Jequitaiá. No rio Jequitaiá. O perfil deste
359 empreendimento, o Projeto Jequitaiá é uma barragem de usos múltiplos é o primeiro projeto
360 Hidroagrícola apresentado nestes CEAS, à proposta do projeto é a construção de barragem para
361 irrigação de uma área de 30.000ha. E a geração de 20 Megawatts de energia, a barragem permitirá
362 regularizar a vazão do rio Jequitaiá, e a distancia do município Jequitaiá até o eixo da construção da
363 barragem é de 7750m. para a construção deste empreendimento há previsão de contratação de
364 300 operarios e a previsão de obra é em torno de 3 anos. A área diretamente afetada, há previsão
365 de atingir 186 propriedades, sendo estas 80 propriedades no município de Francisco Dumont, 64
366 no município de Jequitaiá e 42 em Claro dos Poços. O projeto atingirá de forma direta ou indireta
367 cerca de 519 famílias, sendo 188 em Jequitaiá, 183 em Francisco Dumont, e 148 em Claro dos
368 Poços. O projeto hidroagrícola, nós estamos trazendo aí algumas informações sobre os
369 municípios, a população dele. Francisco Dumont tem uma população aproximada de 4800
370 habitantes, sendo que 66% está em área urbana 34 na área rural, Claro dos Poços sua população

371 é entorno de 7700 habitantes 67% esta na área urbana e 33 na rural. E no município de Jequitaí
372 entorno de 8000 habitantes 61% na área urbana 31% na área rural. A principal atividade
373 econômica deste município é a agropecuária com excessão de Jequitaí que entra também
374 serviços. A gestão do SUAS neste município todos os três é de porte 1, pequeno 1 e estão na
375 gestão básica. Aí são fotos para ilustrar quem foi fazer a visita foram as técnicas do CEAS a Rosa e
376 a Paula e tirarm as fotos dos CRAS, Francisco Dumont, Claro dos Poços e Jequitaí. É nesta área
377 de proposições eu vou convidar a técnica Rosa que esteve lá para fazer a inspeção in loco e ela
378 está com mais propriedades para falar dessas áreas que serão atingidas. ROSA – Bom dia a todos,
379 continuando a fala da Andréa, as propriedades que serão diretamente atingidas, é foram
380 encontrados os proprietários, os filhos dos proprietários que residem lá, meeiros, parceiros, além
381 de trabalhadores e pescadores profissionais e areeiros. Das 185 propriedades que serão atingids,
382 42% das propriedades terão 100% da propriedade atingida ou maior que 2/3 da propriedade que
383 dá mais ou menos 65%, porque essa diferença, porque no PAS quando chegarmos nesta
384 negociação, o projeto Jequitaí, vai garantir a todo o proprietário mais de 2/3 da propriedade
385 atingida a negociação para reassentamento. Então nós nossa apresentação, fizemos esta divisão.
386 Então 42% das propriedades estão sujeitos a um reassentamento. E parcialmente atingidos 58%
387 são aquelas propriedades que terão remanescentes e irão poder continuar com a produção normal
388 dela. O plano de assistência social de Jequitaí foi elaborado a partir da resolução 360/2007, os
389 dados do estudo sócio econômico foram realizados, através de visitas domiciliares, um aspecto
390 interessante para a elaboração deste documento foram realizadas oficinas nestes municípios de
391 Jequitaí, Claro dos Poços, Francisco Dumont, para ver quais são as necessidades e as
392 prioridades das áreas rurais de lá. Essas oficinas segundo as conversas que tivemos com os
393 conselhos municipais foram levantadas 900 ações, destas 900 ações eles mesmos em trabalho
394 realizado em 2011/2012 eles priorizaram o que está no plano de assistência social. Foi um trabalho
395 em conjunto com a comunidade e isso vem sendo realizado há bastante tempo e ano passado
396 finalizaram as oficinas, então das 900 ações eles priorizaram o que seria de garantia de direitos
397 para população ser atinginda, não só a população, mas também as comunidades em torno e dos
398 próprios municípios. Que vocês devem conhecer a região de Jequitaí é uma região muito seca, tem
399 um nível de desemprego grande, devido à seca, então eles têm propostas também para melhorar a
400 região. É! Foram apresentados de acordo com nossa resolução 317, os programas obrigatórios,
401 que é o programa de comunicação de negociação e o plano de assistência social, que são os
402 programas obrigatórios da nossa resolução. E foram 7 projetos específicos de acordo para atender
403 as características locais. Do programa de comunicação ele está de acordo ele vai ser a partir da
404 aprovação da assistência social, terá uma equipe fazendo um trabalho de comunicação, tanto nas
405 áreas atingidas, nas comunidades do entorno, das escolas, nas prefeituras, para informar quais
406 serão as etapas que está sendo desenvolvida em relação ao projeto Jequitaí. O meio, o tradicional
407 é rádio, reuniões, distribuições de panfletos, material didático para as escolas. Tem dado em

408 relação ao projeto de Jequitáí, em relação ao município de Jequitáí, que é a sede será no
409 município. O município de Jequitáí já desenvolveu um trabalho de esclarecimento nas escolas e
410 nas comunidades sobre o projeto o município de Jequitáí, quanto nas escolas e nas associações
411 locais, eles já sabem como vai ser, como se dá o projeto na comunidade. O programa de
412 instalação de assistência social será instalado um posto de atendimento com equipe completa em
413 Jequitáí e outro posto com equipe completa no município de Francisco Dumont, e eles
414 acrescentam ainda, na nossa resolução pede-se uma assistente social e uma psicóloga. Eles
415 acrescentaram ainda um advogado, para atender a comunidade. O programa de negociação de
416 terras está extenso. (falas ao fundo). Eu achei interessante colocar mais detalhes do programa de
417 negociação de terras, porque quando falamos assim, nossa vai ser tantas famílias reassentadas,
418 tem algumas garantias que o projeto coloca no PAS, que eu achei diferente dos outros
419 empreendimentos. Por que! O proprietário totalmente atingido ou aqueles que serão acima de 2/3
420 da propriedade atingida que terá um remanescente de 65%, eles terão direito a escolher a
421 indenização monetária, e o Cálculo de lucro cessante. Essa é uma das opções. A outra é
422 reassentamento. Lá em Jequitáí e Claro dos Poções. Lá em módulo rural, Jequitáí e Claro dos
423 Poções, 50hc. Ou seja, aquelas propriedades que tem hoje 2 ha, 3 ha, eles vão receber um módulo
424 rural mínimo que é 50hc. Se alguém não entender eu gostaria de explicar isso. Lá está sendo
425 garantido 50hc, de no mínimo de terra, ou seja, aquelas propriedades que tem 2, 3, 10hc, eles
426 vão receber o módulo rural, para poderem ser registrados. Os filhos maiores de 18 anos que
427 comprovadamente vai reside, que residem na propriedade eles irão receber 5 ha, próximo a terras
428 dos pais. Esta é a opção de reassentamento e todos que serão reassentados terão direito a um
429 salário mínimo e cesta básica, além de assistência técnica da propriedade, durante um ano. Isso
430 durante o processo de reassentamento. Não quer dizer que todo mundo será reassentado junto.
431 No processo de reassentamento ele terá direito a um ano de cesta básica e um salário mínimo.
432 Nesta propriedade terá infraestrutura básica, água, energia elétrica, já reassentando. E o filho que
433 receberá 5 ha. A terra já estará ligado ao do pai. O proprietário parcialmente atingido, ele terá
434 indenização monetária proporcional à sua terra e Cálculo do lucro cessante. Os trabalhadores
435 rurais, assalariados e diaristas, comprovadamente perderam o emprego por conta do
436 empreendimento. Uma cesta básica durante 6 meses, a concessão de 5 ha, de terra com todo a
437 infraestrutura, um salário mínimo e assistência técnica no prazo de três anos após o
438 reassentamento. Os posseiros, os posseiros totalmente atingidos, da mesma forma terão a
439 concessão do módulo rural, mais o Cálculo do lucro cessante e a indenização das benfeitorias. E
440 além da assistência técnica, como se fosse o proprietário, o posseiro parcialmente atingido, terá a
441 indenização das benfeitorias produtivas e não produtivas. Vai ser uma indenização em dinheiro do
442 posseiros, parcialmente atingido, meeiros, parceiros e pescadores profissionais. No diagnóstico
443 que foi apresentado a que me parece 28 pescadores profissionais. Eles terão direito a
444 compensação de 1 salário mínimo como compensação durante 12 (doze) meses recebimento de

445 cesta básica, eles também serão contemplados pelos programas e serviços constante no plano de
446 assistência social, que no plano ainda tem capacitação para reativação econômica para reinserção
447 no mercado de trabalho e o plano ambiental de uso e conservação do reservatório, que é o
448 Etapera. Isso é uma informação a mais que eu coloquei porque o Etapera é da área ambiental. É o
449 plano de assistência social, como eu já havia falado, terão direito a assistência técnica, os projetos
450 serão desenvolvidos no posto de atendimento social. Os projetos terão características locais, são
451 sete projetos. Então eu vou dá uma passada neles, porque eles são bastante extensos. O primeiro
452 é projeto de extensão rural para áreas remanescentes. São! Esse é aquele que eu já falei que é a
453 assistência técnica aos produtores rurais. O projeto de extensão rural para áreas de 5ha, essa
454 assistência técnica inclui um diagnóstico da área qual é a melhor produção, se o produtor gostaria
455 de alterar sua produção, investindo em outros tipos de produção. Então vai ter técnicos que farão
456 estudos da área. O projeto de extensão rural as áreas de 5 ha, aquelas que tem filhos e trabalhares
457 irão receber. Tao irão receber assistência técnica especializada para saberem qual o melhor plano
458 de produção para eles. Plano para os pescadores profissionais, eles terão as acoes de colônias,
459 associação de pescadores. Vai ser introduzidos novos peixes na região para continuar o trabalho
460 dos pescadores. E eles também irão fazer parte do plano de capacitação para a reinserção deles
461 no mercado de trabalho. O plano de ação para os trabalhos rurais são as capacitações de acordo
462 com o interesse deste grupo. Não tem indicado ainda os cursos porque será realizado um trabalho
463 com eles para saber o interesse. Não adianta chegar e eles não terem interesse. Então não adianta
464 chegar com cursos que não serão do interesse destes trabalhadores rurais. O plano de ação de
465 segurança alimentar dos atingidos será uma cesta básica que eles terão direito como eu já falei. O
466 plano de ação para os residentes, eles pretendem com as ações da assistência social, fortalecer e
467 apoiar as ações de apoio aos serviços assistenciais, educação, saúde e lazer dos residentes da
468 área de influencia. Pois será um trabalho em parceria com os municípios, eles irão fortalecer estas
469 políticas dentro do município. Os planos e ações para reativação econômica das comunidades, um
470 dos requisitos é a contratação de mão de obra local, que serão 300 operários, que será uma
471 parceria com a prefeitura. Outro aspecto crescente do município de Jequitáí, o programa
472 PROMOTEC, eles desenvolverem todo o PROMOTEC, voltado para a questão da construção da
473 Usina, para que o máximo de pessoas desempregadas do município pudessem ser contratadas
474 pelo projeto Jequitáí, porque são 3 anos de obra, então eles querem aproveitar. E terão essas
475 capacitações dos municípios. É terá ainda no plano de ação para reativação da área econômica
476 projetos na área de turismo de aproveitamento das próprias indústrias têm no local. Como os
477 outros empreendedores fazem. Muitos utilizam, compram na região para reativar a econômica
478 local. A visita técnica foi realizada entre os dias 18 a 22/02. No dia 19 nós realizamos a reunião
479 com os municípios de Francisco Dumont, Claro dos Poções e Jequitáí, hoje como é uma obra , nós
480 visitamos os CRAS dos três municípios nós visitamos 65 propriedades, ou seja 35% das
481 propriedades que serão atingidas, pois é uma área muito extensa. Esses dias nós dividimos eu e a

482 Paula, ficamos em áreas diferentes para fazermos o máximo de propriedades. Bom! A parte técnica
483 é essa se vocês quiserem fazer perguntas. JUANITA – Roberta. Geraldo por favor! GERALDO –
484 Pois não Roberta! JUANITA – Pode ser conselheiro? ROBERTA – Eu só quero acrescentar duas
485 informações com relação a este projeto, porque essa semana eu, Andréa e Rosa ficamos
486 debruçadas com ele. Primeiro de ressaltar esta questão deste tipo de projeto que está aparecendo
487 aqui. Ele só passou por aqui porque ele tem uma pequena produção de energia, porque, caso
488 contrário, pela legislação ele não passaria por aqui. Porque é um projeto de irrigação agrícola,
489 agora como vai produzir energia, então pela legislação ele teria que passar aqui. Então a essência
490 dele é a construção de uma barragem para irrigação. É isso que os conselheiros têm que ter em
491 mente. Segundo é um projeto com recurso do governo federal. Os recursos deles não são privados
492 são públicos, a característica é até, nós vimos na construção do plano, na construção, a forma
493 como trabalharam a comunidade, pois tanto a Codevasp e a Rural Minas são entidades públicas,
494 podem ser mistas. Então não são empreendedores privados. E todo o recurso desse
495 empreendimento ele é publico do governo federal, que é uma diferença deste conselho que
496 normalmente nós trabalhamos com empreendimentos privados, com recursos privados. Então ele
497 só está passando por aqui porque tem essa pequena produção de energia, caso contrário, ele não
498 passaria por aqui. E é um projeto que também tem consequência da politica do governo federal de
499 enfrentamento da seca. Nas regiões do nordeste do país, incluindo o norte e nordeste de Minas
500 Gerais, que é outra característica bem diferencia deste empreendimento. JUANITA – Geraldo!
501 GERALDO – O que eu queria colocar, uma dúvida, os 30.000 ha que se fala eles são hectares de
502 terra que estão localizados onde, em quais dos três municípios ou se são nos três? E se esses
503 espaços são urbanos ou agrícolas. A segunda situação é, existe uma área já definida para
504 reassentamento? E essa pergunta tem muita haver com a nossa experiência aqui dentro, com
505 outros empreendedores que chegaram e de repente tinham uma área de reassentamento que não
506 condizia com a realidade e com a possível utilização para a situação que anterior se praticava. A
507 terceira quando se falou da equipe de comunicação e divulgação, equipe de quem, contratada por
508 quem e subordinada ainda que funcionalmente a quem? Outra discussão que me preocupa é no
509 que diz respeito ao lucro cessante. Aí se falou de lucro cessante só para cultura permanente e
510 porque não para a eventual. Eu sei que eventualmente existe essa necessidade. A eventual
511 dependendo do reassentamento da outra área que se dá ela não necessariamente não guarda
512 proporção com o rendimento que teria a terra anterior. Então não sei se seria só para permanente.
513 E por último a questão no que diz respeito à cultura permanente é que a se existe uma cesta um
514 salario de 1 ano. Dependendo da cultura permanente eu não sei se um ano é suficiente para que
515 se preparar a terra e fazer o plantio e conseguir as coisas. São essas as questões se não for
516 possível para a relatoria, que a técnica se estiverem presentes, por favor, gostaria que fosse
517 esclarecido. JUANITA – Rosa! ROSA – Sobre os 30.000 hac, segundo o plano inicialmente será
518 Jequitaí, no plano. Mas parece que tem outros municípios que será beneficiado aí vou passar para

519 o empreendedor. A equipe será vinculada ao Rural Minas, a equipe do posto de assistência social
520 que você está falando? (falas ao fundo). A proposta do projeto de Jequitai é construção de
521 barragem para irrigação de uma área de 30.000 ha o que você pergunta Geraldo é sobre a equipe
522 do posto de atendimento social? O plano de comunicação. Será a Rural Minas como empreendedora
523 do empreendimento. É subordinado ao empreendedor. GERALDO – Uma coisa é o vínculo
524 empregatício, a outra é a questão do acompanhamento, monitoramento e instrução até. Porque
525 não estou dizendo que este é o caso. Já tivemos outras experiências de dá banco de sangue para
526 vampiro tomar conta. ROBERTA – Agora é só clareando aqui Geraldo. Do ponto de vista da
527 contratação de equipe que trabalha em empreendimentos ele não difere dos outros não. É isso que
528 ela esta dizendo. A equipe de comunicação é contratada pelo empreendedor, a equipe do PAS é
529 contratada pelo empreendedor. Isso aí não tem diferença nenhuma ele segue as regras do CEAS.
530 Do ponto de vista do que você levantou até me chamou a atenção quando eu me debrucei e da
531 forma de terra que está sendo posto para o reassentamento eles estão diferenciando, inclusive para
532 não cair como caímos em Santo Cruz do Monte Calvario. Está proponto 50hac, para se tornar rural,
533 porque abaixo de 50hac ele não pode transformar aquela terra como rural. Porque é o problema
534 que tivemos em Santa Cruz, eu estou dizendo isso porque debruçamos em cima disso, pautada a
535 luz de Santa Cruz, eu falei com a Rosa, vamos tentar puxar tudo que nos tivemos de problema lá
536 para nós colocar aqui. E foi o diferencial. E eu estou falando isso porque eu estive no INCRA.
537 Quando o INCRA colocou, nós não podemos responder essa questão de Santa Cruz, porque você
538 tem um n. de hac, para transformar em rural, caso contrário, você não pode. Então eles estão
539 dando 50hac, para possibilitar a esta pessoas viverem as mesmas condições lá. No plano de ação
540 e no projeto eles tem todo o arcabouço de proposta inclusive de atores públicos. EMATER, INCRA
541 vai ter que entrar nisso para poder ajudar, para poder transformar a vida dessas pessoas, num curto
542 espaço, com menos de um ano, eu acredito que eles consigam fazer isso da produção agrícola que
543 este povo vive. Porque lá quando fala da atividade deles a principal atividade deles é agrícola,
544 entendeu! Então eles estão estruturando esta questão para voltar na mesma perspectiva, dando a
545 mesma quantidade de terra, estrutura e assistência técnica para retirar. E aí a base é questão da
546 irrigação. ROSA – E aí Geraldo sobre a questão do reassentamento, você tinha perguntado se já
547 tinha uma área. Quando eu estive lá já tinham três grupos, o grupo de Francisco Dumont, estava
548 indo visitar uma fazenda, porque o reassentamento será todo mundo junto, tanto que eles nem
549 aprovaram a, essa área, eles já estavam procurando outra área para reassentar. Então está sendo
550 assim, cada dia eles estão levando um grupo de futuros reassentados, para conhecer as
551 propriedades, disponíveis na região para este reassentamento. E eles quando eu estive lá, eles
552 estavam assim, respeitando esse direito dos atingidos de escolher aquela área ou não. GERALDO
553 – Ótimo, acho a justificativa até então, louvável, quero até elgoiar, pela proposição do projeto. Mas
554 o que eu quero, o que a conselheira Roberta levanta eu quero divergir novamente. É quando se
555 fala Roberta e todos nós sabemos, a questão do vínculo empregatício, tanto do PAS, quanto da

556 equipe de comunicação neste caso, não quer dizer necessariamente que vai se fazer a
557 comunicação e vai fazer a coisa chegar da maneira que precisa para os benefícios, para os
558 atingidos, isso eu quero insistir. Não concordo com a atuação so hierarquica, porque uma coisa
559 você ser empregado e ter medo de perder. Outra coisa é você desenvolver, por mais que eu
560 respeito à ética e o principio de retidão de cada profissional, mas uma coisa, ainda sim acontece
561 em função do vinculo empregatício. É isso que eu quero colocar. Então se posso dá uma sugestão,
562 e aí eu quero dá. Que se coloque equipe ou PAS do próprio conselho, para monitorar e
563 acompanhar este trabalho, para que ele seja feito de forma efetiva, e que tenhamos esta
564 divulgação chegando, principalmente porque esta comunicação é feita e esta comunicação é
565 previa, e a intecao dos empreendedores é esta é que seja levado primeiro todas as mazelas que o
566 empreendedor vai levar para ele. A exploração sexual infanto-juvenil, no que diz respeito a
567 degradação de vinculo familiar e etc, etc. E no mais eu quero enaltecer o que se foi trazido, mesmo
568 sendo diferente, porque está na questão agrícola, será muitas novidades para nós e penso que
569 esta interferência Roberta, já com o aprendizado que tivemos com empreendimentos anteriores,
570 com você observou com contribuição efetiva. JUANITA – Conselheiro Geraldo, eu não sei quando
571 você está sugerindo é com relação ao conselho municipal de assistência. Porque com relação ao
572 CEAS, esta atribuição é nossa. De acompanhar a execução e monitorar. GERALDO – Neste caso
573 é nossa essa posição no entento os conselhos são parceiros, comungam, atuam. É deles essa
574 atuação no que diz respeito ao monitoramento e acompanhamento. JUANITA – Claro! Inclusive no
575 processo de monitoramento são questionados e feitos reuniões com os conselhos municipais da
576 assistência até para ver se com relação a isso. O empreendedor gostaria de se pronunciar dá
577 algum esclarecimento. ROBERTA – Eu só gostaria de fazer um encaminhamento, guarda esta
578 pergunta do item 17 e poderia deixar todos os conselheiros perguntarem e nós que
579 acompanhamos tecnicamente os conselheiros aqui responderia e aquilo que nós não conseguimos
580 responder ele responderia. Então ele já tem uma pendente, aí passaríamos para os outros e
581 porque se não ganhamos tempo. JUANITA – Nesta lógica Fátima. FÁTIMA – Quando se falou em
582 novecentas ações, eu fiquei pensando em que área, será promovida essas novecentas ações. É na
583 área dos meeiros, é na área dos posseiros, é na área dos pescadores, então não estou sabendo,
584 fiquei preocupada, vai ter um advogado para atender a esta demanda, as essas pessoas. Porque
585 já entrou com novecentas ações, porque isso essas novecentas ações, como elas serão julgadas,
586 como elas serão acompanhadas nestes projetos. Eu fiquei preocupada. Outra coisa, os projetos
587 estes sete projetos que foram falados. Aí você mesmo disse lá Rosa “outros projetos que está para
588 questionar a ação das profissionais” né?! Questionar com relação dos profissionais. Projetos
589 profissionais das pessoas das comunidades. Eu quero depois que vocês justificassem para mim,
590 quais são os sete projetos e quais e como está sendo feito para melhorar a qualidade da vida
591 daquelas pessoas. Com relação aos pescadores, to aqui pensando essa área que eles irão receber
592 poço, que terá peixe, vai melhorar a qualidade para ele, vai atender, vai gerar renda, porque de

593 repende jogamos lá um peixe que será em longo prazo, então estou pensando como será o projeto
594 que vai melhorar a qualidade da vida e a produção dos pescadores, está em longo prazo. Qual o
595 caminho mais rápido que eles poderão ganhar este dinheiro, gerar renda. Só isso. JUANITA – só
596 para consolidar conselheira Fátima, você está pedindo esclarecimento de quatro ações. Que ações
597 são essas de noventas que já estão tramitando ou vai tramitar, os sete projetos que ela já
598 descreveu sobre eles, e você não ficou completamente esclarecida, com relação à psicultura (falas
599 ao fundo). ROSA – É... durante o ano de 2012, foram realizadas oficinas, nós sabemos que na
600 área social, quando vamos elaborar um tema ou nós nos reunimos e o grupo objeto daquele tema,
601 verifica as demandas e foram levantadas novecentas demandas, entre os grupos dos três
602 municípios, nesta época foi convidado Engenheiro Novato, porque nesta época, na região, não vai
603 ser atingido, mas esta na região. Eles levantaram este grupo e levantaram novecentas
604 possibilidades, sobre o plano de assistência social. Saiu assim desde construção de estrada até a
605 contratação de mão de obra, eles foram filtrando as ações até que as que são prioridades para a
606 área de assistência social estão contempladas na área da assistência social. Então não quer dizer
607 que o plano da assistência social tem novecentas ações, quer dizer que foram levantadas
608 situações que eles teriam interesse. Eles foram filtrando durante as oficinas. Sobre os sete projetos
609 são aqueles que eu acabeid e falar agora a pouco. Estão até ali exibidos. São os projetos de
610 extensão rural, o projeto para os 5 ha, são os setes que eu falei anteriormente, nós podemos pedir
611 a assistente social que ajudou na elaboração do plano ela está aqui e poderá falar mais um pouco
612 sobre ele. E sobre os pescadores, eu também convido o pessoal do empreendimento, porque é um
613 dado de acordo com o diagnóstico que eles fizeram, acho que é melhor eles explicarem. JUANITA
614 – Acho que não tem necessidade, eu não sei se os conselheiros analisam isso, porque eu não sei
615 se ficou claro para você Fátima. Pelo que eu estou entendendo ele foi feito de uma forma
616 participativa. Foram feitas tipos de audiências públicas nas comunidades e nas audiências públicas
617 com a comunidade afetada, eles levantaram as possibilidades que atenderiam eles, dentre estas
618 possibilidades foram priorizando quais, que chegou neste universo de projetos. Então os projetos
619 foram demandados pela comunidade. Então não cabe a este conselho ponderar, se o projeto será
620 bom ou não para a comunidade, porque foi uma construção participativa com eles. Aí eu coloco a
621 discussão aqui para os conselheiros com relação a esta questão. ROBERTA – Eu gostaria só de
622 pedir Fátima, acho que pra isso é o debate, nós vamos clareando, agora é assim. Nós temos essa
623 limitação, aquele conselheiro que não pegou o processo que é grande e não é tão simples. Nós
624 não conseguimos nesta plenária ir ao miúdo da coisa. E a minha sugestão Fátima, é que ou você
625 se você conseguir entender a estrutura e o esqueleto para você se sentir segura para votar, e a
626 segunda sugestão é que depois você pegue o plano e leia esta parte inclusive os miúdos que você
627 não entender. Porque quando optamos para a relatoria é esta questão. Quem se debruçou nele ele
628 relata e tenta explicar e às vezes pode não atender a angústia de detalhes que o outro conselheiro
629 possa ter. Mais vai ter que ler. Eu só volto a insistir que no todo do plano, eu nunca vi algo tão feito

630 tão bem democrático. E pra dizer que nós aqui, se a comunidade levantou quem somos nós aqui a
631 dizer a priori se ele está bem ou está ruim. Aquilo que nós sempre discutimos e criticamos é que
632 muitas vezes trás proposta que a comunidade não participa e aí na hora da efetivação a coisa da
633 errada. E pelo que nós percebemos no plano este é um projeto que está sendo construído a um
634 ano, o que é legal, e na hora que você falou aí de novecentas ações, vai de uma estrada as vezes
635 de construir alguma coisa fora da proposição. A minha sugestão é um pouco isso. É melhor você ir
636 até do lado da Rosa para você dá uma olhada nesta questão mais afundo. Mas se ainda assim se
637 não te atender fica essa questão de peixe para vocês tentarem dá uma pincelada. Como nós
638 encaminhamos aqui. Nós vamos tentar com que todos os conselheiros falem e o que não for
639 possível por nós clarear vocês clareem. Ok! JUANITA – Conselheiro Volney, por favor, microfone!
640 VOLNEY – é para mim também não ficou claro, estas novecentas ações, são jurídicas no âmbito
641 da justiça ou são ações a serem desenvolvidas? Porque se são novecentas ações, eu percebo a
642 total ausência do poder público nestes municípios., gente! De demandas eu não entendo, pois é eu
643 acho que, a minha dúvida, eu gostaria de recomendar para o empreendedor na contratação dos
644 três profissionais da psicologia, que fossem observadas o recolhimento das contribuições sindicais,
645 bem como fossem pedido à certidão negativa destes profissionais, nós temos tido um volume
646 grande de processos éticos dos nossos profissionais então que vocês, por favor, observassem este
647 detalhe. Pra mim não ficou claro este plano de ação de segurança alimentar. Este plano atende só
648 a dar a cesta básica ou tem uma nutricionista que ira fazer este plano? O que este plano vai fazer é
649 apenas dá uma cesta básica, este plano de ação para residentes, eu gostaria também de. O plano
650 de reativação econômica ele apenas para o período da construção, são três anos Rosa? Isso não
651 está claro. JUANITA – O último plano de ação lá Rosa! Com relação às três colocações lá. Na
652 verdade, o primeiro e o segundo você só teceu um comentário, não é isso conselheiro?
653 Considerando que demandas podem ser apresentadas 10 ou 10 milhões. Aí nós não podemos
654 medir ineficiência de poder publico por isso, porque inclusive nas nossas Conferências aparecem
655 muito, mais que junta não dá uma nem duas. Porque estou avaliando isso inclusive para terminar o
656 plano de assistência social. ROSA – Você não entendeu sobre a extensão rural, sobre o plano de
657 segurança alimentar, isso o empreendedor poderia responder e ações residentes é são os auxílios
658 do fortalecimento de serviços públicos, por isso são 900 operarios, 100 vem de fora, então são 100
659 pessoas a mais para funcionar no sistema de educação que é uma área, que eles citaram que
660 poderiam ajudar, não é do plano de assistência social, porque não é do política de assistência
661 social. Mas fortalecendo na área da educação, da saúde, na área da assistência social, uma
662 pareceria com as prefeituras, porque o que ocorre, de repente a prefeitura já tem algum projeto na
663 sede, que não consegue levar para o meio rural, aí podem está fazendo parcerias estes trabalhos
664 que são desenvolvidos na sede para o meio rural, este é o fortalecimento para os residentes.
665 Porque quando tem este processo de usina não é só o atingindo direto que tem que ser
666 beneficiado, eles pensam em uma forma mais coletiva, em melhorar o atendimento daquelas

667 famílias que estão em entorno, que não serão atingidas e estão no entorno que eu visitei e estão
668 em uma situação mais vulnerável, então eles irão fortalecer estes serviços, porque eles estarão na
669 região, nas comunidades da região, porque são comunidades rurais. JUANITA – Conselheiro
670 Mauro. O empreendedor vai responder. (falas ao fundo). ROBERTA – é sucinta dizer o que é o
671 plano de segurança alimentar. Para além se contratou nutricionista para quê, além da cesta básica o
672 que é que vai ser trabalhado. Tem algum eixo com a segurança, com a política nacional de
673 segurança alimentar, se ela tem algum eixo, então você fala, nós vamos usar isso e isso da política
674 nacional de segurança alimentar. E da reativação econômica, sucintamente o que se pensa em
675 fazer para reativar economicamente aquelas comunidades que serão reativadas. Ok! Eu já tenho
676 basicamente três perguntas para você aí. JUANITA – Conselheiro Mauro e depois conselheiro
677 Márcio. Mauro! MAURO – Na mudança de paradigma dessas pessoas, como agricultor familiar do
678 campo, pensando no nosso povo que está lá, eu estou pensando no seguinte: porque sem
679 irrigação ultimamente não está tendo nem como produzir direito. Porque eu estou vindo de lá e
680 estou vendo a necessidade daquilo que sempre é uso, nós tínhamos farinha sempre. É um
681 exemplo, não dávamos nada por farinha e hoje a farinha superou em nossa região superou o preço
682 do feijão. E hoje estão vindo da terceira safra que planta e não colhe. E se este plano, se este
683 projeto que é para reativação até mesmo de contribuir na produção de alimentos, na lógica de uma
684 perspectiva de garantir renda para as famílias e elas continuarem no campo de forma digna, nós
685 também na comunidade teremos que pensar em uma lógica de produzir com irrigação, e se tem um
686 apoio dos entes federados para contribuir neste processo, então hein, nós somos de ouro verde e
687 temos um histórico na produção de café e hoje nós não pensamos na produção de café lá sem ter
688 que ser irrigado, então até penso e tenho uma pergunta. Vão produzir, e como é que se pensa na
689 comercialização, não sei se é uma pergunta que se cabe também, nesse meio. E a outra questão
690 que eu gostaria de saber também é questão do peixe, se para estas famílias garantir a renda e o
691 sustento da família, a comercialização deste peixe será feita de que forma, este meio de
692 escoamento de produção. E quais as culturas que serão produzidas, é frutíferas, laranja, pequi,
693 qual é esta produção. JUANITA – Quem responde Rosa, Roberta? ROBERTA – Eu estou dando
694 pitaco, é porque eu li o plano. Então o que eu vi. A EMATER está presente ali. E é muito Geraldo, o
695 que eu vi no plano. É um pouco isso que tentamos construir com a intervenção da SEDESE porque
696 por ser entende publico, então a EMATER estará com a assistência técnica nesta perspectiva sua
697 aí de produção, como é que vai, o que é que vai ser produzido, isso não está definido, porque isso
698 lá está em processo de construção. Quando ela fala assim, eles estão junto com a comunidade
699 definir o local que vai ser reassentado, a comunidade está participando, a comunidade quer vir pra
700 cá é possível, é possível, então nós vamos fazer. Aqui pode produzir isso, aqui isso. E você falou a
701 essência deste projeto que é a questão da água. Então quer dizer, tudo que estamos discutindo
702 aqui, por você vive isso lá. Você falou não adiante discutir se é curto, médio ou longo prazo se não
703 garantir a questão da água. Não adiante discutir se é a ou b, se todo mundo vai divulgar bem, se

704 não fazer a questão. E hoje por incrível que parece é o dia Mundial da Água eu assisti no Bom dia
705 Brasil e vi a história da dona Maria e com uma caneca ela toma banho, faz não sei o que e não sei
706 o quê! Eu acho que essa perspectiva deste projeto qualquer coisa que nós levantar, e eu acho
707 importante levantar, mas a essência disso aqui é a questão da irrigação. Entendeu! E é isso que
708 eu volto a insistir. Muita coisa que eles apresentaram aqui, muita coisa não tem resposta porque
709 eles estão em um processo de construção, Fatima, não tem resposta se é em curto, médio, não. O
710 que tem resposta e que nós estamos pautando é que tá construindo junto com a comunidade e já
711 definiram onde vai encher de água e a forma como vai trabalhar a irrigação. E como vão trabalhar
712 as comunidades e com a EMATER essencialmente como orientação técnica assistência técnica
713 para os produtores. Agora todas essas angústias nossas elas devem se transformar em ações de
714 acompanhamento e monitoramento para saber se vai acontecer. Porque às vezes tentamos
715 levantar as angústias aqui, porque o nosso papel é monitorar do jeito que está escrito ali, não está
716 ruim não, está bom! Está dentro do caminho que sempre discutimos aqui. JUANITA – Com relação
717 aos demais questionamentos se caso a conselheira Roberta não tiver respondido eu peço ao
718 empreendedor que esteja anotando. Com essa questão que ele colocou da especificidade que ele
719 colocou. Conselheiro Márcio, microfone, por favor. MÁRCIO – Bom dia a todos. É para não ser
720 muito repetitivo e ser pontual, este projeto está trazendo e agregando mais conhecimento para este
721 conselho, pelo tempo que estou aqui, se eu não estou errado é a primeira vez que aparece na
722 apresentação de um PAS, a proposição do empreendedor de está atuando com um Projeto
723 Pacuera que é a exploração do lago, que é uma possibilidade de reativação de determinados focos
724 do município. Acho que não estou enganado é a primeira vez, acho que isso é importante o dado, é
725 um projeto específico de irrigação e não de exploração econômica, que muitas vezes o
726 empreendedor que tem essa perspectiva de exploração, ele não permite que seu lago seja utilizado
727 para outras finalidades, acho que isso é uma característica importante e levar este conselho a
728 pensar, porque não estender Pacuera também para outros empreendimentos e qual a viabilidade
729 econômica. É outra discussão e outra linha de análise. E do ponto de vista bem específico o nosso
730 procedimento aqui, da equipe técnica e quando entra o PAS no conselho é fazer a verificação de
731 todas aquelas propriedades e os atingidos diretamente pelo empreendimento. Dada a
732 característica deste empreendimento pelo que foi exposto, 65% das casas que foram visitadas,
733 dada a questão de distância e etc. 35%. E nós já tivemos aqui experiência de outros
734 empreendimentos que mesmo havendo a visita técnica em todos os municípios, posteriormetne
735 chega ao conselho outras questão de pessoas que não foram incluídas no PAS, então este é o
736 ponto que gostaria de levantar neste sentido. A nossa segurança de darmos um encaminhamento
737 para que não possa criar nenhum espaço para que futuramente não tenhamos nenhum tipo de
738 questionamento com este aspecto. Se há ou não. É uma questão. Outro ponto relacionado a isso,
739 foi colocado aqui que os filhos de 18 anos que são residentes comprovadamente, também teria
740 uma extensão de um reassentamento e dado essa característica de verificação do projeto se existe

741 e se todos estão mapeados e dentro do plano de assistência social e outro ponto a área de
742 reassentamento, foi colocado aqui que a terra a ser indenizada a terra nua e as benfeitorias e a
743 produção. E os 50 ha que serão destinados a este reassentamento. A questão da moradia, estas
744 casas também serão garantidas para as pessoas reassentadas. Acho que é importante
745 pontuarmos. São estas questões. ROSA – Itacoera ele é obrigatório na área ambiental para
746 qualquer tipo de empreendimento. Ele foi citado hoje, porque tem pescadores e também teve
747 indicativo histórico. O conselheiro relator às vezes não pega este ponto. Mas Itacoara é obrigatório
748 para qualquer tipo de empreendimento. Sobre a moradia, todos aqueles que residem o proprietário
749 terá sua casa se tem 10 comodors terá 10, se tem 2 terá 2 e com padrão de construção. Aquele que
750 tem 2 comodors, ele terá uma casa mais adequada. Então isso é garantido no PAS à moradia para
751 ele. Existe estudo sócio-econômico sobre as famílias residentes e com os filhos. E os trabalhadores,
752 quem tem filho, o trabalhador que tem filho que reside, tem um estudo sócio-econômico deles. A
753 assistente social que trabalhou neste estudo sócio-econômico ela está aqui, mas já existe isso.
754 Sobre o espaço para outros interessados, eu realmente e tecnicamente não sei como pode ser
755 garantido, que isso seja fechado. Talvez eu não tenha entendido a pergunta na realidade, porque
756 eu sei que em outros empreendimentos está aprovado em plano e a cada seis meses chega um e
757 diz eu sou atingido mas eu não fui contemplado no PAS, eu não sei como isso pode ser engesado,
758 eu não sei como isso acontece. JUANITA – Conforme a Rosa falou, sempre na hora dos
759 diagnósticos, todas as pessoas que residem ali, e que são atingidas com aquele empreendimento.
760 Que é o que ela está falando que é garantido no PAS. Outras pessoas que vierem, por ventura
761 aparecer, nós não temos governabilidade com relação a isso, igual nos tivemos em outros
762 empreendimentos, cita-se inclusive este que está com pendência, não é, estava ausente que eu fui
763 trabalhar em São Paulo e eu penso que toda vez que aparecer deverão ser trabalhadas. Ok!
764 Cristiane. CRISITIANE - Eu vou muito na lógica do que o Márcio falou e outros falaram, e sem
765 dúvida trás muita novidade e muitas questões para nós, porque até fiquei pensando nisso e na
766 reformulação da legislação do PAS, quem sabe trazer alguns critérios deste empreendimento para
767 fazer parte da nossa resolução, porque ele é inovador em vários aspectos e dá indícios para varias
768 análises de outros empreendimentos. Agora por não ter lido, eu senti falta de uma questão, e pode
769 está contemplada e vocês podem esclarecer. Que quando eu vi que serão 300 trabalhadores, você
770 tem um grupo grande de trabalhadores para um distrito de regiões tão pequenas, com população
771 pequena. Nós sabemos dos impactos que isso trás não só na questão dos serviços, mas também
772 no aspecto, por eu ser militante na área da criança e do adolescente, que é o aspecto da
773 exploração sexual de crianças e adolescentes. A minha pergunta é que se já existe algum plano de
774 prevenção. Porque não é de atendimento quando o caso acontecer não. É prevenção na questão
775 da exploração sexual, tanto para a questão dos trabalhadores, quanto para a região. ROSA –
776 Quando vão descrever as ações da equipe do plano de controle social, eu abordo isso. Tem que
777 ser realizado de prevenção dos tipos de violência. A equipe do posto de atendimento social já tem

778 essa atribuição que já esta na resolução também já está garantido para a equipe do posto de
779 assitencia social, as duas equipes. (falas ao fundo) JUANITA – João Ademar. JOÃO ADEMAR –
780 perguntas têm várias e que ajudam a atender e poder se posicionar adequadamente. O
781 empreendimento afeata o SUAS isso já foi colocado. E quem vai ser beneficiado, porque temos
782 vistos projetos de irrigação, só que para o norte na beira do São Francisco, que fazem lago, ou
783 seja, o que for, afeta 7 pessoas e na pratica beneficia outros. E daí gostaria de saber quem são os
784 beneficiados? E o gancho que isso me dá. Os reassentados e os deslocados eles estarão na área
785 dos 30.000 ha que serão objeto para a irrigação? Ou não. Se não por quê? Se estiverem dentro
786 terão condições do custo? Porque terão custos, irrigar pelo que me fala, não é barato não. Essas
787 pessoas, porque o Mauro já falou sem água não tem jeito de produzir. Então se tem essa
788 informação, do atingido, relocado, reassentado, se tem a informação se estas informações estarão
789 sendo beneficiada com a irrigação. JUANITA – Você tem a informação Rosa, ou é o
790 empreendedor? Então finalizamos todas as inscrições e então vou solicitar ao empreendedor que
791 faça uso da palavra e responda diretamente aos questionamentos ainda sem resposta. AMILTON -
792 Meu nome é Amilton José, eu sou engenheiro agrônomo e vou ficar preocupada de responder
793 questões mais técnicas e as demais vou deixar para os colegas que elaboraram o PAS e as
794 questões sociais. Eu vou começar pelo que nosso colega falou do lucro cessante. Antes um pouco
795 eu vou só falar que este empreendimento é um conjunto é um complexo de Eva, ele está
796 começando com duas barragens e estamos falando da primeira que terá um área de 9 ha, e a
797 segunda barragem que ficará mais abaixo ela terá só 100 ha. Estou falando aqui primeiro só da
798 barragem 1, que será depois outro processo de licenciamento, tudo separado, e assim por diante, a
799 agilidade de produção de energia e a agilidade de processo de irrigação. Como nós discutimos
800 com a comunidade, fizemos N reuniões, com a participação maciça do pessoal, onde tivemos
801 várias audiências e varias oficinas, nós elaboramos um plano de negociação. Toda a metodologia,
802 todos os seus critérios discutidos com o pessoal. Nem tudo que o empreendedor, nem tudo que os
803 atingidos quer o empreendedor pode. Mais tudo que a Lei determina ao empreendedor pode ele
804 tem que fazer, então nós fizemos este projeto discutindo ponto a ponto com as comunidades,
805 discutimos foi aprovado em audiência com cada município, apresetamos para a Promotoria do
806 Ministério Público de Montes Claros e registramos em cartório em cada município, pois ele é a parte
807 legal, a bíblia de como esta sendo negocio e o quê! E dentro do plano de negociação, discutia-se
808 muito o lucro cessante. Aí pega a propriedade do cara é feita uma analise da duração, dó porte que
809 ela existe, como ela vai sobreviver pra frente e como ela fica naquela existência e quanto vai ter de
810 produção. E não só a produção está ali, mas também o extrativismo, a região o pessoal produz,
811 pequi, é, tem uma castanha que o pessoal, tem um rendimento de mercado, até isso foi
812 levantando. Quantas árvores de pequi têm, quanto de produção teria ali. Também foi mapeado.
813 Então quando foi à propriedade levantou-se tudo para fazer a indenização que o cara tem direito.
814 Então na parte do lucro cessante acho que é tranquilo, o pessoal na discussão estas coisas foram

815 colocadas por eles e foi aceita pelo empreendedor. A questão do pescador, estes 28 pescadores,
816 são associados aos pescadores de Pirapora, as reivindicações deles e nós nos comprometemos a
817 ajudá-los, mas com a criação da associação deles. E mais uma coisa, eles falaram o seguinte, o
818 peixe para nós já está escasso, então já está. Não tem peixe para pescar, aí nós vamos trabalhar
819 com eles em inovações para fazer a utilização do lago, com tanque rede. Então eles terão
820 produção na escala comercial, onde tem mercado, Montes Claros, Belo Horizonte, a região é
821 tranquila. Então eles falam que muitas vezes as pessoas veem procurar o peixe e nós não temos
822 porque já está faltando. O lago, essa barragem terá uma regularização de vazão onde foi dito, vai
823 ter uma sequência este posto vai beneficiar até a transposição lá para o nordeste de quase 30m³
824 por segundo. Vazão regularizada. Então o estudo que foi feito ela atinge até 200m³ por segundo,
825 onde inunda toda a região, onde ela terá a oportunidade de regularizar toda esta vazão. Então ela
826 tem um pico muito alto, e muito baixo, então falta muita água então ela tem uma vazão de mais de
827 200m³ por segundo e chega a ter uma vazão de menos de 5m³ por segundo em períodos críticos
828 do ano. Então ela terá uma vazão regularizada de 30m³. A questão da irrigação, eu não sei. Quem
829 perguntou aí. Se os reassentados irão para a área de irrigação. Não. Porque, o seguinte. A
830 concepção do projeto de irrigação foi feito a uns anos atrás e a nossa preocupação é grande. A
831 Dilma lançou um projeto irrigação e está sendo investigado, porque é uma coisa futuro ainda que
832 vai demorar em torno de 10 a 12 anos, que tem a barragem 1 e a barragem 2, estamos falando
833 desta escala de tempo, porque isso demora, porque como vai ser este empreendimento, será
834 irrigação pública ou privada. A irrigação pública você chega lá desapropria quem está lá, porque
835 não dá oportunidade para quem está lá? Então não sabíamos como vai ser então não tinha como
836 levar, porque nós não sabemos se será aqui ou se vai ser lá. Sabemos que o projeto está em área
837 de influência de água. E pode não só ter a garantia de captação de água do lago, como vai ter uma
838 vazão regularizada no curso dele, vai ter a possibilidade de ter água para baixo da represa onde os
839 produtos estiverem lá e ter acesso aquela área que estará regularizada. Todo mundo que já tem
840 outorga para a região vai ter irrigação, todos os proprietários que já tem outorga tá garantido. Quem
841 dá outorga é o IGAM, tá garantido porque o cara vai renovar. Mesmo que ele tenha irrigação aqui e
842 o lago vai mudar a área dele ele vai ficar com área remanescente, mas a outorga dele de captação
843 esta garantida, porque ela esta outorgada. Quem deu a outorga dele é o IGAM. É mais alguma
844 coisa da parte sem ser social que eu esqueci de responder. Aí a parte social não é da minha
845 competência vou passar para os meus colegas que estão mais preparados. FÁTIMA – Uma
846 questão. AMILTON – Sim! FÁTIMA – Com relação a este lago, então eles lago vai ter um suporte
847 com relação aos pescadores, a área será todo no lago, ou ele terá outro lago que ele irá produzir
848 peixe. Isso que não está claro para mim. Porque de repente você está propondo, igual à Risoleta lá
849 em Ponte Nova, é proibido pescar na área lá. Estes pescadores eles terão direito de usar esta
850 barragem, terão esta vazão ou terão direito de ficar nesta barragem. Isto que é minha dúvida. Esta
851 produção estará dentro do lago ou estará à parte. Esclareça por favor. AMILTON – Perfeitamente.

852 Ele pode continuar pescando onde ele quiser porque ele já tem registro profissional, e pode
853 continuar. Eles pediram uma área para eles próximo ao local onde eles irão pescar, para eles
854 guardarem barco, rede estas coisas, e vai ser disponibilizado para eles e será construído. O lago
855 estará aberto para eles. O tanque de piscicultura que seria o tanque rede é no lago, no próprio lago,
856 então nós vamos discutir com eles, eles estão interessados neste empreendimento, nesta ideia de
857 nova topologia de fazer a produção de tanque rede que será para eles muito mais tranquilo, eles
858 saem pela manhã viajando ao longo do rio Jequitáí, São Francisco, jogando puxando rede e chega
859 ao final do dia, volta sem nenhuma coleta de peixe. No tanque rede não. Ele vai ter essa condição
860 favorável. SILVANO – Bom dia a todos meu nome é Silvano eu sou da CODEVASP, com relação à
861 piscicultura ainda, um dos programas ambientais é a instalação de um tanque de piscicultura na bacia
862 do rio Jequitáí, dentro da bacia do Jequitáí, justamente para fomentar e aumentar a produção das
863 espécies nativas da bacia. Isso é uma questão do ponto de vista ambiental do licenciamento.
864 JUANITA – Quem vai responder a questão da prevenção de exploração sexual da criança e do
865 adolescente. NOBERTO – Meu nome é Norberto, eu sou sociólogo era até dezembro professor da
866 universidade federal de Viçosa e me aposentei e estou trabalhando neste projeto, nesta proposta
867 eu sou um dos proponentes junto com a Edivânia, depois ela pode responder alguma coisa. Uma
868 coisa muito importante deste projeto é uma abordagem integradora e dinâmica entre seus
869 componentes. Vamos começar assim, a nossa abordagem, a reativação econômica ela vem da
870 indústria de turismo, como nós temos em mente a nossa referência é a indústria de turismo, por
871 exemplo, como é que ... Um certificado para se ter um posto oficial, na orientação e salvamento,
872 condução de barcos. Eles querem, portanto, uma construção na beira do lago, de como entram e
873 saem turistas, eles querem uma preparação e apoio uma compra de equipamentos para
874 refrigeração de peixes. Então nós vamos ver como ter uma abordagem integradora. A entrada de
875 turista poderia depende de quê? Hoteis! A entrada de turistas depende de estradas! Depende de
876 restaurantes! Então para nós a abordagem que está sendo desenvolvida é em termos desta
877 indústria complexa e de envolvimento, e o quando falamos em reativação em projetos para os
878 residentes, nós temos três aspectos. Recuperação, expansão e apoio. Por exemplo, recuperação:
879 escolas, hospitais, posto policial, capacitação do posto policial. Eles fizeram demanda sobre o
880 aumento dos efetivos. Eles não têm motocicleta para ir ao campo. É aí que entra as 900
881 (novecentas) ações. Você está entendendo? Não são 900 ações isoladas, são integradas. E
882 evidentemente tem a participação como vocês já identificaram do empreendedor que tem este
883 cunho público, oficial. Que está dentro do programa de aceleração do crescimento. Se é um
884 programa de aceleração do crescimento. Nós temos que ter esta abordagem integradora dentro do
885 projeto. E para nós o que seria de expansão e o que seria de apoio. Formação dos professores.
886 Estão pedindo especialistas em várias áreas e capacitação de professores municipais e estaduais,
887 através de cursos, pode ser a distância, pode ser locais, que outras instituições estão envolvidas.
888 Então elas possuem uma abordagem muito institucional em relação à perspectiva muito

889 dimensionada de aspectos sociais. Então você tem a saúde, a educação, o transporte coletivo que
890 foi abordado, as ações relativas ao transporte coletivo. As estradas visinaís, as estradas ruraís. As
891 estradas ruraís, que entram dentro da parte de reativação econômica. Porque você faz um coluio,
892 uma agregação de instituições e não é só do empreendedor. Tudo isso foi construído dentro das
893 resoluções que são apresentadas pelo CEAS. Não há nada de novidade. Por exemplo, uma coisa
894 específica só para complementar com relação à questão rural, porque parece que ficou um pouco
895 de dúvida. Nós definimos três tipos de extensão rural. A primeira delas é para aqueles que irão
896 permanecer à margem do lago, menos de 2/3, ou seja, essas pessoas elas terão que conviver com
897 outra realidade. Uma conservação aquática, ambiental, que eles não tinham. Então eles precisam
898 de uma extensão rural diferenciada. Aqueles que tem até 5 ha, nós temos olhando a EMATER e a
899 EPAMIG. Quem é que produz com 5ha? Hidroponia? São novos desafios que a pesquisa agrícola
900 tem que começar a pensar. E neste sentido nós temos que começar a jogar com flores. Uma
901 cidade que tem turista. Tem que pensar em que? Que matéria prima de aterfato. Então é este
902 conjunto. Quer dizer todos os projetos estão estruturados na interatividade entre eles. Então agora
903 o tripé principal é o posto de atendimento social, é o projeto de comunicação e um adicional que
904 colocamos para o projeto de monitoria e avaliação. Antes de qualquer coisa seja amenizada, existe
905 uma equipe de monitoria e avaliação que se envolve com todos os projetos de forma articulada,
906 envolvendo o posto e a comunicação. JUANITA – As conselheiras estão esclarecidas? É por favor,
907 microfone para a conselheira Rosilene. ROSILENE – Qual é a articulação com a política de
908 assistência social dos municípios? JUANITA – Qual o quê? ROSILENE – Política de assistência
909 social dos municípios. EDIVÂNIA – Gente, Bom dia a todos eu sou assistente social, meu nome é
910 Edivânia, inclusive do município de Francisco Dumont. Vejo que isto contribuiu muito, pois não
911 conhecia a região dos três municípios. E pouco na fase de elaboração do PAS, houve um dialogo
912 constante com as secretarias, com os conselhos municipais, com os CRAS. E eles participaram
913 efetivamente na elaboração, principalmente na parte da política de assistência social dos
914 municípios. Este diagnóstico que foi levantando foi justamente com a comunidade e com o
915 conselho municipal que teve uma expressiva participação durante todo o processo. ROSILENE –
916 Já fizeram o cadastramento e o acompanhamento de todas essas famílias? EDIVÂNIA – Sim, os
917 conselhos municipais também. O conselho estadual tem que está acompanhando e avaliando
918 nosso trabalho, o trabalho, pois ainda eu não faço parte da equipe que vai ser do posto. Não posso
919 falar da equipe. Mas o conselho municipal também vai está acompanhando todo o trabalho que
920 será desenvolvido. Do CRAS. JUANITA – Eu só queria dá um esclarecimento. O CRAS não vai
921 referenciar essas famílias, considerando que o CRAS é responsável por território do município.
922 Então automaticamente ele é responsável por estas famílias ou deveria ser. Mas no caso
923 específico da instalação deste empreendimento está entrando outras equipes. Mais duas equipes,
924 que farão um trabalho. E aí eu acho que tem que é as duas equipes conversar, as equipes do
925 posto do CRAS, com relação a essa questão do atendimento. Pois com relação ao conselho

926 municipal, inclusive fazer o referenciamento. EDIVÂNIA – Eu entendi. Que nós não temos nenhuma
927 obrigação. Este trabalho será feito em rede. Os postos de atendimento social deverá ter uma
928 constante comunicação com o CRAS. Mas não. De uma forma articulada. VOLNEY – A minha
929 dúvida com relação ao plano de segurança alimentar não foi respondida. AMILTON – Este projeto
930 de segurança alimentar, ele voltado inicialmente para ao oferecimento de cestas básicas durante o
931 período em que as pessoas estão em fase de transição. Evidentemente, a coisa não é só
932 distribuição de cesta básica, aquela remoção que fazemos de forma integrada. Ou seja, quem é
933 que produz estes alimentos. O objetivo é trabalhar com os reassentados, diferentemente trabalhar
934 com os produtos desta cesta básica. O objetivo é trabalhar com este pessoal até 5 ha, para o
935 fornecimento e evidentemente, complementar a compra em outros setores. Mas a principio, o
936 enfoque da segurança alimentar ele se envolve e esta direcionado à reativação econômica local.
937 JUANITA – Produção, compra, reativação. AMILTON – Quer dizer você não tem só a compra, você
938 tem a produção, exatamente e todas as etapas posteriores. JÚLIO CÉSAR – Eu não consegui
939 identificar de forma mais clara, quem serão os moradores beneficiados com a irrigação? Se serão
940 os agricultores familiares, se é o agronegócio. É aquele que estão próximos ao lago terão acesso?
941 Poderão usar o lago para irrigação? AMILTON – é o que eu já expliquei. Aquele que já tem outorga
942 da água vai continuar tendo. Nós não podemos impedir mesmo que o lago esteja lá, o acesso da
943 pessoa. Quem tem já outorga será respeitado, se ele vai ter direito a mais outorga não podemos
944 garantir, pois quem dá outorga é o IGAM. É o IGAM e ele tem suas restrições. Agora nós não
945 temos a definição como eu disse da área que nos vamos irrigar, se será pública ou privada. No
946 contexto lá atrás quando foi feito. Este projeto gente! Tem 60 anos que está. VOLNEY – Desse
947 total quantos tem outorga? AMILTON – Este dado exatamente não tem como eu te falar. Mas quem
948 te outorga vai continuar tendo a outorga dele. VOLNEY – É um total de 500 e poucas famílias.
949 AMILTON – Não, não. Talvez poucos. São poucos. Porque o seguinte, com o IGAM tem essa
950 limitação. A bacia do Rio Jequitá que forma o Jequitaí até chegar ao São Francisco. Está em
951 restrição de liberação de outorga, por conta da falta de disponibilidade de água. A partir da
952 barragem que terá vazão regularizada, o IGAM pode pensar em aumentar esta disponibilidade de
953 outorga. Eu acredito que dessa turma toda, eu acredito que são poucos, uns 10 (dez), porque tem
954 pessoal que já produz a banana e irriga outras áreas. ROBERTA – Isso é só para nós
955 entendermos, pois isso foi uma inquietação forte. Mas pelo que estou entendendo, é o seguinte. A
956 vida das pessoas que estão lá hoje que é muito que o Mauro falou. Existe um conjunto de pessoas
957 que estão lá, seja 100 seja 1000 que ha 60 anos tem se desse a outorga, desçem a outorga. Tem
958 60 anos que está lá. Construir a barragem significa manter estes 10(dez) que tem porque isso é lei,
959 o cara consegue lá no instituto, é lei, ninguém tira isso dele. E cria a possibilidade de mais 20
960 (vinte) consegui a outorga. Porque se você não faz a barragem estes 10 que estão lá, vao usufrir
961 daqueles outros que não tem nada, essa é a questão. Você tem lá 10 pessoas, porque ter outorga
962 para poder irrigar isso aí. É o que ele está dizendo. Hoje o empreendimento não pode responder

963 quem vai ter, porque isso não está na mão do empreendimento. Eles não possuem esta
964 governabilidade de dizer isso aqui, vai ser para as famílias X, não é, porque existe uma lei que rege
965 isso aí, que é a questão da liberação para poder ter acesso a esta irrigação, pois alguém falou
966 paga. Paga agora porque isso não é para está aqui. Porque vamos deliberar aqui, é saber se
967 outras pessoas que têm condições de ter acesso à outorga vai ter? Porque hoje o que você tem lá
968 é que com essa possibilidade não vai conseguir tirar a água de lá. JUANITA – Encerrando as
969 inscrições. Ao conselheiro André, porque acho que nós já estamos esclarecidos para tomar a
970 decisão. Conselheiro André, voto para a relatora para darmos este encaminhamento. ANDRÉ – Eu
971 não sei se eu me enganei, quando o professor sugeriu ou mencionou a questão de hidroponia.
972 JUANITA – Ele só comentou. ANDRÉ – Ele só colocou e havendo essa disponibilidade dentro da
973 segurança alimentar se ele teria essa orientação com relação à EMATER. Só ficou uma
974 interrogação com relação à segurança alimentar. A segurança alimentar como foi apresentado
975 ficará em forma de distribuição de cesta básica. Ele falou que não. Caso tenha ou se tiver algum
976 projeto de questões nesta área, Hidroponia, entre outras coisas, está aqui o agrônomo é importante
977 está falando e dando esclarecimentos sobre essa questão. Porque não é publicizado, e nem
978 clareado para as pessoas que estão fazendo. Acham que tem uma função e às vezes tem outra em
979 relação à segurança alimentar e no projeto de segurança alimentar isso é discutível. JUANITA –
980 Desculpe conselheiro André, você está tecendo um comentário? ANDRÉ – Um comentário. Caso
981 tenha dentro do projeto todo. Tendo essa cultura sendo implantada, sendo implantada. JUANITA –
982 Entendido. Conselheira relatora, por favor! ANDRÉA – Tendo em vista o que foi relatado aqui e o
983 que foi esclarecido pelos empreendedores, e tendo em vista as promoções que serão feitas para a
984 região. Em termos de irrigação em termos de produção de alimento. Eu sou favorável à aprovação
985 deste prazo. JUANITA – Em votação: CRISTIANE – Com a relatora - GERALDO
986 GONÇALVES/SINTIBREF – Com a relatora. Favorável - JOÃO ADEMAR – Com a relatora -
987 HENEDINA – aprovado - ROSILENE – com a relatora - VOLNEY – Com a relatora - DIOGO – Com
988 a relatora - MAURO – Com a relatora - GUILHERMINA – com a relatora - MÁRCIO – Com a
989 relatora - JOÃO – Com a relatora - ANDRÉ – Com a relatora - RAQUEL – Com a relatora - ANÁLIA
990 – Com a relatora. JUANITA – Com relatora. Aprovado o PAS de Jequitaiá. Dando continuidade a
991 nossa plenária. É verdade, muito obrigada a todos do projeto Jequitaiá por todos os esclarecimentos
992 necessários, que foram transmitidos. Oi? (falas ao fundo). Ok! Muito obrigada, bom trabalho! Bom!
993 dando continuidade à nossa pauta. Letra B. Nós temos que decidir aqui com relação a um
994 representante deste CEAS que irá participar do encontro chamado pelo CNAS, da região sudeste,
995 que vai acontecer em São Paulo, nos dias 08 e 09 de abril. Foi deliberado na última plenária a
996 participação da conselheira Roberta e Cristiane. Então é! Me parece que a conselheira Roberta não
997 irá participar considerando que a propositura do encontro do CNAS é focado à acompanhamento
998 dos conselhos municipais. Nós entendemos que está mais ligado à comissão de apoio. Como eu
999 não vou poder ir, pois já tenho agenda, a Cristiane já está indo ela irá representar este conselho no

1000 que diz respeito à mesa diretora e a Consolação está indo como secretaria executiva, então
1001 abrimos aqui para um conselheiro em substituição à conselheira Roberta. Eu gostaria de saber da
1002 comissão de apoio, Conselheiro Geraldo está inscrito para participar? ROBERTA - Eu quero só
1003 dizer por que eu fiz a retirada da minha participação e gostaria de pedir à secretaria executiva que
1004 toda deliberação que vier para participação em feiras, fóruns, principalmente para fora do Estado,
1005 que nós buscássemos o máximo de informação possível, para que possamos deliberar da melhor
1006 forma, garantindo os conselheiros com o perfil melhor. É para nos deliberar. Porque nós
1007 deliberamos aqui e acabou que fomos verificar o conteúdo e vimos que caberia mais esta questão
1008 a alguém da comissão dos conselhos participarem, tendo em vista que a pauta fica mais nesta
1009 linha. E aqui estou colocando possível. Porque se não for possível, não é possível. O que estou
1010 pedindo é isso. Trazer o máximo de informação possível, pois se não tiver possibilidade não
1011 precisa nem justificar. JUANITA – Antes do conselheiro Geraldo, Roberta é porque o convite do
1012 conselho nacional veio realmente sem pauta, posteriormente veio à pauta e que está acontecendo
1013 agora. Conselheiro Geraldo. GERALDO – Veja bem conselheiros, a minha inscrição é mais no
1014 sentido de fala do que de ordem para votação. Houve um convite que foi feito pelo CNAS, em São
1015 Paulo, que irá reunir os conselhos estaduais do Sul e Sudeste e uma das tratativas que irão fazer e
1016 pedir solicitou a cada conselho estadual que apresente o planejamento de atuação de apoio aos
1017 conselhos municipais. Então nesta mesma reunião. Então como havia entendido, nos fizemos esta
1018 discussão em nossa comissão, então penso eu, eu não sabia que Roberta iria abrir mão de ir a São
1019 Paulo, independente disso eu já traria esta colocação que eu vou fazer, porque eu vejo que é
1020 importante que eu coloque qual é o planejamento da comissão com respeito aos municípios de
1021 Minas Gerais. E que é uma posição do CEAS de Minas Gerais e a partir daí é a intenção do CNAS
1022 é pegar tudo isso fazer uma tratativa e obviamente eles irão trabalhar e fazer um planejamento no
1023 que diz respeito ao apoio aos conselhos federais do país. Eu penso, veja bem, se puder voltar para
1024 comissão, eu penso que é obvio e a comissão delibera quem vai. Se os outros acharem que
1025 também se deve socializar com as outras, aí precisamos ver essa questão, aí gostaríamos de
1026 ainda sim colocar que para a comissão seria importante a não ser que a presidenta ou a nossa
1027 vice-presidenta faça a apresentação da comissão de acordo. JUANITA – Na verdade eu não
1028 entendi. Quando eu abri a discussão foi para disponibilizar inclusive sugeri que fosse da comissão
1029 de apoio, considerando a temática. Agora eu penso também e a colocação sua, acho que temos
1030 que saber também de que forma que a comissão de apoio vai apresentar o planejamento de apoio
1031 aos conselhos municipais de Minas Gerais. Há tá na pauta? Está ótimo. E, isso! E quem é a
1032 pessoa da comissão de apoio (falas ao fundo), mas agora já está aqui. Quem da comissão de
1033 apoio se candidata e se disponibiliza. (falas ao fundo). Geraldo você pode? Então Geraldo,
1034 Cristiane e Consolação. Bom! É nós temos outro ponto que é bastante rapidinho, que é a
1035 distribuição de processo de usina. Quem é o conselheiro, PCH de Unaí. É o Geraldo, OK!
1036 Fechamos também. Nós temos uma solicitação de entrevista, que veio direcionado ao conselheiro

1037 Volney, onde está Consolação, por favor! Não está aqui não (Falas ao fundo), aqui é só! Vamos
1038 passar depois voltamos para esta questão. Achou? Bom! Chegou um e-mail neste conselho dia
1039 21/03, prezada Consolação, depois de conversa com o Sr. Volney Lopes Araujo, ele informou que
1040 deveríamos enviar estes documentos. Desculpa! Estou lendo o e-mail. Essa aqui foi à solicitação
1041 do pesquisador. Eu Alfredo José Ramos Perez, estou desenvolvendo minha pesquisa de
1042 Doutorado em clinica politica, em ciência politica deste departamento de Sociedade Civil, no
1043 Instituto Compuetz de Estudos Internacionais da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de
1044 Madri Espanha. A pesquisa tem como dinâmica as deliberações nas conferências de politicas
1045 públicas. Minha pesquisa de doutorado é observa as dinâmicas deliberativas de três conferências,
1046 assistência social, controle e transparência e politica para mulheres. Dando atenção aos
1047 regimentos e formatos institucionais, aos trabalhos das comissões organizadoras e aos debates
1048 nos diferentes temas da conferência, por isso, solicito ao conselho, a possibilidade de entrevistar o
1049 conselheiro Volney Lopes Araujo. Na próxima semana estarei viajando para a Espanha e tenho
1050 muito urgência em fazer esta entrevista. Aí eu coloco, porque diretamente ao conselheiro Volney,
1051 ou ao conselho. É amigo seu ou alguma coisa neste sentido, por favor, esclareça. VOLNEY – Esse
1052 rapaz pegou meu contato na última conferência estadual e ele foi como convidado e eu sugeriria
1053 que todos os conselheiros se puderem disponibilizar para dá entrevista eu acho que irá contribuir
1054 muito para a tese de doutorado dele. Ele teria várias visões, então assim. Porque tem assunto que
1055 eu não posso responder. JUANITA – Tudo bem! Já foi esclarecido. Algum conselheiro gostaria de
1056 se manifestar. Roberta? ROBERTA – Eu acho que para tese de doutorado a pessoa escolhe quem
1057 ela queria. Mas ele viu o Volney e viu a atuação do Volney e escolheu o Volney. Acho que isso aí.
1058 Ele mandou para o conselho, até de forma muito elegante. Porque ele poderia não ter enviado,
1059 enviado direto para o e-mail seu. Estou enviando você gostaria? Na tese dele você pode colaborar.
1060 Não gente! Mas aqui Consolação. A pessoa pode está em uma plenária com 20 conselheiros e ele
1061 olha e fala assim, bom eu gostei daquele cara, pronto. A tese de doutorado é uma coisa particular e
1062 eu quero entrevistar aquele cara. E ela não está dizendo que é uma condição de conselheiro. Ela
1063 está dizendo assim, eu quero entrevistar o Volney com essa temática. JUANITA - Conselheiro
1064 Volney, para você está tranquilo? Tudo bem para os demais conselheiros. Bom! Solicitação já foi!
1065 já foi!. Agora ficou da nossa pauta somente a apresentação dos trabalhos da comissão. Eu sugiro
1066 sairmos para o almoço, considerando que já são 12:00hs e voltamos diretamente para as
1067 comissões. O que vocês acham? (falas ao fundo) é verdade, é verdade. (falas ao fundo e fora do
1068 microfone). JUANITA – Antes de iniciarmos com os pontos para deliberações das comissões. É
1069 estou com um pedido na mesa para pedir aos conselheiros do interior que procurem a Rafaela, no
1070 apoio administrativo do CEAS no intervalo para assinatura de relatório de viagens. O intervalo já
1071 foi, mas eu peço a vocês que no final passem lá para assinarem o relatório de viagem. Bom!
1072 Vamos iniciar a apresentacao dos trabalhos das comissões, comissão de política, conselheira
1073 Roberta, por favor! ROBERTA – Eu quero passar para os conselheiros e o Volney, quem estava? O

1074 Júlio estava. Como eu não estava não tenho a mínima condição de... VOLNEY – Vamos lá então.
1075 Bom! Com relação ao tema, acompanhamento e fiscalização dos serviços, programas, projetos e
1076 benefícios conforme dispostos na LOAS e na NOB SUAS. Encaminhamento que nós entendemos
1077 solicitar informações ao órgão gestor, sobre o serviço de recolhimento institucional casa lar, o
1078 número de abrigados por unidade, modalidade de atendimento, entidades executores e seus
1079 responsáveis, tudo! perfil, origem dos atendidos, e encaminhamento, em quais unidades há
1080 público não originário da extinta FEBEM, e nestas unidades a data de abrigo. Considerando
1081 a importância da capacitação continuada, informar-se com a comissão de apoio e as URCMAS,
1082 percentual de participação e justificativa de ausências motivos, visando uma proposição de ações
1083 incentivadoras da apropriação deste espaço pelos conselheiros municipais. Verificar junto a
1084 SUBAS a porcentagem de conselheiros da assistência social que participa (falas ao fundo) das
1085 aulas telepresenciais e se há disponibilidade da divulgação dos vídeos no site do CEAS e da
1086 SEDESE de forma que possam ser acessados em qualquer data e local. JUANITA – O que nós
1087 temos que deliberar aí? Quero saber os assuntos diferentes. A única coisa que está relacionando
1088 ao tema o primeiro. Solicitar à SEDESE informações sobre os serviços de recolhimento
1089 institucional. Isso aí. É o que nós temos de deliberar. E com relação aos planos de capacitações, o
1090 que isso tem haver com o plano acima? Eu não estou entendendo? Ele não tem correlação. (falas
1091 ao fundo). Ali está deliberação. É isso que eu quero saber, porque o primeiro está tranquilo,
1092 solicitar informações que diz afeta ao tema. (falas ao fundo). Mais eu quero entender. Eu quero
1093 entender o que está ali. ROBERTA – Ali está escrito o título. Encaminhamento gerado para
1094 deliberação na plenária. E nós estamos perguntando. Quando está aquele título lá em cima, nós
1095 entendemos que é para deliberar. Agora a pergunta é Consolidação, o que é para deliberar?
1096 Informar-se com a comissão e depois verificar-se junto a SUBAS, o que é para deliberar ali. Que
1097 são assuntos diferentes! (falas ao fundo). JUANITA – O que é para deliberar então? (falas ao
1098 fundo). Olha só, é! O que vamos fazer com essa informação. O que a comissão vai fazer com essa
1099 informação? VOLNEY – Oh Juanita! Nós discutimos ontem a participação, por exemplo, de
1100 conselheiros nas capacitações. Nós não temos estes dados. JUANITA – Então sim a prestação de
1101 contas vem com as capacitações. Eu estou entendendo que vocês colocarem aí que vocês querem
1102 extratificar, que nós retiremos do sistema quantos conselheiros participam. Aí estou perguntando.
1103 O que a comissão vai fazer com esta informação. É só para ter esta informação, até para sabermos
1104 de que forma a SEDESE irá enviar esta informação para vocês. VOLNEY – Porque ontem se
1105 discutiu muito nas comissões, a não participação de conselheiros nas capacitações. Quer dizer,
1106 nos aprovados todos os orçamentos e capacitações. Qual a qualidade destas capacitações hoje,
1107 estes conselheiros ... JUANITA – Aí já é outra coisa que você está falando que não está aí. É outra
1108 informação que você não colocou é que é questão da qualidade. Eu acho assim eu não estou
1109 conseguindo compreender. A primeira está claríssima, que é com relação ao acolhimento
1110 institucional que diz respeito à temática, agora as duas e essa que você está falando aí. VOLNEY –

1111 Você quer me ajudar Júlio? JÚLIO – Durante a reunião da comissão surgiu algumas dúvidas, já
1112 que a telepresencial tanto para conselheiro quanto para gestor. Diante disso verificou-se que há
1113 uma pequena presença de conselheiros, os conselheiros não tem participado. E aí para podermos
1114 identificar e/ou talvez achar outro caminho, para poder atingir os conselheiros é saber se existe
1115 conselheiro participando ou não. JUANITA – Então aí são duas ações diferenciadas. Uma é com
1116 relação à fiscalização ao controle social, do serviço realizado pela SEDESE de acolhimento
1117 institucional. A outra é com relação à temática da politica de capacitação no que diz respeito a
1118 modalidade do Telepresencial. Uma coisa que o Volney colocou que é com relação à qualidade.
1119 Esta informação na qualidade vem inclusive com o resultado da prestação de contas. Claro que
1120 vem resumidíssimo e este conselho pode pedir inclusive a extratificação da avaliação dos
1121 participantes do curso com relação a isso. Porque isso é tranquilo. Mas agora eu só quero falar
1122 para a comissão que são temáticas separadas. Eu não entendo o link que está ali não. Porque
1123 qualificar os conselheiros estaduais, e aí vamos puxar ainda Nilce, para a questão dos nossos
1124 conselheiros do estado. Quem tem a responsabilidade nesta logica que está colocada aí, quem
1125 tem a responsabilidade de fazer a fiscalização das Casas Lares, acolhimento institucional da
1126 SEDESE, são estes conselheiros aqui. A estes conselheiros aqui eu pergunto. Participa do
1127 Telepresencial, para avaliar a qualidade, porque o telepresencial que os conselheiros municipais
1128 participam é para avaliar uma questão de diálogos até do controle social dos equipamentos
1129 públicos municipais, ou entidades que eles fiscalizam. Não é isso? NILCE – Na verdade a
1130 discussão que inclusive está exposta anteriormente ela vem discorrendo sobre este assunto. Por
1131 exemplo, quando foi colocado a questão da Casa Lar, aí foi elencado os pontos de dúvida em
1132 relação. Durante a discussão foi falado que essa questão da necessidade de apreensão deste
1133 conteúdo, não só pelos conselheiros estaduais, mas também pelos conselheiros municipais. E foi
1134 citada a questão do telepresencial, até pelo Julio, na minha região eu sinto a falta desta presença.
1135 A Fátima também pontual, a dificuldade na região dela. E aí quando pensou em solicitar estes
1136 dados, foi para que este conselho, a comissão mais especificamente possa pensar em uma forma
1137 de incentivar a participação. O Júlio, por exemplo, citou que teve dentro do telepresencial, a
1138 Eleonora esteve presente fez uma capacitação, super bacana e não havia nenhum conselheiro
1139 municipal ouvindo participando no telepresencial, que era exatamente sobre controle social. Então
1140 a comissão pensou. Então precisamos destes dados, quer dizer que não é uma única realidade da
1141 região dele ou da Fátima, mas o que a SEDESE pode contribuir para esta discussão e de que
1142 forma que este conselho poderá incentivar a participação, enfim, aí eu acho que a comissão a partir
1143 destes dados vai pensar em alguma ação propositiva. JUANITA – Aí eu já vou colocar uma opinião
1144 pessoal minha, independente dos dados que o telepresencial trouxe para este conselho, vai
1145 influenciar na ação que este conselho terá para apoiar estes conselheiros e articular para que os
1146 conselheiros participem, porque é uma necessidade de todos. Porque se tem um problema de
1147 conselheiro participar na região do Júlio, com certeza isso reflete no Estado inteiro. É igual o

1148 Volney, falou é o recurso que está sendo colocado, disponibilizado. A SEDESE disponibiliza
1149 capacitação e ela não pode falar o conselheiro A, B, C todos irão. Está disponibilizado para ela.
1150 Agora eu entendo que esta intervenção do CEAS é no geral, não necessariamente solicita do dado.
1151 Mas isso é uma opinião pessoal minha que é claro eu vou respeitar o encaminhamento da
1152 comissão. VOLNEY – Acho que precisamos compreender este fenômeno. O que não está
1153 motivando as pessoas a não participação. Não resolve eu colocar aqui recursos públicos. Oferecer
1154 capacitação treinamento, eu vou continuar oferecendo sem entender este fenômeno. Eu preciso de
1155 entender, porque as pessoas não tem interesse de participar. Acho que este conselho precisa sim,
1156 ter esta compreensão, porque é dinheiro publico que está sendo investido. Não sei se os demais
1157 conselheiros pensam como eu. O que não está motivando as pessoas a esta participação.
1158 JUANITA – Conselheira Anália, depois Geraldo. ANÁLIA – então é só para reforçar que a
1159 comissão de apoio, este assunto também foi ventilado, da necessidade de realmente
1160 acompanharmos dentro do telepresencial, qual é o percentual de participação dos conselheiros,
1161 porque a historia é, o conselheiro só vai na área, cujo o tema é sobre controle social. E depois
1162 como ele vai fazer o controle social, se ele não tem domínio da politica. E aí nós ficamos um tempo
1163 enorme falando em URCMAS, em capacitação, para tal, sendo que a coisa está ali disponível. De
1164 repente o conselho precisa depois de uma avaliação saber, discutir a estratégia de como vamos
1165 chegar a estes conselheiros. Para poder capacitar. GERALDO – vou me abster da fala que a
1166 conselheira pois fomos nós que fizemos esta discussão na nossa comissão e assim que
1167 apresentar nós vamos detalhar mais. JUANITA – Algum conselheiro? ROBERTA – Aquele último
1168 item lá. Eu sei qual foi o objetivo de se pedir aquilo. Em quais unidades públicas há ou não há
1169 públicos não originários da FEBEM, eu gostaria de saber porque esta pergunta. Entendendo o
1170 acolhimento institucional, do ponto de vista do desenho do SUAS, o que remete a isso. Para quê
1171 queremos saber disso. Só para entender porque a comissão vai precisar deste item, este item vai
1172 levar a quê? NILCE - No meu entendimento e eu posso está errada. Na verdade a maioria das
1173 casas lares recebeu o publico instinto da antiga FEBEM e considerando o modelo do SUAS. Nós
1174 temos o Estado na execução direta e pelo próprio publico uma dificuldade de municipalização
1175 deste serviço enfim. O motivo. Este motivo se dá para nós entendermos, é só o publico da extinta
1176 FEBEM, ou continua o abrigo nessas Casas Lares por ordem judicial, nestas casas lares, ou
1177 por obrigação, para que tenha novos abrigamentos de novas crianças e adolescentes, adultos
1178 nestas casas lares. JUANITA – Encerrada a discussão, para votação conselheiros. Eu sou contra.
1179 Eu concordo na deliberação primeira, nas demais eu não entendo o que o CEAS irá fazer com
1180 essas informações. Mais alguém contra. VOLNEY – Eu volto a provocar os conselheiros, porque
1181 se nós conselheiros se temos a capacidade técnica de entender este fenômeno da baixa
1182 participação de conselheiros do controle social. Ou se apenas uma universidade poderia nos
1183 auxiliar para isso. JUANITA – Volney, aí vai longe inclusive da competência que nós temos. Eu
1184 gostaria até de pedir a Nilce, porque eu to indo contra. Porque pra mim uma coisa não tem nada

1185 haver com a outra. O tema que você leu diz respeito à fiscalização, programas e projetos, e
1186 serviços e benefícios de responsabilidade e execução da SEDESE, para isso a primeira é só fazer
1187 a solicitação, sem nenhum problema. Ela entra de uma forma ampla. Não entra com todas as
1188 solicitações. O que eu não consigo entender é onde está o link de telepresencial de capacitação
1189 para fiscalização daquela parte de cima ali. Porque se estes conselheiros aqui não se sentirem
1190 capacitados para fazer qualquer tipo de intervenção da temática de fiscalização e monitoramento
1191 da SEDESE. Telepresencial para município não vai interferir em nada, com essas informações que
1192 a SEDESE enviar com a temática acima, não tem link. ROBERTA – Eu quero fazer um
1193 encaminhamento aqui, que é o seguinte em relação ao tema. Porque está difícil deliberar, porque
1194 há uma confusão em relação a aquilo que é discutido e aquilo que vem para deliberação. Uma
1195 coisa é discutir na comissão, você pode discutir 200 coisas, agora o que você tira de essência para
1196 ser deliberado e a confusão está aí. Aí quando vai falar o porquê, nós discutimos sobre isso. Ok!
1197 Uma coisa é discutir, agora o que vamos trazer para deliberar, é o que queremos entender. E aí
1198 minha proposta é o seguinte. Eu queria que fosse proposto para a SEDESE, que ela pudesse
1199 passar para nós do ponto de vista do telepresencial. Quantos destes conselheiros participam de
1200 telepresencial de capacitação, que estão aptos a cumprir o papel que é da execução. Vocês
1201 trouxeram o arcabouço legal da competência deste conselho para fiscalizar estas entidades,
1202 porque a execução direta é do estado. Então quais destes conselheiros estão aptos capacitados,
1203 inclusive fiscalizar, acompanhar, até para trabalhar estes dados aí, nós vamos pedir da comissão,
1204 então se entende que nós o Estado tem que acompanhar. O conselho Estadual que tem que
1205 acompanhar, não é o Estado que está pagando as APAES execução direta. Então o Estado tem
1206 que acompanhar e o Conselho fiscalizar. Então aqui é ao invés de jogar para município, joga a
1207 pergunta para cá. Que conselheiros estaduais, estão preparados, capacitados, inclusive para fazer
1208 a tratativa das informações lá. A competência é nossa. Nós estamos pedindo aqueles dados lá para
1209 fazer o que? Para conhecer, quantos abrigados, quantos desabrigados, quanto naquela
1210 modalidade, quantos, OK! Conheceu, então faz a proposição de fiscalização destas entidades,
1211 quantos são da FEBEM, quantos não são. OK. Então, sai daqui à comissão de fiscalização. Porque
1212 este é arcabouço legal que foi discutido na comissão. A única forma de fazer link com aquilo ali.
1213 Não pode jogar aquilo para questão URCMAS e muito menos municipal, porque isto está na
1214 comissão de apoio nada haver com a comissão de política, isto está na comissão de apoio do
1215 conselho. ANÁLIA – JUANITA! Eu tenho uma outra proposta é eu também concordo que a primeira
1216 está ok! E a segunda voltar isso para a comissão, a comissão explorar isso melhor e trazer uma
1217 nova proposição em outra plenária. Porque agora está muito. Eu sei estou trazendo outra proposta.
1218 Cancelar essa e a própria comissão estudar melhor e depois trazer. Então fica o entendimento de
1219 que a segunda parte será tratada na comissão de apoio como eu já falei, nós tratamos sobre este
1220 assunto. Agora ali não falou nada da política de reodernamento institucional, porque é o que os
1221 municípios estão agora sofrendo, porque as comarcas estão exigindo que cada criança e

1222 adolescente fique no seu município e deu um prazo, inclusive de 90 dias para que os municípios
1223 nomei uma comissão técnica com um plano e as providências que cada município irá tomar para
1224 retirar os meninos daqueles abrigos que hoje acolhe de outros municípios. Eu acho que isso é um
1225 assunto muito sério porque eles estão apertando cada dia. Sabe? E, às vezes, o município não tem
1226 condições, principalmente, os pequenos. ROBERTA – então assim, só para melhorar aqui porque
1227 agora isso que a Anália fala da responsabilidade nossa da Comissão de Política diz o seguinte:
1228 posta a mão naqueles dados nós vamos propor. Entendeu?! A SEDESE vai mandar para a gente
1229 tudo aquilo que nós estamos pedindo. Aí nós vamos propor o que nós vamos fazer. E aqueles dois
1230 itens vão para a comissão de apoio. Não tem nada a ver com a gente. Aquilo a gente pode até
1231 discutir e tentar... A gente tem que ficar atento é a isso. Uma coisa é a que discute, gente. Outra
1232 coisa é a que vem para deliberar. Senão nós vamos misturar as coisas. Tá?! JUANITA – Os
1233 conselheiros da Comissão concordam? A deliberação do primeiro ponto? Tem outro
1234 encaminhamento para propor? Todo mundo concorda? Ok. Segundo ponto Volney. VOLNEY –
1235 Plano de convivência comunicado. Resolução conjunta do CEAS e do CEDCA. Bom o
1236 encaminhamento que nós entendemos. Levantamento técnico das ações do plano, referências
1237 legais e parecer para discussão da comissão. (Falas ao fundo) Não tem que deliberar nada.
1238 JUANITA – Bom, é que na verdade aqui na minha mesa, eu passei uma leitura na comissão de
1239 política e vi que o levantamento já foi feito pela secretaria. Das ações, alguém pegou aqui. Isso é
1240 para a comissão de política fazer. Então vamos para o próximo ponto. Finalizou? Então vamos para
1241 a comissão de normas. Conselheiro Márcio. MÁRCIO – Boa tarde a todos, embora nossa pauta
1242 seja uma pauta pequena, mas é um tema extremamente tenso e temos que muito cuidado no
1243 formato da discussão e do encaminhamento. Por isso é importante que se traga aqui essa
1244 discussão. O tema do nosso assunto é orientação sobre inscrição de entidades. E vou me permitir
1245 aqui fazer uma ilustração e resgate dos pontos anteriores. Porque já é um longo período que essa
1246 comissão vem se debruçando sobre o tema. A data do documento é 20/03, as referências legais
1247 são a resolução de 16/2010, resolução 109, a Tipificação, Manual de Orientação sobre Inscrição de
1248 Entidades do Conselho Nacional de Assistência Social e Súmulas do grupo de discussão formado
1249 pelas comissão de normas e política e outras que os conselheiros também participaram. A tratativa
1250 técnica foi realizar as 4 reuniões da comissão de normas e política dia 9, 19/10/2012, 31/01/2013 e
1251 20/03/2013, nestas foram discutidos assuntos que geraram mais dúvidas e dificuldades aos
1252 conselhos municipais de entidades. Durante as reuniões houve temas acordados para que as
1253 entidades recebessem cartilha de orientação sob a forma de inscrição de entidades. A partir da
1254 discussão surgiu o encaminhamento de elaborar a cartilha de orientação sobre a inscrição, porem
1255 considera-se necessária após essa elaboração um parecer jurídico sobre o conteúdo a ser
1256 disponibilizado aos conselhos municipais. Esta síntese da discussão durante as reuniões de
1257 normas e política foram discutidas as dificuldades apresentadas pelos conselhos municipais e de
1258 assistência social de Minas Gerais para a inscrição de entidades. No dia 20/03, foi avaliado uma

1259 proposta de cartilha através de perguntas e respostas. Encaminhamento que essa comissão trás
1260 para esta plenária. Seria a proposta de cartilha no formato de perguntas e respostas à entidades
1261 que serão enviados a secretaria executiva do conselho estadual e assistência social, para tratar o
1262 texto, após será enviado aos conselheiros para contribuições com prazo de retorno até 08 de abril.
1263 Após o retorno das contribuições será enviado para avaliação jurídica para apreciação e retorno na
1264 plenária de maio. Assumimos outro ponto? JUANITA – Eu gostaria, como eu não sou da comissão.
1265 Na participo de comissão pelo tempo infelizmente. É no âmbito nacional já existe a cartilha de
1266 perguntas e respostas o que o nosso terá de diferente, para justificar uma produção? MÁRCIO – É
1267 justamente neste ponto, presidente JUANITA, que Minas Gerais por apresentar uma serie de
1268 características diferencias como por exemplo associações rurais,que não estão qualificada na
1269 resolução 16. Estas reuniões anteriores da comissão de normas junto com a comissão de política
1270 chegou a determinados entendimentos que a resolução 16, ela não contempla na sua
1271 especificidade em sua totalidade de características de algumas regiões de minas gerais. Daí a
1272 necessidade de propor um alargamento deste entendimento, para que os conselhos municipais
1273 pudessem ter uma melhor visualização dos processos de inscrições para ter uma melhor inscrição
1274 das entidades. Então por isso a nossa proposta, embora já tenha uma cartilha a nível nacional, ela
1275 não contempla e não atende a exata necessidade a todas as dúvidas que os conselhos tenham
1276 demandado ao conselho estadual. Daí nesta necessidade do conselho se debruçar e propor alguma
1277 via alternativa. JUANITA – Conselheira Cristiane. CRISTIANE – Eu tenho participado dos debates
1278 no grupo também né, como convidada, apesar de não fazer parte das comissões. E tem outro
1279 aspecto também JUANITA, que nós estávamos conversando ontem Márcio. Os conselheiros
1280 participam de atividades no município, nos conselhos. E eu só posso dizer de algo com relação da
1281 inscrição se isso tiver sido acordado aqui. Por exemplo, às vezes vem pergunta para o conselheiro
1282 para a questão de inscrição, toda informação que tem que ser repassada é daquilo que já tem
1283 acordo, já esta concessuado e já está definido na plenária neste conselho. Outro aspecto que foi
1284 verificado no grupo é a linguagem adota pela cartilha do CNAS, se formos ler ele repete claramente
1285 repete a legislação. Se tem uma pergunta sobre algo, ele repete a legislação. Se o município ainda
1286 está mandando pergunta para o CEAS com relação a isso, mesmo ele lendo a legislação, ele não
1287 está conseguindo compreender o que inclusive aquilo que está descrito. Inclusive neste aspecto o
1288 grupo de trabalho que o Márcio bem explicou está trabalhando há algum tempo e vendo esta
1289 questão da linguagem, para que ela fique mais próxima e aí com a participação do município,
1290 Rosilene tem trazido estas questões. Nestas perspectivas. JUANITA – Pra mim está claro.
1291 Conselheira Roberta. ROBERTA- Eu só queria dizer para tomarmos um pouco de cuidado, viu
1292 Cristiane, para podermos fazer determinadas afirmativas com determinadas afirmações. O fato de
1293 vir muitas perguntas necessariamente não significa o não entendimento da cartilha. Não pode ser
1294 isso. Nós podemos traduzir uma coisa em função da outra. Eu concordo com o Márcio quando ele
1295 fala assim, é importante que façamos uma cartilha que complemente informações que são

1296 específicas de Minas Gerais, talvez de regiões do Brasil, porque a cartilha não prevê mesmo não.
1297 Porque se formos pegar a cartilha melhorar a linguagem e acrescentar aí é que vai virar um
1298 dicionário e ninguém vai ler. Isso vai ter um trabalho hercúleo e as pessoas não vão ler. Porque não
1299 por aí que as pessoas se informam e se capacitam, com aquelas ferramentas que elas terão que
1300 trabalhar no dia a dia. Do ponto de vista de trabalhar uma cartilha que já existe eu sou muito a
1301 favor. Agora começar a traduzir linguagem e achar que é por isso que as pessoas não estão
1302 entendendo, eu acho que o julgamento precipitado, uma análise precipitada de achismo, o que eu
1303 vejo que é uma questão nova, uma questão polemica, porque o que está atrás disso é isenção
1304 patronal, porque na medida em que ele tem este registro aqui, ele pode encaminhar para uma
1305 certificação que leva a isenção patronal. Então isso é polemico, porque até no ponto que estava só
1306 no CNAS esta questão todo mundo entendia de tudo. Isso não era problema não. Cadastrava tudo.
1307 Agora quando disseram vamos separar o joio do trigo virou uma questão polemica. E os municípios
1308 começam a fazer polemica a fazer pergunta até por uma questão de dizer não pode. Porque na
1309 assistência entrava tudo. Então isso tem haver com uma porção de dúvida e dúvida inclusive de
1310 como eu falo não. Se nós acharmos que é uma questão de ferramenta só. Então vamos tirar este
1311 “todas” aí. E continuar com outras dúvidas porque o assunto é polemico e o assunto que está atrás
1312 disso é muito mais polemico ainda. Agora continuo insistindo se for para complementar algo que a
1313 cartilha nacional não trás por conta da especificidade aí eu sou muito a favor. Vamos debruçar ter
1314 um trabalho todo, depois vamos discutir a mesma coisa, as mesmas perguntas. Até porque são
1315 atores mesmo que vão fazendo as perguntas. JUANITA – Conselheira Fátima. FÁTIMA – Questão
1316 de esclarecimento, porque esta demanda que temos acompanhado em relação da cartilha, vai
1317 complementar vai? Porque está cheio de dúvidas. E dúvida ira existir sempre. Porque as entidades
1318 estão cheias de perguntas, falta de conhecimento. Então é isso que precisamos e estamos aqui
1319 para mudanças, se a cartilha do CNAS, não está conseguindo levar nossos esclarecimentos.
1320 Porque não, Minas Gerais fazer uma cartilha, estamos na época de mudanças. Vamos esclarecer
1321 mais. JUANITA – Conselheiro Márcio. MÁRCIO – é importante qualificar aqui que o objetivo não é
1322 alterar nada de linguagem. Não é este o objeto. Era justamente fazer esta leitura. Tanto é que o
1323 grupo se debruçou diante desta cartilha e fez uma releitura desta cartilha e tanto é que dentro
1324 desta releitura, observamos aqueles pontos que achamos que não estavam contemplados e
1325 pensamos nesta linha de encaminhamento e quanto a complexidade do assunto, nós estamos
1326 tendo o cuidado de fazer o encaminhamento do tema bem pontual para que ele passe nos tramites
1327 legais, para que nós não criemos nenhuma ceara para o conselho. Para que realmente possamos
1328 atender a finalidade. JUANITA – Já está muito claro. Findado os esclarecimentos, gostaria de saber
1329 se alguém tem alguma posição contrária. Não! Aprovado. MÁRCIO – Material informativo de
1330 orientações gerais para análise das entidades apontando os aspectos que devem ser observados
1331 pelos conselhos municipais de assistência social. Por exemplo, os prazos até 30/04 para que as
1332 entidades apresentem os relatórios e planos de ações aos conselhos municipais de assistência

1333 social, a importância do trabalho da entidade para o município, contendo sua especificidade, a
1334 qualidade do serviço não apenas o aspecto documental e qualitativo. A planilha com a elaboração
1335 será enviada a todos os conselheiros para conhecimento e deverá ser apresentada a mesa diretora
1336 que se reunirá no dia 12/04. JUANITA – Elaborar informativo. ROBERTA – vocês estão propondo
1337 documentos distintos. Se tiver uma cartilha você tem um capítulo de orientação gente! Me ajuda aí!
1338 MÁRCIO – O fato é que nós pensamos nesta possibilidade aí nós temos a resolução 16 que define
1339 até 30/04, essa apresentação. ROBERTA – Ok! Para este prazo basta um ofício, você encaminha
1340 um ofício. Os demais dois itens abaixo, você pode acoplar na cartilha. O item. O primeiro item que
1341 é uma questão de prazo você encaminha um ofício chamando a atenção do prazo. Agora os outros
1342 como você tem que elaborar com um conteúdo mais descritivo até para falar o que é qualidade,
1343 isso vai e remete a questão da cartilha. Você pode fazer um capítulo iniciando isso aí e depois faz
1344 perguntas e respostas. Do ponto de vista do produto técnico ficará muito mais interessante.
1345 JUANITA – O que nós queremos neste momento é informar aos conselhos municipais com relação
1346 ao prazo? Não é isso? MÁRCIO – Exatamente. JUANITA – Para a questão! MÁRCIO – Chamar
1347 atenção para que ele fique atento aos prazos. JUANITA – Rosilene, microfone para a Rosilene!
1348 ROSILENE – E outra proposta também de informativo para os dois pontos é complementar o
1349 informativo e observar do que as entidades quando fossem apresentar relatórios. O que observar
1350 nessas ações que teriam. JUANITA – Isso também já existe na resolução, nos anexos já está lá o
1351 que deve ser observado. Mas nós vamos dá no caráter de informativo somente um alerta é isso?
1352 MÁRCIO – A ideia é essa. É o chamamento neste aspecto. Tanto é que é um documento
1353 traduzindo o que já existe. Não vamos está reelaborando nenhum tipo de documento. JUANITA – A
1354 questão se é informativo, se é ofício, não é isso? Tudo bem! Aptos, tem alguém com
1355 posicionamento contrário. Contra a proposta? (falas ao fundo). A Roberta apresentou a
1356 contraproposta de ofício. Aí eu pergunto, mantém o ofício ou vai com o informativo. ROBERTA –
1357 Gente! Veja bem ali quando falamos a importância do trabalho para o município, considerando as
1358 suas especificidades, eu não consigo demonstrar isso em um parágrafo de um ofício. Você está
1359 entendendo. Eu quero mostrar a importância das entidades e suas especificidades, isso é um
1360 parágrafo que você faz. Você faz uma discussão e toma uma dimensão para depois querer colocar
1361 em um ofício circular. Eu estou falando de ofício, porque quando chamo a atenção para uma data,
1362 lembrando que através de um ofício circular. Gente! Lembrando dia 30/04 encerra. Pronto! Eu dei
1363 recado. Outro ali é a qualidade do ofício e não apenas aspectos qualitativos. Essas são coisas que
1364 você remete quando você vai fazer a cartilha. Você fala de inscrição com perguntas e respostas,
1365 você tece quase que uma folha dizendo sobre isso aí de forma até para gravar o que queremos
1366 passar a importância disso. Agora eu não vou fazer um ofício circular para falar da qualidade do
1367 serviço. Eu não tenho como colocar isso no teor de um ofício circular. JUANITA – Poderia entrar
1368 somente como um parágrafo de alerta. Conselheira Roberta, depois ele entraria na cartilha.
1369 ROBERTA – Vamos tentar ser! porque assim, você usar uma ferramenta de ofício fosse, estou

1370 alertando a todos para a qualidade do serviço não existe. Você não consegue formular um texto,
1371 você entendeu! Eu vou fazer um alerta no ofício. Olha quero alerta a todos, que vocês têm até o dia
1372 30.. Mais eu quero alertar duas coisas importantes. O conselho quer alertar duas coisas
1373 importantes. Não é por aí. Institucionalmente nós vamos comunicá-los com um ofício da
1374 importância do dia 30, vamos focar no dia 30. Para eles não perderem prazo. Qualidade e demais
1375 são duas outras coisas que no decorrer da coisa. JUANITA – Então na verdade nós temos duas
1376 propostas. MÁRCIO – Então só um ponto de esclarecimento, que aí a comissão pode também
1377 contribuir. O objetivo desta descrição do encaminhamento do informativo é para alargar o olhar do
1378 conselho municipal em relação a uma avaliação da inscrição destas entidades. Do ponto de vista
1379 que anualmente os conselhos municipais estão muito burocráticos, e fazendo uma leitura
1380 documental. A tendência que tras os documentos descritos na resolução, ela faz inscrição. Nós
1381 estamos chamando a atenção aqui, para aspectos que estão além desta situação. É por isso a
1382 necessidade de implementação deste informativo. GERALDO – Questão de ordem aqui! JUANITA
1383 – Desculpa Geraldo. GERALDO – Sabe o que é Presidente, é que concordar e divergir da
1384 conselheira Roberta. Porém quando falamos em clarear em informar em dá um dicionário com um
1385 olhar lá no conselho dos municípios, que não é o nosso. Sem nenhum demérito aos conselhos dos
1386 municípios. Os conselheiros não tem nenhuma informação, não tem qualificação. As coisas não
1387 chegam para eles da maneira que chega para nós. E, além disso, se for formular pensando em nós
1388 mesmos não vamos fazer chegar lá. O retrato nosso não nós permite fazer isso. Então por isso que
1389 deve ser dado o alerta sim e quero concordar com a posição do Márcio e justificativas sejam feitas.

1390

1391 JUANITA – Mas como apareceu proposta contrária, nós temos que decidir o que é que fica ou se
1392 não duas proposta para decisão em plenária aqui. Não é isso? (falas ao fundo) ROBERTA – Em
1393 nenhum momento não disse que não tem que ter. não estamos divergindo no que tem que mandar,
1394 nós estamos concordando, não estamos concordando é na forma. A diferença é na forma. Porque
1395 é assim eu tenho clareza que tem que dizer isso mesmo, tem que alertar da qualidade, e é
1396 exatamente que eu estou pensando no olhar de quem tá na ponta que eu estou divergindo da
1397 forma. Porque é qualidade Márcio, quando eu falo da qualidade no ofício, é o que você disse, a
1398 qualidade que um conselheiro olha é uma e no outro é outro. E para nós o que é qualidade se
1399 mede com indicador. Ninguém fala assim eu vou alertar vocês da qualidade da água. A qualidade
1400 da agua tem um indicador e fala se ela é boa ou ruim. Agora não posso alertar ele agora para a
1401 qualidade sem ter parâmetro. Você tem parâmetro? Parâmetro de quem tá lá na ponta ainda está
1402 sendo burocrático. Não estou discordando pelo amor de Deus de que não tenham que levar os dois
1403 itens lá em baixo. O que eu estou dizendo que não é em um ofício que você coloca essas duas
1404 coisas. A minha sugestão é que seja enviado o ofício para o dia 30, porque é imediato, nós temos
1405 que alertar, Gente! O prazo está terminando. E na cartilha que vai ser feita técnica esses dois
1406 conteúdos eles entram ali, com toda a discussão dizendo como vamos chamar a atenção para o

1407 olhar da qualidade do serviço ofertado. Como o conselheiro municipal tem esse olhar. Você sabe
1408 como ele vai fazer isso na hora que ele estiver escrevendo? Talvez seja esse debate que
1409 queremos provocar com eles. JUANITA – Bom! Continuamos ainda na mesma, eu pergunto para o
1410 conselheiro Márcio. Desculpa você quer fazer intervenção. CRISTIANE – É porque eu estou
1411 escrita. Só uma proposta de encaminhamento, pois como eu estou no grupo essas propostas estão
1412 na cartilha que está sendo elaborada. As informações detalhadas conforme a Roberta está
1413 colocando ali. Inclusive estou me lembrando que estávamos elaborando isso. Você falando dos
1414 indicadores, está lá na cartilha que você está falando e claro que terão aspectos que serão
1415 abordados nesta cartilha. O que eu não entendi que o grupo quis, a comissão quis foi enviar uma
1416 carta aos municípios apontando aspectos que devem ser observados pelos conselhos. O prazo, a
1417 importância, e a qualidade. A carta, ofício, só dizendo os três pontos, o detalhamento do que é a
1418 qualidade, do que é o serviço estará na cartilha. Agora só um alerta, 30/04 observem a qualidade e
1419 observem os aspectos, não fica só na parte do documento. Eu não estou vendo discordância das
1420 duas questões, é só ter clareza que esse conteúdo, Roberta, pelo que eu li do grupo estará sendo
1421 a cartilha. E agora só um ofício para os municípios da importância destes aspectos sem detalhar os
1422 aspectos e importância. ROBERTA – Eu continuo assim, nós ainda temos dificuldade do que nós
1423 discutimos e do que vamos deliberar. Entendeu. Porque não sei se é perdendo ou ganhando
1424 tempo. Porque aí também concordo. Porque nesta perspectiva aí, já se tras uma minuta de ofício,
1425 entendeu! Nós estamos encaminhando o parágrafo para alerta. Po e tudo que quisermos. Nós
1426 estamos discutindo nas comissões e na hora que é para colocar para deliberar nós colocamos
1427 frases e palavras que será discutido e aí acabamos deliberando errado por conta disso. JUANITA –
1428 Então chegamos a um consenso agora. Alguém tem alguma opinião divergente. Deliberado,
1429 Aprovado! Desculpa conselheiro Márcio. Acabou Márcio? MÁRCIO – encerrou a Comissão de
1430 normas. JUANITA – ok. Comissão de apoio conselheiro Geraldo. GERALDO – Muito bem, a nossa
1431 comissão tem a proposição com sete conselheiros, dos quais 4 se fizeram presentes. Conselheira
1432 Anália do CONGEMAS, conselheira André do CMAS/Ituiutaba, Conselheiro Helio Norberto do
1433 CMAS/Pouso Alegre e conselheiro que vos fala. Nós tivemos um item ... Vou começar pelo 2, quem
1434 tiver interesse só para facilitar, é que trata de ofício que nós recebemos dia 20/03, da URCMAS de
1435 BH, que informa local e data da plenária, onde ocorrerá a eleição da mesa diretora e calendário de
1436 reuniões. E nós estamos trazendo a possível presença de conselheiro do CEAS em reunião. Então
1437 isso foi enviado com um prazo muito curto. A reunião irá acontecer no dia 26/03 as 14hs no bairro
1438 Eldorado. É o pensamento da comissão e discussão que é muito importante manter a proximidade
1439 com as URCMAS, acompanhando as ações das mesmas, verificar com os demais conselheiros a
1440 possibilidade de participação no evento, considerando a proposta de que será uma das URCMAS
1441 do município próximo. E aí tem uma situação que é o seguinte. Quem de conselheiro que pode
1442 acompanhar no entendimento da comissão, porque é importante este acompanhamento, e levando
1443 em consideração que também ferimos o princípio aqui do tempo que iremos levar para fazer uma

1444 programação de diária, se o conselheiro não for aqui da capital. Nesta comissão já consultamos
1445 nossas agendas e não foi possível dos 4 que estavam presentes, estar presente na reunião da
1446 URCMAS, então colete a plenária se algum conselheiro de Belo Horizonte, possa participar
1447 levando em consideração a importância que tem. JUANITA – Algum conselheiro? GERALDO – Na
1448 URCMAs de Contagem, vai acontecer dia 26/03, às 14h no Eldorado. JUANITA – Consolação já
1449 colocou aqui, Geraldo já colocou a questão da diária, impossível a data e o carro do CEAS, não
1450 está disponível para conduzir o conselheiro, considerando que estará em viagem no interior com a
1451 técnica Rosa. (falas ao fundo). Então não tem jeito. Isso! É essa reunião de contagem conselheiro!
1452 (Risos e falas ao fundo) Então já tem dois conselheiros lá. GERALDO - Então nós estaremos com
1453 dois conselheiros Ana Paula e George e nós gostaríamos que vocês dois falem em nome do
1454 conselho estadual com essa representação. Pode ser conselheiro Jorge? Esse é o conselheiro
1455 George. JUANITA – Aprovado Geraldo. GERALDO – Eu gostaria muito que todos os conselheiros
1456 ficassem atentos, pois se trata de um ofício que recebemos do CNAS. O CNAS solicita o
1457 planejamento de ações para discussão em reunião a ser realizada em São Paulo, no mês de abril.
1458 Onde serão debatidos temas do controle social e do SUAS, para definição de um trabalho conjunto
1459 do CNAS com o CEAS. Visando fortalecer o controle social e suas instâncias. Em São Paulo estará
1460 presente todos os setes municípios da região Sul Sudestes, que é uma reunião de porte do CNAS
1461 junto aos conselhos estaduais, que irão acontecer sempre em região. De forma regional. Irão fazer
1462 Sul e Sudeste junto e como o CNAS colocou querem que apresente um planejamento. (falas ao
1463 fundo). Eu disse sete, então são três do sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e quatro
1464 do Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Não estou falando em
1465 Estado e aí tem algumas situações. A síntese da nossa discussão fala da leitura do ofício do
1466 CNAS, nós contextualizamos e direcionamos para os conselhos nos municípios, verificarem de que
1467 forma eles estão usando os recursos do IGD. Apresentar para o CEAS como está sendo aplicado o
1468 IGD estadual. O que nos pensamos aqui, fazer um pedido eletronicamente para os conselhos
1469 municipais, para saber deles de que forma estão usando o IGD e se estão. Eles receberem este
1470 retorno eletronicamente para termos uma posição, e poder levar. Mas há que se observar. Vamos
1471 saber o que o CNAS vai dizer, não! Vamos levar dados para lá, aqueles que receberam o e-mail e
1472 enviaram serve de estatísticas e também vamos ter que determinar um prazo em função do prazo
1473 que teremos que cumprir em São Paulo. Isso foi o encaminhamento nosso. Apontamos. O que nós
1474 conselho estadual quer é sabermos dos municípios, você perguntou estou respondendo para você.
1475 É saber do município se estão recebendo e de que forma estão recebendo o IGD. É o CEAS
1476 perguntando para os municípios, em função de podermos levar isso para a reunião do CNAS.
1477 JUANITA – Eu gostaria de dá uma contribuição aqui. O conselho estadual tem acesso à rede
1478 SUAS, com senha login, no demonstrativo físico-financeiro do governo-federal e o conselho acessa
1479 o demonstrativo dos municípios e tem lá as informações com o que eu gasto os recursos do IGD,
1480 SUAS e bolsa família. Inclusive é uma aba separada da prestação de contas. Inclusive já está na

1481 legalidade vamos dizer assim, que é a prestação de contas, ela é alto declaratória, o gestor
1482 apresentou e o conselho aprovou. Então são aquelas informações. Então nós já temos. OK! (falas
1483 ao fundo). Eu dei a sugestão. Claro João Ademar. JOÃO ADEMAR – é que pela manhã quando foi
1484 escolhido as pessoas para irem neste evento eu havia entendido que a solicitação do CNAS, aos
1485 conselhos estaduais para São Paulo, seria levar o planejamento de ações da comissão de
1486 acompanhamento dos municípios do conselho estadual. Só isso. É isso? Não que os municípios
1487 estão fazendo. Só para entender. JUANITA – Roberta! ROBERTA – eu continuo afirmando
1488 Geraldo, assim é importante nós acompanharmos como os municípios estão gastando IGD, do
1489 ponto de vista do percentual que é para gastar com os conselhos municipais, agora só acho
1490 desnecessário, acho não, tenho certeza, que é completamente desnecessário em um período de
1491 pequeno, destartar qualquer comunicação, para vir três, quatro resposta e a partir daquilo tornar
1492 aquilo uma afirmativa, porque é uma mostragem ínfima. Eu vou fazer uma pergunta para eles,
1493 como é que eles estão gastando IGD, para município, conselho, gente! Conselho, não precisamos
1494 nem perguntar não. Nós sabemos que município nem estão prestando conta para os conselhos.
1495 Agora daí ele saber o que ele está gastando com IGD ele não vai saber. Se ele souber o que é IGD
1496 já é, me dou por vencido. Aí nós vamos fazer um esforço grande para. JUANITA – Conselheiro
1497 Geraldo, eu gostaria de fazer uma sugestão. Considerando a pauta. Uma sugestão inclusive para
1498 você a Cristiane, a Consolação, que estão indo. Mostrar ao CNAS, o controle dos Estados da
1499 Federação de que forma que este conselho atual na comissão, primeiro temos que demonstrar que
1500 este CEAS tem uma comissão, e qual é o planejamento anual desta comissão. Quais as
1501 estratégias que esta comissão utiliza para apoiar município. Aí, eu coloco mais uma sugestão, no
1502 meu entender, é o censo SUAS, porque o censo SUAS, tá la todas as fragilidades dos conselhos
1503 que foram demonstradas. Quem tem secretaria executiva, quem tem regimento interno, quem não
1504 reúne todo mês, está lá. Todas as fragilidades. Considerando o censo, a comissão propõe uma
1505 comissão de apoio. As URCMAS que é uma realidade do estado de Minas Gerais, que são as 17 e
1506 de que forma nós apoiamos e atendimento e apuração de denúncia. Aí, eu não sei se focariamos
1507 em uma questão única de controle social que é IGD, ou se o Estado CEAS, como controle social
1508 não teria que ser uma questão mais ampla. Aí eu volto para a comissão. GERALDO – Eu levantei
1509 uma questão aqui. Muitos foram os comentários em cima dela, sem ouvir o resto da nossa
1510 apresentação, mas é a questão que a comissão vai colocar e vai continuar colocando, porque nós
1511 fizemos uma tratativa, só peço assim, quando for pontuar os comentários que se faça os
1512 comentários, se não for comentário para além daquilo, vamos aguardar a apresentação da
1513 comissão porque aí ganhamos tempo. A segunda colocação que fazemos é que. (falas ao fundo),
1514 só comecei, só dei a introdução. A questão é o seguinte apontamos uma questão de repasse fundo
1515 a fundo do Estado. Sendo automático, que não é regular ou automático, que ocasiona dificuldades
1516 dos municípios pelos atrasos de repasse, ressaltada a necessidade de promover uma capacitação
1517 qualificada para os conselheiros do Estado, somos todos nós, por se tratar de assunto que exige

1518 conhecimento específico e que foge ao conhecimento de nós a maioria, tendo em vista a temática
1519 da Conferência deste ano. Então isso nós detectamos em função de citar exemplos até de
1520 repasses que atrasaram na questão do piso. Independente de sabermos as justificativas que
1521 houveram e qual foi a tratativa que foi dada, então foi levantada essa questão de repasse
1522 automático fundo a fundo. Então penso na tratativa que foi feita. Em função disso a comissão
1523 discutiu que o CEAS consiga realizar um acompanhamento sistemático, fazendo um necessário
1524 contato com o trabalho, aí no entendimento da comissão, das diretorias regionais para assessoria e
1525 suporte aos municípios ou solicitar o Estado e assumir o custo do fortalecimento das URCMAS.
1526 Qual foi o entendimento e discussão que aconteceu na comissão, se as diretorias da regionais,
1527 da SEDESE não tem o objetivo de contribuir com esse processo e de haver uma ação maior com
1528 os municípios, inclusive levanto em consideração que o conselho estadual é o conselho que deve
1529 dá assessoria no que diz respeito ao controle social para os conselhos municipais, se ok!
1530 Precisamos fazer esta tratativa, se não é o objetivo das regionais precisamos ter essa certeza. E
1531 tendo a certeza aí vamos trabalhar as questões das URCMAS, até então falamos na reunião de
1532 conselho, está no nosso regimento, mas não temos trabalhado na prática, em consolidar e apoiar
1533 de fato as URCMAS, aí não conseguimos atingir, porque foi essa discussão... E quando a coisa
1534 acontecer termos que usar as URCMAS e a SEDESE. E aí nós falamos que fizemos uma
1535 interlocução com a AVAP, associação da micro região do vale do Paraíba, no que pode ser
1536 utilizado em termo de capacitações ofertadas. Nós conhecemos a temática de lá. E nós também
1537 ressaltamos a parceira que existe com a AMM, para saber também de que forma podemos atuar.
1538 Avaliar o levantamento realizado, encaminhar ao CNAS a proposta de alteração de 3% para 10%,
1539 fizemos essa discussão achamos que 3% abriu a porteira e mais que 3% é quase que nada em
1540 relação ao que realmente se faz necessário, então não existe uma linha de sugerir e passar para
1541 10%. Capacitação qualificada para todos os conselheiros, para preparação para a conferência,
1542 incluir as diretrizes da SEDESE e no assessoramento e suporte aos conselhos municipais se for o
1543 caso. Fazer aporte de recursos para capacitação das URCMAS. Resumidamente foi essa
1544 discussão. Agora nós temos uma apresentação para fazer. Aí nós começamos o que está no
1545 regimento interno. Eu só vou encerrar e vou abrir. Nós detalhamos o que consta do regimento
1546 interno, da competência do CEAS, e quais são os temas específicos e competência da comissão
1547 de apoio. Em cima disso, fizemos uma tratativa para melhorar, o que pensamos ser o planejamento
1548 da comissão de apoio. E aí sim nos vamos observar se tem coisas a acrescentar, retirar ou não.
1549 Mas este resumo é só para saber qual é o planejamento. Principalmente ao que diz respeito às
1550 diretrizes da SEDESE hoje. JUANITA – Primeiro gostaria de colocar algumas questões para a
1551 comissão de apoio. Primeiro não foi apresentado aqui para ser deliberado qual é a proposta e qual
1552 é o plano de ação que deverá ser enviado à reunião do CNAS. Tem que apresentar para nós
1553 inclusive deliberar com relação a isso. E eu acho inclusive que poderá ser feita em telas resumidas,
1554 igual foi feita a questão das conferências. Porque questão da competência da comissão e do

1555 regimento interno, isso é uma questão para nós que temos interesse, mas que eu não sei se na
1556 reunião com todos os conselhos estaduais, eu penso que nós poderíamos ir diretamente. Qual é o
1557 planejamento da comissão de apoio do conselho estadual de assistência social. Segundo qual o
1558 encaminhamento para deliberação, que ele não está em de acordo com a temática que foi
1559 apresentada. Plano de acompanhamento de 2013. Porque dentro dos encaminhamentos da
1560 deliberação ele está incluído o planejamento. Como você disse, ele está aí e não está separado.
1561 Isso aí são demandas que nós vamos aprovar para esse CEAS apresentar na reunião do
1562 conselho. Agora fazendo alguns esclarecimentos eu gostaria de confirmar aqui com vocês, aí não
1563 preocupa muito desse conselho estadual na altura do campeonato desconhecer que o fundo a
1564 fundo do estado não é regular e automático. Me preocupada muito, isso aí para nós foi até alterado
1565 a legislação estadual, por conta disso. Por conta da LOAS, ele só não é iniciado no início do ano,
1566 porque está condicionado à avaliação do gestor e aprovação do plano de serviço pelo conselho.
1567 Isso é uma questão de organização do SUAS. Se o governo federal delibera de outra forma, é o
1568 modelo do governo federal que entende que pra ele o plano de ação não precisa está validado e
1569 nem o conselho aprovado para ele iniciar o repasse. Aí eu vou fazer a discussão e trazer aqui para
1570 vocês que eu não me sinto inclusive, com a minha responsabilidade de iniciar o repasse sem a
1571 validação do gestor e sem a validação do conselho. O que podemos alterar aqui é quando isso vai
1572 sair. Se é em Dezembro, se é outro mês, agora condicionar o início do repasse à validação e
1573 aprovação do conselho. Nós já estamos nos responsabilizando, imagine sem ele dá a validação do
1574 plano de serviço. Agora a partir daí inicia-se o repasse regular e automático. Agora com relação o
1575 que aconteceu no ano passado e no ano passado e como o Geraldo mesmo falou, foi uma questão
1576 justificável. Agora nós temos que ter clareza que o sistema de fundo a fundo do Estado é regular e
1577 automático. Porque se você não for, inclusive este conselho terá que fazer uma intervenção sobre
1578 isso junto ao Estado. Se o conselho entender que o repasse fundo a fundo não é automático e que
1579 nós estamos infringindo inclusive uma legislação Estadual que é a 12262, que foi alterada o que é
1580 que este conselho irá fazer. Não é verdade? Porque nós estamos colocando aqui no papel que não
1581 é. E nós somos responsáveis pelo controle social. GERALDO – Veja bem! É questão de ordem.
1582 Quando colocamos a situação se ele é automático e regular. A regularidade tudo bem. O
1583 automático eu penso o seguinte. Quando nós presdispomos a fazer um repasse automático, e aí
1584 temos questões de outras ordens, independente de qual seja nós já conhecemos, que não existe
1585 um repasse, até dois, ou três que não aconteceram, isso não é repasse automático. Então existiu
1586 alguma coisa que infringiu que não permitiu ser automático, aí ficou três meses sem repasse,
1587 independente da justificativa ou não, ou se é explicação até. Como é que o município executa se
1588 ele precisa daquele repasse. Então nós temos que entender essa metodologia e o que está
1589 acontecendo automático. Automático não está. Isso não está! ANÁLIA – A comissão JUANITA,
1590 entende sim, que em termos de legislação está claro, regular e automático. Mas na prática isso não
1591 está acontecendo. Nós sabemos disso. Tem também uma consoante. Eu também como

1592 subsecretária gostaria de ter realmente o plano de serviço assinado. Talvez o que nós não
1593 conseguimos chegar lá, tem um processo. No ano passado começou a repassar em junho, quem
1594 sabe este ano nós vamos receber recursos em abril. Talvez seja esta condicioante que seja
1595 antecipada para dezembro, disponibilizado. Como na última reunião você colocou que os planos
1596 estavam abertos. Nós chegamos nos municípios e eles não estavam aberto para os municípios.
1597 Não sei se já estão. Porque esta semana nós acessamos e eles não estavam aberto. Ou seja,
1598 então é isso que está travando o processo, porque o serviço é continuado, nós não podemos ficar
1599 sem recursos, então tem alguma coisa que precisa ser consertada. ROBERTA – Eu acho que nós
1600 estamos misturando as discussões assim, estou ficando um pouco apavorada. Nós a comissão
1601 trouxemos uma proposta. Está lá escrito. Encaminhamento gerado para deliberação em plenária.
1602 Aí vou voltar a insistir. Nós estamos pegando assuntos que discutimos lá e trás para cá e
1603 começamos a discussão e não se atem àquilo que temos que deliberar. Nós vamos e voltamos
1604 numa discussão. Então o que estamos discutindo. Nós vamos parar para discutir o regular e o
1605 automático e vamos deliberar isso aqui agora? Entendeu é isso que está posto. Porque ali na
1606 proposta que é para deliberação tem questões que eu acho que temos que nos ater ali para depois
1607 deliberarmos em cima de uma apresentação de um grupo de conselheiros que irá para São Paulo,
1608 com uma temática específica que é assim, apresentar o planejamento do CEAS, do que ele faz
1609 para apoiar os conselhos municipais., não tem que de GD, se querem falar de GD podemos falar,
1610 como nós apoiamos o GD municipal, então fala qual é a ação, porque é planejamento que estão
1611 pedindo aqui. Pelo menos é o que foi colocado. Se tiver alguma coisa a ser clareada nós podemos
1612 clarear. Se tivesse pergunta de IGD, então vamos responder aquelas perguntas que estão lá. Aí o
1613 que eu proponho aqui agora, que nós deliberemos em cima daquelas questões, volta para a
1614 viagem de São Paulo, que são duas coisas distintas. Em cima daquelas questões ali, para deliberar
1615 viu gente! Avaliar o levantamento realizado. O que vamos deliberar, deliberar o que? Se eu vou
1616 aliar, primeira pergunta. Segundo item que está lá, para ser deliberado. (falas ao fundo). Gente está
1617 lá. Estou pedindo encaminhamento. JUANITA – Roberta, com todo o respeito. ROBERTA – Estou
1618 pedindo encaminhamento porque, veja bem, Geraldo, vocês fizeram o que eu achei super legal,
1619 nós fizemos uma proposta de ferramenta para todas as comissões trabalharem com ela, não foi
1620 isso na outra plenária? Na outra plenária, nós falamos assim, estamos dificuldade de encaminhar
1621 os assuntos discutidos nas comissões. Partindo do principio que uma ferramenta iria nos ajudar. O
1622 que estou entendendo. Todas as comissões estão com uma ferramenta que foi trazida aqui. O que
1623 eu estou vendo. Dessa ferramenta nós estamos confundindo tratativa com encaminhamentos para
1624 deliberação. Todas as comissões que apresentaram aqui estão assim. Estou lendo a frase lá.
1625 Encaminhamento para deliberação. Eu estou tentando entender o que vamos deliberar.
1626 Encaminhar ao CNAS a proposta de alteração de 3 para 10%, OK! Isso pode ser uma deliberação.
1627 JUANITA – Conselheira Roberta, eu vou conduzir aqui. Você quer falar conselheiro Geraldo.
1628 GERALDO – Vamos deixar claro uma situação aqui, o seguinte! Cada comissão trás a

1629 apresentação da maneira que entende que deve trazer. Os temos que nós trazemos que são para
1630 deliberação conforme a conselheira Roberta está colocando, veja bem, são temos que irá induzir a
1631 interpretação do que vai ser apresentado e vai deliberar para levar a São Paulo. E isso eu faço
1632 questão de trazer e apresentar para a plenária. Então não é você quem vai ditar como eu vou
1633 apresentar ou não. Desculpe mas não. Roberta, depois você fala a vontade, eu estou falando.
1634 ROBERTA - Você cortou minha fala, e você está me citando. Eu estou atendo ao que está escrito
1635 ali. Ali está escrito 4 itens para nós deliberarmos. E a mesma pergunta que ela fez na outra
1636 comissão, para nós entender o que vamos deliberar, porque está escrito ali 4 itens para
1637 deliberação e eu estou chamando meu encaminhamento que nós nos atenhamos a isso.
1638 GERALDO – Vocês fizeram vários comentários no início da minha apresentação, e vocês estão
1639 antecipando as coisas. Eu vou apresentar assim essa maneira, até que eu consiga levar com a
1640 plenária o entendimento que nos vamos ter ou não para aprovar ao não o planejamento a ser
1641 apresentado. Então não vai ser você que vai ditar essa regra pra mim ou para a comissão não.
1642 Então você vai lá e participa e trás pra cá. Segunda situação é a seguinte Roberta, eu não invadi
1643 sua fala, vamos deixar claro isso. Nós temos que pegar aqui e fazer a inscrição e falar dentro da
1644 inscrição. Porque às vezes tomamos um tempo desnecessário. A presidente encaminhou para o
1645 moço falar e você tomou o microfone da mão dele. Então, vamos fazer as coisas sernamente aqui
1646 porque se não, não iremos avançar. JUANITA – então vamos para os encaminhamentos,
1647 conselheiro Geraldo. GERALDO – Vou voltar, existiam algumas questões que fizeram perguntas
1648 para nós. Dentre as respostas, nos procuramos fazer, já que as respostas vão ser exatamente o
1649 planejamento. Porque antes nós temos aqui, eu não vou ler diz respeito ao que está no regimento
1650 interno. Depois os conselheiros podem pegar e ver as competências do CEAS no regimento
1651 interno. E as competências específicas da comissão. E essas competências específicas da
1652 comissão que estão no regimento interno já delimeia o que é o trabalho da comissão, mas com
1653 muita clareza e praticidade, as próprias resposta das perguntas já fazem isso. Então vamos lá. A 1
1654 o CEAS já criou a comissão de acompanhamento ao conselho. SIM, a comissão de
1655 acompanhamento do conselho foi criada em 27 de agosto de 2007. 2. Em cada afirmativa informar
1656 sobre suas atribuições, composição, e se consta no regimento interno do conselho. A comissão de
1657 apoio aos conselhos do Estado funciona diariamente no CEAS, contendo em sua composição de 7
1658 conselheiros e 1 técnico. Conta ainda, com suporte necessário com a secretaria executiva
1659 administrativa do conselho estadual. As reuniões são realizadas mensalmente, precedendo as
1660 reuniões preliminares, como as demais comissões do CEAS. Tem entre suas atribuições o
1661 acompanhamento dos conselhos municipais de assistência social, de forma a contribuir para o
1662 fortalecimento do controle social. Que é feito através de contatos por meio de comunicação
1663 disponíveis, telefone, comunicação eletrônica (...) e URCMAS. Visitas e participação de
1664 conselheiros para melhoria pelos conselhos municipais. Contato contínuo pela equipe de gestão de
1665 assistência social do estado. Proposição da comissão de apoio. Os conselheiros municipais...

1666 JUANITA – Conselheiro Geraldo? Antes de você passar para o ponto 3. É com relação ao
1667 funcionamento da comissão. Diariamente não! Mensalmente. Ok! GERALDO – OK! É porque
1668 falamos diariamente, porque através da secretaria executiva ela está disponível aqui. O fato dela
1669 não está no conselho e se reunir-se uma vez só por mês não tira o direito dos conselheiros de...
1670 JUANITA – Por favor! Em caso afirmativo, informar sobre o funcionamento, suas atribuições e sua
1671 competência. O funcionamento da comissão é mensal. GERALDO – As reuniões são realizadas
1672 mensalmente, as reuniões plenárias. JUANITA – A comissão de apoio do CEAS funciona
1673 diariamente no CEAS. Ela funciona mensalmente no CEAS. O funcionamento. GERALDO – Ok!
1674 Podemos tirar. Aqui o entendimento é só para dizer o seguinte. A disposição de apoio aos
1675 conselhos municipais existe, que no caso é a secretaria de executiva. OK! Está feito a correção e
1676 concordamos. 3 O CEAS acompanha a atuação dos conselhos municipais, visando o
1677 fortalecimento do controle social. Em caso afirmativo apresentar as formas que este
1678 acompanhamento acontece. O CEAS Minas acompanha continuamente dentre as dificuldades que
1679 apresentam as ações dos conselhos municipais. Através de contrato com o CMAS,
1680 acompanhamento de todas as providencias pactuados com as CIBAS com os municípios,
1681 informações pelo órgão gestor do cumprimento as questões relativas aos serviços de cunho
1682 estadual e federal e contato com os conselhos municipais. Capacitações e eventos realizados. 4.
1683 Quais são as dificuldades que o CEAS enfrentou ou enfrenta neste acompanhamento. A principal
1684 dificuldade encontrada está na extensão territorial do Estado, sua dimensão e diversidade. Além
1685 disso, a que se considerar o nível de desenvolvimento dos municípios que por vez não contam com
1686 equipamentos adequados dificultando a comunicação em tempo hábil para as devidas
1687 providencias, falta de conhecimento da política nacional de assistência social, por parte dos
1688 conselheiros e inclusive de gestores. 5. Quais são as estratégias que o CEAS utiliza para superar
1689 estas dificuldades. Para amenizar o dispêndio de tempo e facilitar o acesso à informação em tempo
1690 hábil pelos municípios, foram criados as reuniões de conselho, que tem por objetivo manter a
1691 proximidade com municípios pelo CEAS na reunião de conselho das regiões. Através da
1692 elaboração de material educativo, reuniões, plenárias descentralizadas e ampliadas em regiões de
1693 maior vulnerabilidade. Reunião com as presidentes de URCMAS, capacitações por representantes
1694 do CEAS e eventos promovidos pelo CNAS, com articulações via reuniões de conselho.
1695 Acompanhamento pelos municípios colegiados, o CEAS vem superando dificuldades e alcançando
1696 ainda de forma não satisfatório, todos os municípios do Estado de Minas Gerais, de forma a
1697 contribuir para o desenvolvimento adequado para a política do SUAS. E eu particularmente quero
1698 acrescentar que nas reuniões Telepresencias, em algumas vezes tem o conselho na sua presença
1699 que é também um instrumento que merece capacitação. Como essas estratégias são
1700 operacionalizadas pelo CEAS, a aproximação do CEAS com os conselhos municipais, também por
1701 intermédio de reuniões de conselho. Realização de reuniões com os presidentes das unidades de
1702 conselhos, aí nos vamos solicitar a data porque nós adiamos, para tratar de assuntos relevantes

1703 dentro do SUAS. Conhecimento e adequações das normativas dentro do CNAS, calendários de
1704 ações, reuniões para reativação das reuniões de conselhos. Criação de normas reuniões de
1705 conselho. Capacitação in loco, pelos conselheiros do CEAS, em eventos fora os seminários em
1706 articulação com as URCMAS, acompanhamento pelos conselheiros do CEAS aos conselhos
1707 municipais da sua região. Agendamento e convite dos conselhos municipais para atendimento no
1708 CEAS, averiguando dificuldades apresentadas conforme dados apurados no censo SUAS 2011.
1709 Elaboração de material informativo, repasse de informações do CNAS, com orientações de como
1710 aplicar as normativas federais e estaduais, orientação via mídia. Atendimento do CEAS, mediante
1711 acompanhamento de conselheiros e equipe técnica, em busca de orientações das normativas.
1712 Desenvolver encontros para formação dos conselhos municipais de forma regionalizada. Promover
1713 junto com o órgão gestor estadual, capacitações através de telepresencial, para maior alcance do
1714 público envolvido e aprofundamento das temáticas. 6. Qual a aceitação do CMAS sobre este
1715 acompanhamento? Aceitação melhor possível, uma vez que o CMAS deseja executar um bom
1716 serviço necessitando de todo o apoio sobre as formas de aplicação das normativas estaduais e
1717 federais em prol dos seus municípios. 7. O que se refere às deliberações das Conferências
1718 estaduais, resultado do censo SUAS, como o CEAS pode aprimorar a relação com os municípios,
1719 afim de fortalecer o controle social. Através de reuniões por agrupamento de dificuldades, para
1720 orientações específicas e assertivas sobre os entraves ocorridos. 8. Considerando que os recursos
1721 do IGD, do bolsa família do SUAS, destinado ao controle social, hoje pelo menos 3% de cada,
1722 como os mesmos são aplicados e quais as principais dificuldades para aplicação. O IGD veio como
1723 uma conquista para o conselho, não representa, portanto, nenhuma dificuldade. Sua aplicação se
1724 dá para viabilizar o próprio funcionamento do conselho aplicação em diárias e passagens de
1725 conselheiros no exercício de suas funções, representando um ganho para os conselhos e merece
1726 contudo uma revisão no percentual disponibilizado, para a ampliação do poder de ação dos
1727 conselhos. Bom! Estas respostas aliadas ao que está como tema específico da reunião da
1728 comissão é o que nós pretendemos trabalhar melhor, obviamente com apresentação em um
1729 datashow, para apresentação em São Paulo. JUANITA – Tá! Conselheira Roberta quer falar!
1730 ROBERTA – A última do IGD aí, eu gostaria de dar uma sugestão no seguinte. Na verdade não
1731 existe aplicação pelo que percebemos Geraldo, isso é muito claro quando nós observamos em
1732 Conferência e a própria dificuldade das URCMAS, os municípios não tem aplicado o IGD nos
1733 conselhos municipais. (falas ao fundo). Eu to falando do IGD. Agora porque eu vinculei essa coisa
1734 do município. É foi quando ele fez a pergunta. Porque você disse que queria saber como se gasta
1735 o IGD do município, porque na verdade estão dizendo do IGD-E. GERALDO – Porque o CMAS tem
1736 que acompanhar Roberta, os conselhos estaduais, só que por interpretar isso e o que estão
1737 alcançando aí nós levamos a iniciativa. Vamos perguntar os municípios e ver o que está
1738 acontecendo. (falas ao fundo) ROBERTA – Não, porque não iria para o encontro de São Paulo.
1739 Entendi! Não, porque aqui IGDE está tranquilo. JUANITA – Há Cristiane. CRISTIANE – Eu fiquei

1740 aqui pensando Geraldo, vocês que trabalharam em cima das perguntas e as questões que
1741 poderiam ser acrescentadas deste trabalho que o CEAS faz de acompanhamento. 1 é a própria
1742 participação de representantes dos conselho municipais de assistência social no CEAS, não é só
1743 uma forma de aproximação. Eu acho que poderia ser acrescentado. É! A composição do conselho
1744 ela favorece uma aproximação do conselho estadual em relação aos conselhos municipais. Nós
1745 conselheiros municipais que estamos aqui, eles trazem muitas questões relacionados aos
1746 municípios, então acho que isso é um aspecto positivo do CEAS que poderia ser acrescentado.
1747 Outro aspecto é quando vocês falam do processo de acompanhamento, enfim eu vou dá a ideia
1748 depois vocês acham o melhor local de inserir. Eu me lembrei que conversando com a Consolação,
1749 e houve um encaminhamento feito por estes conselho a um tempo atrás, dos conselhos municipais
1750 onde nós identificamos que havia conselhos municipais que se reunião de 6 em 6 meses estão
1751 lembrados, e aí foi feito todo um plano, foi levantamento do censo não foi? Então a outra forma de
1752 monitoramento que este conselho faz, são os levantamentos de dados a partir do censo, a partir de
1753 pesquisas, identificação de situações que merecem um atenção e eu me lembro que foi realizado
1754 todo um trabalho de apoio a estes municípios que só tinham plenária de 6 em 6 meses, é só
1755 levantar essa questão para ser colocada. JUANITA – Colocou aí na pergunta, censo 2011. É tá!
1756 Voltando aqui então, está ótimo desse jeito. Hã? A desculpa. Consolação! CONSOLAÇÃO –
1757 Rapidinho só para contribuição também, é colocar na última pergunta do IGDE o percentual que
1758 isso representa em nosso orçamento, porque é muito pequeno, falar que é o recurso estadual que
1759 mantem , porque nas discussões quando fala CEAS, o Estado está tendo muita dificuldade da
1760 gestão está financiando quem utiliza estes 3% considera até que ele é pequeno e no caso do
1761 nosso orçamento ele é muito pequeno no orçamento do conselho. JUANITA – Mauro, por favor!
1762 MAURO – Se não passou despercebido pela minha parte à questão das plenárias descentralizadas
1763 do CEAS. JUANITA – Está ali! João Ademar! JOÃO ADEMAR – Claro, nós sempre levamos o
1764 ideal, só que eu carregaria um pouco menos nas reuniões regionais. Porque tudo que se fala ela
1765 aparece. Nós aqui sabemos da dificuldade, talvez não seja carregada, mas não passar uma
1766 imagem que está tudo redondo. É um mecanismo interessante e se aposta dele. Mas ele também
1767 tem suas dificuldades, porque a questão requer que o conselheiro que é conselheiro municipal se
1768 disponha a participar. Só não pintar demais. A ideia não foi essa era mais de JUANITA – Eu
1769 gostaria até de fazer um contra passo, porque o controle social é um desafio constante e tem N
1770 desafios eu acho que a URCMA é um dos mais acertivos assim. E ele tem que ser demonstrado
1771 mesmo. Tudo bem que nós não damos conta do jeito que deveria, mas nós não podemos abrir mão
1772 desta estratégia do CEAS não. Mas alguém finalizou? Então agora eu vou fazer minhas
1773 colocações. Porque eu ainda estou confusa Geraldo. Eu ainda estou indecisa. Com relação às
1774 perguntas nós vamos encaminhar, será apresentado lá por vocês. Nós entendemos do
1775 planejamento e das respostas das perguntas, e que nós vamos apresentar o planejamento já sem
1776 as perguntas é isso? É isso, tá! O planejamento são as perguntas. É isso Consolação? GERALDO

1777 – As respostas serão dadas para o conselho. Pediram as perguntas, mas o planejamento será
1778 debatido entre todos os 27 estados. JUANITA – O planejamento são as perguntas, a metodologia
1779 que o CNAS utilizou foi essa. GERALDO – Pelo que nós entendemos sim. As respostas que foram
1780 dadas a estas perguntas, JUANITA. Veja bem! As respostas que foram dadas a essas perguntas
1781 aliadas ao que constam como tema específico da comissão de apoio no regimento interno elas se
1782 amarram, então em função disso, a Consolação, vai sentar agora como secretaria executiva, com o
1783 Paulo e montar o planejamento. Dentro disso aqui e daquilo que foi acrescentado. JUANITA –
1784 Entendi! Agora está claro. As perguntas irão subsidiar a elaboração da apresentação. E com
1785 relação (falas ao fundo). Peraí! (falas ao fundo) vai ter uma programação? CRISTIANE - Na
1786 programação estão garantidos 15 minutos para apresentação do conselho, sober a avaliação da
1787 sua atuação, apresentação, roteiro elaborado pelo CNAS, pelo que estamos entendendo. Ok!
1788 Então eles irão apresentar isso aí lá. GERALDO – Só agora consertar, veja bem! Quando nós
1789 polemizamos Roberta no início é porque o seguinte. Quando revisa o censo SUAS e o que ele tem
1790 de panorama do Estado, ele trás ali literalmente o caminho que tem para regularizar isso. E o
1791 entendimento nosso é que grande parte daquilo está em cima da comissão de apoio. E quando
1792 vimos o que tem de panorama do Estado nós vimos à importância que há na qualificação e na
1793 capacitação continuada. E aí a primeira coisa que pensamos é em reunião de conselhos e a
1794 telepresencial. Tem uma profundidade impressionante. JUANITA – Isso aí agora clareou, então
1795 será o norte para a apresentação para a fala de vocês que estão indo lá. Agora persiste uma
1796 dúvida com esses encaminhamentos que temos que deliberar aqui. Que são estes que estão aqui.
1797 Eu gostaria que clareasse, pois não estou entendendo. Nós vamos deliberar sobre estes temas
1798 aqui? GERALDO – A temática que será levada para São Paulo são estas respostas que serão
1799 trabalhadas, OK! JUANITA – Isso aí está fechado. (falas diversas). GERALDO – A segunda coisa a
1800 ser deliberada foi à presença de algum conselheiro de contato, está deliberado. As outras coisas
1801 que nós colocamos aqui não para deliberar, mas para termos respostas de vocês enquanto
1802 conselheiros e gestores. Principalmente o que diz respeito à URCMAS e ao telepresencial. É
1803 possível o conselho está mais perto da telepresencial, no que diz respeito ao controle social, muito
1804 embora nós afirmamos aqui que a telepresencial, tem feito essa temática sim. Não é falando que
1805 não está, mas está mais presente dentro daquilo que o panorama do Estado dentro do censo
1806 SUAS se apresenta. A participação é essa. E a outra é será que realmente nós vamos fortalecer as
1807 URCMAS, aí é o que o João Ademar apresenta. Nós precisamos, como? Porque se depender do
1808 município, quando assume uma reunião de conselho e ele não ter a compreensão de que ele
1809 precisa ter disponibilidade de tempo quer um gestor que irá assumir a presidência terá que gastar
1810 mais dinheiro para fazer com que este conselheiro participe de reunião. E aí como vamos articular,
1811 de que forma que nós vamos enquanto conselho estadual e enquanto Estado. JUANITA – Eu
1812 gostaria de trabalhar com você, com a comissão de apoio. É que está equivocado quando está no
1813 papel que temos que deliberar sobre isso, porque se tem que deliberar tem que ser trabalhado

1814 aqui. Por exemplo, avaliar o levantamento realizado. Então nós vamos aprovar, fazer o
1815 levantamento? Então com relação a isso. Então na verdade fez parte daquelas discussões que já
1816 estão aqui. É a síntese da discussão. Não é isso Gerado? GERALDO – Sim. (Falas ao fundo)
1817 JUANITA – Avaliar o levantamento realizado. Encaminhar ao conselho nacional proposta de
1818 alteração do percentual de 3% do IGD para 10%. GERALDO – Nós precisamos decidir aqui se vai
1819 levar. JUANITA – Isso. (falas ao fundo). GERALDO – Precisamos saber se levamos para proposta
1820 ou não. (falas ao fundo). JUANITA – mas não poderia está aí. Porque não vamos deliberar sobre
1821 isso. Então vamos deliberar sobre a questão do aumento do percentual. Conselheiros em
1822 discussão com relação à proposta apresentada pela comissão de apoio. Esses conselheiros
1823 concordam com o aumento desse percentual. Pode ir com essa demanda? Aprovado! OK!
1824 Aprovado! Não tem que ser para 10% não podemos colocar no mínimo não. Porque se não vamos
1825 voltar com a discussão do orçamento de 5%, no mínimo 5% do orçamento. (falas ao fundo). Está
1826 fechado senhores, até 10%. ROBERTA - Gente! Bandeira é bandeira. Vou sair deste lugar aqui.
1827 Nós estamos dizendo que 3% está ruim, queremos 10%. Não tem isso não. Até, no mínimo. Vocês
1828 querem sair do lugar e pronto. Então gente! Mas na hora que dá redação é que eles irão falar no
1829 mínimo 10. Não precisamos escrever ali. JUANITA – Fechado então. Segundo ponto capacitação
1830 qualificada para todos os conselheiros, preparando-os para a realização das conferências.
1831 GERALDO – A senhora presidente disse que isso já foi. JUANITA – Incluir as diretorias regionais
1832 da SEDESE no assessoramento e suporte aos conselhos municipais de assistência social. Oi!
1833 ROBERTA – Eu acho que este conselho não tem competência para fazer este tipo de deliberação
1834 na atribuição da regional da SEDESE. Eu vou dizer por quê. A regional é da SEDESE com três
1835 subsecretarias, não é da assistência social. Aqui se delibera as questões que são da assistência.
1836 Entendeu! Então assim trabalhar o incentivo e o apoio, com a sensibilização do próprio órgão
1837 gestor, que usa esta diretoria também para ser e apoiar as ações da assistência. Tem ações da
1838 SUBPRES, tem ações da SUBDH, então a diretoria não é da assistência social. Não é um órgão
1839 descentralizado da Subsecretaria da assistência é da SEDESE, portanto este conselho não pode
1840 deliberar, em cima de uma questão, porque aqui se delibera em cima das questões da assistência
1841 social. Aqui nós trabalhamos e sempre trabalhamos o apoio e o incentivo deles estarem sempre
1842 trabalhando conosco. Inclusive o concurso será feito para colocar técnico da assistência social lá
1843 para apoiar a política de assistência. Agora não pode ser uma atribuição e principalmente em um
1844 órgão de controle. Por assim, o máximo que eles vão se debruçar para trabalhar na ajuda da
1845 gestão, agora acho que vai fazer foco em um órgão de controle. Acho esta deliberação equivocada.
1846 ROBERTA – Concordo com você! Roberta! A intenção aqui não é para deliberar, porque não temos
1847 competência para isso mesmo. Aqui é o seguinte é porque sempre contamos com o apoio das
1848 diretorias regionais, isso é importantíssimo, a comissão entende que não precisamos contar mais só
1849 na época da conferência. Será que ela faria este papel de está concomitantemente contribuindo
1850 com o controle, com o conselho estadual no que diz respeito a se somar ao número de conselhos,

1851 por exemplo, para esta questão. Nós levantamos essa questão pensando o seguinte. Se tiver este
1852 técnico vamos fazer este uso, se não como nós vamos trabalhar, será que é só apoiando
1853 financeiramente? JUANITA – Uma coisa que nós nem apoiamos é financeiramente. Estamos fora
1854 de discussão. Uma própria construção do fórum já coloca de que forma os municípios se apoiam
1855 para que esta reunião aconteça. Ou seja, fazer a pulverização do município sede. Nós não estamos
1856 conseguindo fazer isso ainda com o serviço regionalizado. Como vamos fazer que os municípios
1857 apoie a questão de aporte financeiro para as URCMAS. Eu acho que o apoio é em relação à
1858 articulação e mobilização que é a competência do fórum e a outra questão é o aportar recursos
1859 para a capacitação continuada das URCMAS é os recursos que o orçamento do CEAS tem. Que
1860 nós dentro destes recursos priorizamos as qualificações. Agora a capacitação das URCMAS é
1861 focando nas URCMAS, mas todos os atores do SUAS, está na modalidade de capacitação que a
1862 SEDESE e o CEAS disponibiliza. Entendeu conselheiro. ANÁLIA – No encontro da comissão em
1863 cima disso. Uma conversa colocando que as URCMAS, elas ficarão fortalecidas quando o
1864 gestor, do município entende, quando o conselheiro se disponibiliza para isso e não existem
1865 recursos porque muitas vezes ele tem que retirar do bolso. A segurança alimentar já tem uma
1866 forma de trabalhar, que eles têm CRC, que eles disponibilizam. JUANITA! 15.000,00 por ano por
1867 cada CRC, para estes encontros. Existe o Estado tem uma forma de incentivar os municípios a
1868 participarem. A estrutura, nós pensamos de repente, quem sabe, nós queremos fortalecer, nós
1869 sabemos da fragilidade, vai ser “Ad eterno”. Alguns irão funcionar outros não. Vai depender da boa
1870 vontade, disponibilidade. JUANITA – inclusive nós temos uma dificuldade muito mais estrutura,
1871 deslocamento do conselheiro para participar das Conferências que infelizmente os municípios
1872 ainda não entenderam da sua competência com relação a isso, porque na lei do SUAS, e na Lei do
1873 Estado, isso já está legal, mas se o município não tiver um entendimento lá em regular isso em
1874 termos de diária, para conselheiro que não é servidor, isso é dificultador. Então isso, essa questão
1875 inclusive que é um dos pilares do SUAS, que é participação da conferência isso é comprometido
1876 por esta questão. Quizá a participação das URCMAS. GERALDO – Conselheiro André e
1877 conselheiro José, alguma contribuição para dá à comissão? Ok! Então encerramos muito obrigado.
1878 (Falas fora do microfone) JUANITA – Já acabou! É o nosso conselheiro de Lagoa Santa é que vai
1879 está. Finalizando a comissão de orçamento e financiamento Cristiane! JOÃO ADEMAR – Dada a
1880 ausência do coordenador, viu como falo bonito! Então me coube relatar. Conseguiram achar algum
1881 arquivo escondido. Encaminhamento geral para deliberação em plenária. Parece que sobre isso é
1882 que nós vamos apresentar não cabe deliberação. Dado que inclusive estávamos de técnico novo,
1883 pois a Beth está de férias. E na última plenária conversamos Cristiane e eu, estivemos cada um
1884 com suas razões. Nós deliberamos junto com o Angelo e o Fernando e o George chegaram um
1885 pouco depois. Nós podemos retomar depois sobre os presentes e para situarmos e aí nós fomos
1886 para aquilo que é a prestação de contas que foi na última plenária. Então a questão era retirar do
1887 planejamento às ações que à comissão de orçamento e financiamento e levantar, outras

1888 pertinentes para 2013. Não vou ler este “trem” todo aí, porque já está demonstrado aí. Nós já
1889 recorremos para o planejamento geral do CEAS, também tendo presente aquilo que já é prática
1890 nos últimos anos como tarefa da comissão e se temos sequencia cronológica. Aí em 2013, então
1891 ficou assim, pela sequencia cronológica as questões que competem á comissão, ordinariamente
1892 digamos assim. Tem algumas questões ali, junho, depois 30 de julho, nós sugerimos para 31. A
1893 questão do orçamento nós sabemos que o orçamento tem datas. Que são fora do conselho. Então
1894 normalmente o sonho é que o conselho começasse a se debruçar sobre os números do orçamento
1895 em junho e julho para agosto deliberarmos. Aí nesta altura o próprio Fernando já estava conosco e
1896 começou a explicar e relembrando de que há tempos internos da SEPLAG que é o atento, e ali
1897 destaca para as secretaria, dali o que compete ao conselho e chega aqui. Mas são tempos que não
1898 compete ao conselho, podemos não gostar. Mas ressaltamos a importância de acompanhar o
1899 orçamento, acompanhar a evolução dele. E com essa questão da revisão do PPAG, que é em
1900 setembro que é super importante e as prestações de contas que ultimamente tem sido o trimestre
1901 encerrou o mês subsequente o gestor elabora e no mês seguinte ele está aqui. Como foi agora.
1902 Fevereiro foi relativo ao quarto trimestre. E aí tem a frase lá encaminhamentos para deliberação que
1903 não cabe deliberação, no máximo uma colaboração disso. JUANITA – Mas como é prazo aí do
1904 órgão gestor eu acho que cabe deliberação, entendeu! Porque prestação de contas já tinha um
1905 prazo, que é encaminhar prestação de contas. Agora aí é outro. JOÃO ADEMAR - Nós colocamos
1906 datas! JUANITA – Mas não é a que estava anteriormente. JOÃO ADEMAR – Não? Era o mês de
1907 maio. 02 de maio, recebimento da prestação de contas do CEAS, do primeiro trimestre de 2013 e
1908 distribuição aos conselheiros da comissão. Isso já se faz. A data não sei se era essa, primeiro dia
1909 útil do mês subsequente. JUANITA – É isso que estou colocando, né Consolação? Essa data aí era
1910 a mesma, foi mantida ou foi alterada, porque se foi alterada teríamos que está deliberando aqui.
1911 JOÃO ADEMAR – A questão é o seguinte. O primeiro trimestre encerra-se em 31/03, não tem
1912 como no dia 02/04 fazer a prestação de contas. Meu chefe em São Paulo queria, mas quando eu
1913 cheguei eu disse você tem que fechar você tem que conciliar, por isso que se coloca 02/05.
1914 JUANITA – Está correto! (Fora do Microfone) ROBERTA – O que ela quer dizer é que houve uma
1915 mudança e a comissão apoio está informando e não foi deliberada essa mudança. Nós
1916 entendemos que ela é boa. Ela era em Março, passou para abril, mas porque que passou para
1917 abril, nós estamos todos cientes disso. O que ela quer dizer é que você poderiam ter colocado para
1918 encaminhamento que vocês estão sugerindo para deliberação desta plenária, adotar os mesmo.
1919 Mudar o calendário da prestação de contas. JOÃO ADEMAR – posso falar! Nós não nos atentamos
1920 a isso, pois já havia alguma coisa parametrizada com relação a isso. JUANITA – Alguma colocação
1921 em relação a isso. Para alteração de prazo senhores conselheiros. Aprovado! Conselheira Roberta
1922 está inscrita. ROBERTA – Eu só gostaria pedir desculpas por qualquer rompante aqui Geraldo,
1923 porque de fato eu fico as vezes apreensiva a forma de falar pode ser uma forma agressiva, então
1924 partindo do principio e pedir Desculpas! Segunda questão eu quero colocar de uma avaliação de

1925 modo geral. E eu quero compartilhar com estes conselheiros que eu tenho tido uma angústia muito
1926 grande, assim, no sentido do que podemos aproveitar mais e as vezes eu vejo encaminhamento
1927 errado e as vezes vocês não tem noção da consequência deste encaminhamento errado que
1928 estamos fazendo. Então talvez seja um pouco esta angústia minha. Por exemplo de um modo
1929 geral, este foi o primeiro mês, porque o mês passado Geraldo na plenária, nós fizemos aqui uma
1930 discussão com relação aos trabalhos da comissão. Nós estamos tentando alguma dificuldade,
1931 entendeu-se que uma ferramenta poderia nos auxiliar para melhorar. E eu percebi que foi feita uma
1932 ferramenta, todo mundo teve essa ferramenta aqui. Mudou a forma de nós apresentarmos. Então o
1933 que ficou claro para mim e se eu estiver equivocada para mim e se eu estiver errada esta plenária
1934 é para isso. Nós estamos confundindo as coisas. Que nós discutimos, as vezes as pessoas falam e
1935 já colocam para deliberação. Já coloca como assunto que tem que vir para a comissão. Há alguém
1936 discutiu isso na plenária e vai lá pra comissão. Você recebe na comissão e não sabe nem onde
1937 isso quer chegar. As vezes na comissão passamos o dia discutindo com coisa que assim,
1938 sinceramente, vou ser muito sincera. Elas não são relevantes. E na hora que vamos nos expressar,
1939 nós confundimos coisas que são. Tá claro na frase, para deliberação e em todas as comissões que
1940 pegamos aqui, nós vimos que escreveu frase aqui e nós falamos aqui o que é que vamos deliberar
1941 aqui. A minha intenção é muito neste aspecto é que nós. É claro que a discussão é extremamente
1942 rica, ela favorece, mas precisa ter a capacidade técnica de puxar e falar assim, OK! O que vai para
1943 ser deliberado e escrever o que vai para ser deliberado. Há mas nós! Ficamos perdendo tempo
1944 justificando, porque estamos falando, porque, entendeu! E na verdade perdemos o eixo da coisa. E
1945 nós vamos deliberar o que? É muito nesta intenção que às vezes eu fico interferindo, e se eu fui
1946 grossa com o empreendedor, é muito daquilo que nós temos que tentar pegar uma linha de
1947 raciocínio, muito mais objetivo. Porque se não vamos. JUANITA – Geraldo. GERALDO – Acho que
1948 você tras muita propriedade muita colocação aqui que nós entendemos que é pertinente. E aí
1949 assim, eu, normalmente, não é tratar mal, nem homens quanto mais mulheres. Então as vezes
1950 perdemos a serenidade e é normal, não somos perfeitos graças a Deus. Mas é importante nós.
1951 Porque lá na plenária às vezes incomoda não é a mim só não. Às vezes incomoda muito. Porque
1952 você é oconcur. A sua trajetória de caminhada é muito maior que a nossa, do próprio colegiado.
1953 Então o que acontece, às vezes você coloca algumas colocações que nós sentimos, eu é o que
1954 você acabou de falar, é angústia é, entendeu. Os outros não estão no mesmo nível. Então teremos
1955 que parar dá uma refreada nisso para não parecer que você quer ditar ou tomar conta da plenária.
1956 Acho que isso é importante deixar claro. E penso que é importante a todos pela compreensão. E
1957 peço desculpas a todos e principalmente a você. Eu quero apontar vocês mulheres enaltecem e
1958 assumam todos os poderes possíveis e nos qualifique para que não permaneça a desigualdade
1959 entre homens e mulheres. Quero agradecer e pedir desculpas pelo meu exagero e até pela falta de
1960 serenidade. O que não é do meu costume. Obrigada conselheiras e desculpe. JUANITA –
1961 Conselheira Cristiane. CRISTIANE – Só fazendo alguns comentarios estava comentando com a

1962 Consolação a respeito disso, eu acho que com o tempo também nos vamos perdendo, pois já
1963 tivemos a discussão do que é para deliberar e o que não é para deliberar nas comissões e se eu
1964 não me engano já discutimos isso ano retrasado. Inclusive para os conselheiros novatos, Enedina
1965 está fazendo um sinalzinho para mim e estou entendendo que ela está concordando, porque muita
1966 discussões da comissão é nós percebemos isso não é para deliberação da plenária, mas ela
1967 precisa está na sumula para podermos lembrar na reunião seguinte para dámos continuidade a
1968 essa questão porque se não perdemos essas questões e isso está trazendo uma certa dificuldade
1969 e acho que vale a pena fazermos e retomar essa discussão. O que é para deliberação e o que não
1970 é para deliberação. Porque às vezes, nós! Questões internas das comissões. O encaminhamento
1971 da comissão não é para deliberação. Correspondência da SEDESE tem que vir para deliberação,
1972 correspondência externa tem que vir para deliberação. Então resgatarmos isso para podermos,
1973 fazer um documento para repassar para as comissões e poder ajudar neste tema. Eu acho este
1974 comentário muito bacana que eu gostaria de ressaltar para a secretária executiva, eu acho que ele
1975 tras a possibilidade de aprimorarmos e adquirir esta possibilidade foi à primeira utilização e as
1976 próximas serão melhores. JUANITA – Antes de passar para o conselheiro Márcio, pegando um
1977 gancho na fala da Cristiane, eu gostaria de conversar com os conselheiros no sentido da agústia
1978 colocada pela Subsecretária, considerando o investimento que é para o funcionamento deste
1979 conselho e da responsabilidade que nós temos, não nas tomadas de decisões que acontecem aqui
1980 e considerando que eu fiquei um ano sem participar desta casa. É eu também fiquei angustiada e
1981 conversei com a Consolação no sentido de fazermos reuniões esporádicas com frequência com os
1982 técnicos da secretaria no sentido de apoiar as comissões e os conselheiros mais diretamente, pois
1983 isso é uma competência da secretaria executiva. Agora essa questão da deliberação nós temos
1984 que ter claro, o que vem para cá para deliberação, porque a técnica vai fazer o encaminhamento
1985 dentro do conhecimento dela que ela tem competência, e possibilitar que os conselheiros façam
1986 uma discussão mais produtiva na comissão. Embora seja dinheiro público que estamos
1987 trabalhando aqui. Agora a questão do encaminhamento da comissão com relação inclusive aos
1988 queixumes dos conselheiros que vimos agora está registrado aqui, agora é só o que a Cristiane
1989 falou, o que vai para deliberação e o que não vai para deliberação. O que na verdade a alteração
1990 deste instrumental foi com este objetivo, eu não sei se vocês perceberam nossa reunião da
1991 comissão. Eu pedi que a Consolação percorresse as comissões, para ver como estava o apoio da
1992 secretaria executiva aos técnicos, inclusive com correção de erro. Pois como o Geraldo falou, tem
1993 conselheiros que tem mais caminhada e tem outros que não tem, mas este espaço tem que ser
1994 dado para todos falarem, mas o técnico tem que falar para o conselheiro. Não é bem assim, nós
1995 temos que ir por ali. Essa é uma competência do técnico. E é isso que estou insistindo com ela
1996 desde o dia que eu entrei aqui. Márcio! MÁRCIO – Eu quero só colocar uma observação do
1997 instrumento, como estamos elaborando nossa sumula. A questão de tratativa técnica, parecer,
1998 síntese de discussão isso ficou um pouco confuso para a discussão da comissão. Que seja feito

1999 uma avaliação se esse entendimento foi só da comissão de normas se houve essa compreensão
2000 das demais comissões para que possamos reajustar este procedimento. Que eu acho que é
2001 extremamente positivo para os nossos encaminhamentos. JUANITA – Conselheira Roberta!
2002 ROBERTA – Eu quero dá uma sugestão acima dessa fala do Márcio. A ferramenta tem algumas
2003 coisas que quando se fala nestes itens, tratativa, súmula, o que é? Vai ter que redigir essa
2004 conversa toda? Entendeu, preica é. Uma coisa é que ponto se coloca para ser discutido, pode ter
2005 todas as discussões e depois síntese. O que é que ficou disso. Pode se ter todas as discussões e
2006 depois síntese o que é que ficou disso, o que volta para a comissão e o que vai para o
2007 encaminhamento. Tem que ser objetivo, porque não dá para fazer uma ata, é gente! Daquilo que
2008 foi discutido. Porque a discussão, até, por exemplo, quando você vai fazer a gravação é até difícil.
2009 Porque a discussão é isso, quando você vai falando e dependendo do que você diz você pega
2010 frase isolada do contexto e da essa confusão. Você joga a frase lá e você não consegue entender.
2011 Então de repente não seria seguir essa rigidez de uma planilha, é falar assunto a ser discutido e
2012 qual será a deliberação. Porque se não vamos voltar nesta questão. E aí eu quero chamar a
2013 atenção, porque fizemos a discussão na mesa diretora que inclusive é possível de acontecer e que
2014 eu acho que a riqueza de isso acontecer é isso. Por exemplo. Pode acontecer que a comissão
2015 técnica dê um encaminhamento e os conselheiros não concordam. Agora aí nós perguntamos aí,
2016 OK! Meu entendimento tem que vir para a plenária as duas coisas. Dizer assim, a comissão técnica
2017 propôs isso, mas nós conselheiros achamos que é isso. Porque essa plenária teria condições até
2018 mais, quer dizer seriam duas correntes para discussão. Porque fico pensando em analogia. Se isso
2019 fosse medicina, eu já falei isso. Essa semana eu já falei isso várias vezes. Parecer técnico, da
2020 medicina é erro fatal. É claro! Um parecer técnico equivocado, vai levar a um procedimento
2021 equivocado. Aqui na assistência nós precisamos compreender isso também. A mesma coisa e na
2022 hora pode ser também um parecer técnico correto ou os conselheiros podem encaminhar errado.
2023 Mas aqui essa plenária tem mais condições de aproximar uma plenária de acerto. Porque às vezes
2024 nos não temos noção de uma consequência de um parecer errado de um encaminhamento errado.
2025 Que pode condicionar, causar aqui dentro desta plenária. Quer dizer você pode prejudicar uma
2026 entidade, pode prejudicar um usuário, você pode não fazer nada. Ser uma plenária omissa que fica
2027 só discutindo para lá e discute pra cá. E as coisas estão acontecendo e não por omissão, mas às
2028 vezes por encaminhamento errado que estamos fazendo também. Entendeu! JUANITA – Bom
2029 desculpa! Eu anotei sua inscrição aqui! ANDRÉ – Ok, presidente! Eu gostaria de contemplar sua
2030 fala porque quando eu cheguei aqui no final do ano passado, você estava se retirando. Quando eu
2031 fui compor sua comissão, um ano depois eu vejo fico até surpreso, essas questões continuarem
2032 acontecendo dentro das comissões. Considerando haver um novo modelo uma nova ideia. E
2033 assuntos discutidos em outras comissões que às vezes se misturam. A ideia que a secretaria
2034 executiva deva fazer, nós ate sabemos que faz, tem capacidade, competência, nós sabemos que a
2035 Consolação faz. mas então onde está a dificuldade? O porquê da Roberta nesta angústia. Porque

2036 acaba também ficando angustiado com pouco tempo e me surpreende no conselho, o conselho ter
2037 tanto tempo na estrada com essas dificuldades até então. Hoje me vi um ano depois, carregando
2038 dificuldades, eu pude ter errado o ano todo, mas entendo que a parte técnica, também poderia ser
2039 mais respladada, não sei o que está faltando, com a possibilidade de erro. De não acerto e nós
2040 estamos vindo menos ainda, bem mais inseguro. Então achei que eu encontraria uma dificuldade
2041 enorme de como é que eu poderia participar e hoje eu não vejo dessa forma, nem no primeiro dia,
2042 nem depois de um ano. Eu vejo que as coisas se arrastam, por interpretação eu não sei, se a
2043 ferramenta está adequada, mas o modelo tá correto. Mas este conteúdo de modelo talvez seria um
2044 questionamento. Eu não sei onde poderia. Se puder contribuir cada um, antes de comissão e na
2045 comissão, porque se não vamos começar a ficar errando sempre, e trazer as duas coisas, não é
2046 pra trazer, porque discute lá e trás. Então o que é para trazer o que é para discutir. Então que isso
2047 fique claro, não como instrumento ferramenta, mas também como conteúdo. Alguns verbos
2048 adequados para serem usados, utilizados na redação. Acho que falta um pouco de informação em
2049 relação à redação. Para que possamos entender, o que é deliberar e de que forma. São os verbos
2050 que dão as ordens, acho que é por aí. Eu estou contribuindo para que nós passássemos um 2013
2051 com uma plenária melhor e que não ficássemos dessa forma. JUANITA – Eu acho bastante valido
2052 essa colocação sua e também a preocupação minha, porque durante o período que você está aqui,
2053 você é responsável por tudo àquilo que sai dessa casa. É você teve a sua parte de contribuição.
2054 Pensando justamente nisso, foi a minha conversa com a Consolação, porque ela representa todos
2055 os técnicos aqui. Porque ela é secretaria, então a proposta que foi apresentada pela secretaria
2056 executiva e está sendo apresentada hoje que é isso que o Márcio falou se ainda está acontecendo
2057 alguns equívocos, nós temos que trabalhar e melhorar o instrumental. E temos que fazer em
2058 conjunto com os conselheiros mesmo. Isso veio e foi o que a secretaria executiva trouxe, e nós
2059 estamos identificando que ainda há alguma dificuldade com o instrumental. A outra situação é que,
2060 como nós verificamos na comissão. Nós trabalhávamos anteriormente na comissão com meio
2061 horário para a comissão e meio horário para capacitação, aí vou falar com a secretaria executiva
2062 para preparar uma capacitação para todos nós conselheiros com relação a essa tratativa, o que é
2063 deliberado, o que não é o que entra para informe, porque nós temos que nos sentir confortável com
2064 os encaminhamentos que são feitos aqui. OK! Você que dá mais uma! ROBERTA – Eu acho que aí
2065 também são duas coisas que devem ser colocadas. Eu acho que tá muito claro essa necessidade
2066 de nós conselheiros nos capacitarmos cada vez mais, mas eu insisto a equipe técnica tem que
2067 buscar uma capacitação talvez até mais que a nossa. Porque a equipe técnica é o que disse. Ela
2068 está para apoiar o conselheiro tecnicamente. Porque não é uma decisão, porque uma decisão
2069 política é discutida aqui. Mas tecnicamente, técnicos precisam também correr atrás de capacitação,
2070 de tudo aquilo que é novo, que é o olhar da informação, portanto precisa. Nós vamos investir no
2071 conselheiro termos a nossa obrigação, agora de que forma nós também podemos abrir, se eles
2072 estão sendo capacitados nós teremos que olhar uma capacitação mais específica. Falar assim

2073 “vamos aprofundar com eles na política, vamos aprofundar com eles na nova NOB”, porque se eles
2074 irão assessorar, porque quem assessora prespoe um conhecimento maior, um pouco a mais, para
2075 poder dá segurança na hora dizer assim, porque deva ser encaminhado para cá. Porque até estes
2076 argumentos na hora que se posiciona eles são tecnicamente. Eu estou dizendo que tecnicamente
2077 estão aqui. Os argumentos não estão bons. Eles precisam ser melhorados, porque na hora da
2078 comissão que vem a discussão política os técnicos conseguiram dizer ao de forma segura. Porque
2079 se em uma mesa de cirurgia um técnico der um vacilo tudo vai por água abaixo. E nós temos que
2080 entender dessa qualidade. Nós estamos falando de política pública então ela tem que ser de
2081 qualidade, em todos os aspectos não é so no olhar não. JUANITA – Muito interessante essa
2082 colocação da Roberta. Então vamos trabalhar com três pontos. Então eu vou colocar para todos os
2083 conselheiros. Quemt em sugestão para melhorar este instrumental proposto, vai apresentar no
2084 sentido de facilitar. OK! Consolação. A segunda coisa é uma capacitação, que a secretaria
2085 executiva irá preparar para todos nós, conselheiros, com relação á atribuição do conselheiro. Com
2086 relação à deliberação e as outras ações e atividades que o conselheiro tem. E a terceira que foi a
2087 sugestão da Roberta, que a secretaria executiva apresente para o órgão gestor uma qualificação
2088 para a equipe técnica desse conselho. Que isso só vai contribuir para o trabalho desse CEAS que
2089 já é tão grande. Consolação? CONSOLAÇÃO – Então já falaram um pouco e até me dá o direito de
2090 um próprio desabafo até da secretaria executiva, porque essa análise que nós vamos falar que o
2091 conteúdo técnico não está tão da forma como deveria, analisar o conteúdo dos técnicos e
2092 pareceres, eu acho que é até complicado, viu Roberta! Porque entra um monte de coisa, falar que
2093 está fraco, que não pode, que ponto de vista é esse né! Tem questão ética. Nós trabalhamos na
2094 secretaria, então, nós passamos por mudanças, por uma serie de coisas para iniciarmos este ano.
2095 Que cada hora existe uma demanda isso é uma realidade, eu estou aqui há 18 anos. Então cada
2096 questão tem uma realidade uma demanda para a secretaria executiva e um perfil de atuação. Até
2097 se formos pensar, para eu dar conta, eu Consolação, que estou na coordenação. Eu estudo final
2098 de semana, estudo à noite. Estou trabalhando 12 horas por dia neste conselho. Eu chego aqui
2099 antes das sete para sair mais tarde, os técnicos, eu tenho técnico de meio horário, de seis horas,
2100 que nestes dias nós negociamos, que também para fazer uma capacitação para a NOB, que
2101 chegou, nós até tentamos fazer uma discussão interna e nós não conseguimos, em função de
2102 tempo da realidade de todo mundo. Então se ontem tem técnico, pouquíssimo, são dois técnicos
2103 que trabalham o dia todo, que estão sendo capacitados, agora tem pouco tempo, inclusive que
2104 estão dentro do conselho. Algumas atribuições só dá para a pessoa fazer aquilo que ela faz,
2105 porque entra viagem, uma serie de coisa, que a pessoa fica quase, sem ter outro acesso. E tem o
2106 perfil de cada um até a título de aprendizado. Então, buscamos tanto um técnico de uma proteção,
2107 vai está falando só da proteção, o técnico da secretaria executiva tem que falar de toda a política.
2108 Eu tenho que ter conhecimento de todas as proteções, de tudo que chega à mesa, tudo que está
2109 chegando. E normativa todo o dia, com uma norma do conselho nacional, com uma orientação

2110 nova. Situar isso até termos, porque as até termos que utilizamos assim, e o vezes o termos é
2111 considerado errado, se vamos recuperar na NOB, aquilo não está errado, nós estamos falando o
2112 que está ali. O que está realmente posto daquela forma. Agora tornar mais claro, melhorar o
2113 português, na forma de saí. Talvez o técnico tem um pouco mais que discutir um pouco mais com o
2114 conselheiro. Eu observei isso quando eu percorri por todos os conselhos. Eu tive que discutir com
2115 todos os conselheiros. Inclusive depois me retratei com os conselheiros, pedi desculpas, porque na
2116 hora houve um incomodo da minha fala, de falar que aquilo não era devido. Então assim, até essas
2117 questões devem ser consideradas, porque às vezes entro em uma reunião, parece que é um
2118 enfrentamento e quero fazer um esclarecimento. Tem horas que eu já escutei isso, não foi uma
2119 nem duas vezes, tem hora que conselheiros falam esta tudo bem. Isso é sua posição técnica, eu
2120 sou conselheiro e vai ficar dessa forma. Porque se não parece que, JUANITA, desculpa o
2121 desabafo, te peço duplamente desculpas, mas é dá sempre a impressão de esta fazendo e que
2122 nós estamos tentando sim e que estamos inclusive sozinho, todo mundo sozinho lendo, lendo,
2123 estudando para dá este apoio aqui. JUANITA – Antes de passar para a secretaria Roberta. É eu
2124 acho que esta questão. Porque eu acho que nós temos que aprender muito mesmo. Não porque
2125 temos anos de estado que nós sabemos tudo. Como a Roberta, eu a Consolação em fim. Mas eu
2126 acho também que algumas coisas que são sugeridas aqui Consolação, elas são muito ricas, e nós
2127 temos que ser ponderadas nestas questões. Por exemplo, quando a Roberta colocou, eu concordo
2128 com você, quando você fala que o conselheiro fica indignado com a posição técnica, mas ele não
2129 pode se indignar, é o papel do técnico subsidiar o conselheiro na tomada de decisão dele. Mas eu
2130 acho que essa questão tende a melhorar com essa sugestão da Roberta e vir o encaminhamento
2131 para deliberação quando for contraria, pois temos que saber inclusive que existe,
2132 tecnicamente que foi dado aquele conselheiro a possibilidade de tomar uma decisão
2133 diferenciada. Então é isso que eu acho extremamente importante, não sei se os demais concordam
2134 comigo, porque quando houver uma trataíva diferenciada e inclusive o conselheiro tem que se
2135 pronunciar porque ela foi diferenciada. Aí compete a este plenário que é maior, do que a comissão
2136 fazer a discussão. ROBERTA – Eu queria compementar e acho Consolação que todas essas
2137 questões que você coloca, são pertinentes. Não tenho dúvida nenhuma e elas são reconhecidas,
2138 agora é o lugar que nós estamos chamando essa discussão, inclusive se nós não saímos deste
2139 lugar, porque este lugar está discutindo a questão pessoal. O seu esforço ele é. Eu to dizendo, o
2140 seu esforço ele é perceptível, inclusive está errado você trabalhar não sei quantas horas. Tá
2141 errado. Exarcebar, inclusive o próprio conselho está explorando. Tá errado. Já começo falando que
2142 está errado. Porque este aqui é um conselho que defende trabalhador então já está errado. Agora
2143 o que está sendo colocado, que mesmo nesta realidade desta estrutura, aí não acho que é
2144 ferramenta, acho que não é ferramenta. Ela não é. A fala dele é muito clara, ele veio e voltou em
2145 um ano, achou que tinha dificuldade e o que ele percebeu, assim. E quando estamos chamando,
2146 inclusive para colocarmos no nosso planejamento, não é só de capacitação não, é de formação

2147 para estas meninas, como apoio, incentivo. Abrimos para participação delas em outros eventos que
2148 serão, que não sejam só capacitação. É assim que se controí a formação. São alternativas que nós
2149 devemos criar, para que conseguirmos possibilidades para elas também possam, entendeu! Com
2150 todas as dificuldades e vamos tentar com aquilo que é possível. Mas o que estamos dizendo, o que
2151 estamos dizendo e essa discussão que estamos fazendo aqui, deve ser encarada com o nível de
2152 maturidade que este conselho já tem. Aqui não vem nenhuma desqualificação pessoal não, para
2153 nenhuma dessas técnicas, agora o que nós estamos dizendo, neste patamar neste conselho
2154 chegou, nós não falamos que o Conselho de Minas Gerais não é o melhor. Todo mundo fala que
2155 ele é o melhor do Brasil. Que nós temos experiências. O que nós estamos apontando é que temos
2156 que avançar em muitas coisas e o que nós estamos falando são coisas no meu entendimento, elas
2157 são passíveis de serem corrigidas, porque são erros, eu chamo a atenção em uma analogia da
2158 medicina, porque nós mataríamos um usuário tranquilamente. Eu não tenho dúvida. Somos nós
2159 tomar este cuidado, porque não temos a dimensão da consequência. São coisas possíveis de
2160 serem corrigidas, por isso estamos discutindo com toda a tranquilidade de um grupo pequeno, de
2161 um grupo que trabalha seis horas, é a realidade da JUANITA, é a minha realidade. Pois é a
2162 JUANITA como gestora agora, está enfrentando seríssimos desafios pessoais. Quando fala assim
2163 cada gestor é de um jeito, agora nós precisamos fortalecer este conselho, inclusive é nisso. O
2164 conselho se fortalece é tencicamente pode mudar o presidente. Porque se nós tivermos frágil
2165 tecnicamente, toda mudança de presidente ficaremos desse jeito. Agora tecnicamente se estamos
2166 fortalecidos, irá entrar presidente de todo jeito. Agora existe uma solidez técnica que tem que
2167 permanecer. Agora as formas que serão encaminhadas é que serão diferenciadas um pouco.
2168 Agora o que estamos fazendo aqui é ver o que podemos fazer para solidificar tecnicamente,
2169 porque é isso que irá dá segurança, porque da forma que saí presidente, conselheiro, entra
2170 conselheiro. Agora a equipe fica aqui, essa equipe fica aqui. Agora é como ela falou é uma equipe
2171 que fica aqui a 10, eu não sei há quantos anos, agora temos que podemos crescer, porque se não
2172 abrir para isso também, volta lá. JUANITA – Conselheiro Márcio, por favor, não saia, porque temos
2173 mais uma deliberação que a Consolação colocou agora aqui. Gostaria que você avaliasse.
2174 MÁRCIO – OK! Em relação aos encaminhamentos que foram propostos aqui com relação ao
2175 processo de deliberação, se não estou muito engano isso faz parte do planejamento da comissão
2176 de ética com relação às atribuições dos conselheiros. Do ponto de vista do formato de se fazer uma
2177 avaliação, do encaminhamento, da posição, do planejamento é qualificando se não estou
2178 enganado para discussão da comisão de ética, com relação ao posicionamento técnico e a posição
2179 do conselheiro. Acho que isso é muito importante é fundamental. Porque amanhã a comissão de
2180 normas, por exemplo, houve uma orientação do ponto de vista técnico que foi bem colocado que
2181 mudou a orientação da comissão. Isso foi muito bem colocado. Nós discutimos, pontuamos,
2182 clareou para a comissão e a comissão realmente compreendeu, qual seria o encaminhamento.
2183 Então nós temos que ter essa maturidade para perceber e entender a orientação. Isso é importante

2184 nós avançarmos nesta direção. Aí é o compromisso de todos você mesmo neste aspecto. JUANITA
2185 – Muito obrigada conselheiro, muito boa sua fala. Consolação colocou aqui, um e-mail que veio do
2186 conselho nacional, com relação à reunião ampliada, que vai acontecer, para tratativa relacionada à
2187 9 Conferência nacional. Vai acontecer em Brasília dia 19 de abril de 9 as 18, é o dia da nossa
2188 plenária. Portanto nós estamos em nossa plenária. Então eu gostaria de junto com vocês de decidir
2189 de que forma nós vamos, se inclusive vai alguém da secretaria executiva, se tiramos um conselho
2190 para ir à reunião descentralizada do conselho nacional, onde será tratado as questões afetas à
2191 conferência nacional de assistência social. Dia 19 de abril. ROBERTA – Eu acho que não podemos
2192 nos furtar da presença de conselheiro. Eu acho que não pode ser técnico. A minha sugestão é
2193 que seja mudada a data da plenária. Não podemos não? Porque essa, (falas ao fundo). A sugestão
2194 então seria um conselheiro e três... (falas ao fundo). Entendi! ANÁLIA – Nesta mesma data nós
2195 temos também o lançamento do prêmio Itau-Unicef e nós somos duas avaliadoras. E o Marcelo
2196 também. Então a sugestão é de mudar a data da plenária seria interessante para nós. (falas ao
2197 fundo) JUANITA – Mas nós só marcamos para o dia 17 para coincidir com a vinda. Se mudar nós
2198 vamos mudar também a capacitação. Porque nós agendamos para facilitar para os conselheiros.
2199 Ao invés de vir e voltar. Então temos que retirar daqui os conselheiros que irão, não é isso? (falas
2200 ao fundo). Porque são duas questões diferentes. Nós vamos decidir quem vai para a reunião e a
2201 outra é a questão da plenária. CONSOLAÇÃO – É uma sugestão de alteração por quê? Ela é uma
2202 ampliada e nós tivemos dificuldade de conseguir o lugar e aí tem a questão da cidade
2203 administrativa para conseguir reserva. É o único lugar que conseguimos de 500 vagas/lugares que
2204 pudesse ser cedido para realização da plenária ampliada. CRISTIANE - E a plenária ampliada é dia
2205 19? CONSOLAÇÃO – E dia 19! ROBERTA – Nós não sabemos nem se lá tem vaga. Então vamos
2206 sugerir primeiro para depois ver se tem vaga, porque eu acho que vale a pena a alteração porque
2207 eu no meu entendimento a presidente tem que está nesta reunião aqui. Porque são diretrizes da
2208 Conferência nacional. Entendeu! Está a presidente e mais um outro conselheiro e mais alguém é
2209 muito importante, para nós é importante, porque vai pegar toda a Conferência como um todo. Vai
2210 pela manhã e volta à tarde. Vale a pena nós pensarmos em uma data aqui e consultarmos o JK. JK
2211 não tem evento todos os dias não. JUANITA – Podemos pensar em uma possibilidade de
2212 trocarmos a data. (falas ao fundo). Calendário por favor! (falas ao fundo). Eu estou na CIT. Dia 18,
2213 está tranquilo para todos? Nós vamos confirmar ainda. E qual conselheiro irá junto comigo para...
2214 (falas ao fundo). Com relação ao conselheiro para ir comigo e com algum técnico da secretaria
2215 executiva. CRISTIANE - tem que ser alguém que está na comissão de conferência. JUANITA – Já,
2216 os coordenadores. A presidente e o pessoal da SEDESE. Você vai comigo conselheiro. Fechado!
2217 Senhores muito obrigada por hoje até a próxima (falas ao fundo). Nada mais havendo, encerrou-se
2218 a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.

2219